



**Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**PODER PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO CIVIL PARA O CONTROLE SOCIAL INFORMAL:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO  
FEDERAL**

**Autor: Matheus Pereira de Souza**

**Brasília, março de 2026.**



**Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**PODER PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO CIVIL PARA O CONTROLE SOCIAL INFORMAL:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO  
FEDERAL**

**Autor: Matheus Pereira de Souza**

Dissertação apresentada  
ao Departamento de Sociologia da  
Universidade de Brasília/UnB como  
parte dos requisitos para a obtenção do  
título de Mestre em Sociologia.

Brasília, março de 2026.



**Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**PODER PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO CIVIL PARA O CONTROLE SOCIAL INFORMAL:  
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO  
FEDERAL**

**Autor: Matheus Pereira de Souza**

**Orientador: Professor Doutor Arthur Trindade Maranhão Costa**

**Banca Examinadora:**

**Presidente: Professor Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa**

**Professora Dra. Analia Laura Soria Batista**

**Professor Dr. Márcio Júlio Da Silva Mattos - MJSP**

**Suplente: Professora Dra. Haydee Gloria Cruz Caruso**

## Resumo

A pesquisa aqui apresentada foi de caráter predominantemente qualitativo e teve como objeto de estudo uma das redes de vigilância locais existentes em Brasília, a Rede de Vizinhos Protegidos (RVP), uma política de segurança pública da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) guiada pela filosofia do policiamento comunitário. Como marco referencial principal, se utilizou o conceito de Novo Paroquialismo como lente analítica associando-o à execução do controle social informal na Região Administrativa Lago Norte e no setor norte do Plano Piloto denominado Asa Norte, sendo essas apenas algumas áreas de Brasília onde estão localizadas as redes. Os materiais de campo para a construção da pesquisa foram coletados de duas formas: por meio de entrevistas semiestruturadas, em que os produtos foram analisados com uso do software IRAMUTEQ, e por meio da netnografia através da participação em alguns grupos dos RVPs situados na Asa Norte. O objetivo central do trabalho foi entender como a referida política de segurança pública se relaciona com uma maior participação cidadã direcionada para o controle social – e se relaciona-se de fato – na segurança pública local, uma vez que as iniciativas participativas na segurança pública brasileira, quando existentes, prezam pela gestão ou proposição das políticas e não pela execução da segurança pública através de ações dos próprios cidadãos. Como resultado, constatou-se que as Redes de Vizinhos Protegidos de fato aumentaram a participação social executando a segurança pública, aumentando também a confiança e a legitimidade da população na Polícia Militar, mas também são capazes de gerar uma hipervigilância de determinados corpos, ocasionando o cerceamento de espaços públicos.

## Abstract

The research presented here was predominantly qualitative in nature and focused on one of the existing local surveillance networks in Brasília, the Protected Neighbors Network (RVP), a public security policy of the Military Police of the Federal District (PMDF) guided by the philosophy of community policing. The main reference point was the concept of New Parochialism as an analytical lens, associating it with the execution of informal social control in the Lago Norte Administrative Region and in the northern sector of the Plano Piloto known as Asa Norte, these being just some of the areas in Brasília where the networks are located. Field materials for the research were collected in two ways: through semi-structured interviews, the results of which were analyzed using the IRAMUTEQ software, and through netnography via participation in some RVP groups located in Asa Norte. The central objective of this work was to understand how the aforementioned public security policy relates to greater citizen participation aimed at social control – and whether it actually relates – in local public security, since participatory initiatives in Brazilian public security, when they exist, prioritize the management or proposal of policies and not the execution of public security through actions by the citizens themselves. As a result, it was found that the Protected Neighborhood Networks did indeed increase social participation in executing public security, also increasing the population's trust and legitimacy in the Military Police, but they are also capable of generating hyper-surveillance of certain bodies, leading to the restriction of public spaces.

## **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, meus agradecimentos sinceros pelo investimento em minha pesquisa, este foi um fator diferencial para a conclusão da dissertação e desenvolvimento da pesquisa. Agradeço acima de tudo à Deus, pela oportunidade de concluir mais essa etapa em minha vida. Agradeço à minha esposa e filha, que me deram apoio e estímulo para continuar, especialmente nos momentos em que o trabalho sobrecarregou as minhas responsabilidades. Agradeço ao meu orientador Arthur Trindade Maranhão Costa, que me possibilitou mais do que reuniões, mas verdadeiras oportunidades de progresso intelectual e pessoal, com as melhores contribuições e orientações sobre uma temática tão pouco explorada nas pesquisas brasileiras sobre segurança pública. Por fim, agradeço também aos professores doutores Marcelo Ottoni Durante, meu primeiro orientador e que me abriu portas, e Márcio Júlio da Silva Mattos, o qual tive oportunidade conhecer ainda na graduação e que me auxiliou amigavelmente no decorrer dessa dissertação, sempre de forma solícita e enriquecedora.

# SUMÁRIO

	6
<b>1. Introdução</b>	<b>11</b>
<b>2. Revisão de literatura</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Iniciativas de participação no Brasil: a trajetória da segurança pública.</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Aspectos teóricos sobre o controle social. Entre o formal e o informal.</b>	<b>25</b>
<b>2.3 Redes de proteção e o policiamento aproximado. O Brasil e a importação dos modelos anglosaxões.</b>	<b>39</b>
<b>3. O Campo de Estudo: A RVP no Contexto Socioespacial do Distrito Federal</b>	<b>45</b>
<b>3.1 A entrada no campo (os grupos). Me tornando um vizinho protetor.</b>	<b>61</b>
<b>4. Métodos e Dados.</b>	<b>68</b>
<b>5. Análise e Discussão dos Resultados</b>	<b>73</b>
<b>5.1 Discricionariiedade civil na vigilância local. Proteção ou expulsamento da comunidade?</b>	<b>74</b>
<b>5.2 As entrevistas. Como a RVP é vista e sua contribuição para a vizinhança.</b>	<b>93</b>
<b>5.2.1 O último nó da Rede</b>	<b>98</b>
<b>6. Conclusão</b>	<b>111</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>114</b>
	117
<b>ANEXO I</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>122</b>
<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA – PMDF / REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS (RVP)</b>	<b>122</b>
Identificação e atuação	122
Concepção e organização do programa	122
Implementação e participação da população	122
Impactos percebidos	122
Funcionamento prático	122
Limites, desafios e expansão	124
<b>ROTEIRO INTEGRANTES RVPs BLOCO 1 – SOCIODEMOGRÁFICO</b>	<b>124</b>
<b>BLOCO 2 – PERCEPÇÃO SOBRE A VIZINHANÇA</b>	<b>124</b>
<b>BLOCO 3 – RELAÇÃO SOCIAL ENTRE MORADORES</b>	<b>124</b>
<b>BLOCO 4 – NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO DA VIZINHANÇA (NEW PAROCHIALISM)</b>	<b>125</b>
<b>BLOCO 5 – ANÁLISE DA RVP NA VISÃO DOS MORADORES</b>	<b>125</b>
<b>BLOCO 6 – IMPACTO DA RVP PARA A VIZINHANÇA</b>	<b>125</b>

## Lista de imagens

Imagem 1: reclamações sobre o beco do crack. Quadra 716 Asa Norte.

Imagem 2: Beco do crack de dia

Imagem 3: Beco do crack de noite

Imagem 4: Croqui do Plano

Piloto. Imagem 5: Plano Piloto em 2025.

Imagem 6: RVPs da Asa Norte onde se realizou netnografia.

Imagem 7: Superquadra 312, Asa Norte.

Imagem 8: Acampamento 915 Norte.

Imagem 9: Mapa Lago Norte.

Imagem 10: Mapa de algumas quadras do início do Lago Norte.

Imagem 11: Placa Padrão RVP.

Imagem 12: O ingresso na primeira RVP.

Imagem 13: Grupos para socialização que se cria a partir das RVPs.

Imagem 14: PMDF presta informação sobre furto de bicicleta.

Imagem 15: PMDF presta informações sobre suspeito de feminicídio.

Imagem 16: Suspeito de intentar furto.

Imagem 17: Tentativa de furto 716 Norte.

Imagem 18: Invasão à residência 710 Norte.

Imagem 19: Furto em interior de veículo 716 Norte.

Imagem 20: Baderneiro latino. 714/15 Norte.

Imagem 21: Lulu da Pomerânia.

Imagem 22: Mulher perseguida na 405 Norte.

Imagem 23: Jovens legalize.

Imagem 24: Briga de rua de adolescentes.

Imagem 25: PMDF informa sobre ocorrência após briga de rua.

Imagem 26: Pseudo suspeitos.

Imagem 27: Dendrograma.

Imagem 28: Nuvem de palavras, classe 1.

Imagem 29: Nuvem de palavras, classe 2.

Imagem 30: Nuvem de palavras, classe 3.

Imagem 31: Nuvem de palavras, classe 4.

Imagem 32: Nuvem de palavras, classe 5.

Imagem 33: Análise de similitude.

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Regiões Administrativas com Redes comunitárias de segurança.

Tabela 2: Regiões Administrativas com três ou mais grupos de Redes.

Tabela 3: Classes da Classificação Hierárquica Descendente.

## Anexos

Anexo I: Quadro com as RVPs.

Anexo II: Roteiro de entrevistas.

## 1. Introdução

Historicamente, as políticas de segurança pública no Brasil têm sido guiadas predominantemente pela repressão e ostensividade, com amplo caráter armamentista, havendo desde sempre pouco espaço para a participação social nesta área de atuação do Estado. Isso se dá muito em função da inspiração tida no modelo estadunidense, com destaque para as ações de guerra às drogas iniciadas durante o mandato do presidente Richard Nixon nos EUA na primeira metade da década de 1970, exportadas para o mundo todo como um modelo de policiamento e segurança pública a ser seguido.

Além disso, a ideologia militarizada da segurança brasileira que durante muito tempo foi realizada sob a pretensa perseguição de um inimigo interno que viesse a ameaçar a segurança nacional determinou a forma de se fazer a segurança brasileira. Esta segurança militarizada se desenvolvia de maneira em que a proteção pública era feita de forma a considerar os perigos contra a soberania nacional identificados pelos agentes, sendo a segurança tratada como algo secreto e de propriedade restrita ao Estado. Esse modelo proporcionou uma atitude de afastamento ante a sociedade com o intuito de se preservar as características do sistema empregado, evitando qualquer forma de ‘contaminação’ em virtude do contato com os cidadãos desprovidos de tecnicidade prática (MARTINS, 2013). Entretanto, tal estrutura de proteção pública se altera a partir de 1988 quando a segurança passa a ser constitucionalmente vista como algo de caráter público para preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, fato novo que conflitou com toda a sua trajetória constitutiva que ao longo dos anos, gerou um insulamento das polícias em relação à sociedade.

Esse sistema com predomínio repressivo e distante da sociedade expurgou as chances de participação civil na área da segurança pública sistematicamente até os anos 2000. Diante disso, apesar de estar expresso no Art. 144 da Constituição Federal de 1988 que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo a participação da sociedade civil papel constitucional enquanto as ações da Polícia Militar na garantia da segurança e ordem pública cumprem dever do Estado, as iniciativas para a promoção de uma maior participação social na segurança pública não têm sido exploradas para além de espaços consultivos e de deliberação, os denominados Conselhos de Segurança Pública. Ou seja, do ponto de vista constitucional, a participação civil na segurança pública se resume a deliberar com a sociedade e receber seu consentimento por meio de consultas.

Tendo isso em vista, é vasta a literatura nacional que abordou os CONSEGs e como esses mecanismos de inserção civil na segurança pública têm ficado limitados de diversas formas (GODINHO, L. 2014; MIRANDA, A. P. M. 2008; MARTINS, L. P. B. 2013). A começar pela restrição ou até mesmo indisposição social para a participação de maneira efetiva nesses espaços institucionalizados, os conselhos de segurança enquanto principal via civil participativa na segurança pública fez com que o país ainda caminhe a passos lentos para que haja maior engajamento cívico nesse campo. Esse é justamente o ponto de inflexão do trabalho aqui apresentado, pois é notório como que, quando existentes, as ações institucionais voltadas a ampliar a participação da sociedade civil na segurança pública tornam o cidadão em um ator participativo integrante do planejamento das políticas de segurança pública, ou então como um validador das ações praticadas, e não como um agente executor da segurança de maneira direta, fato este último que aqui foi analisado.

Sob esse quadro de vias participativas limitadas para os cidadãos, a presente pesquisa foi pensada com o intuito de compreender qual papel o Estado, em especial a Polícia Militar com o recorte do Distrito Federal (PMDF), pode desempenhar para fomentar meios para que haja um caminho para que a sociedade civil venha a executar a segurança pública local, realizando o controle social, que no objeto aqui analisado, não se apresenta como um controle social totalmente informal, tampouco completamente formal, configurando, assim, o que entendo ser um controle social híbrido por meio da política de segurança pública de Redes locais de vigilância da PMDF, restrita aqui à Rede de Vizinhos Protegidos (RVP).

A base conceitual para o objeto aqui analisado é o que foi apresentado por Patrick J. Carr como Novo Paroquialismo. Esse conceito trata de formas de vigilância vicinal que recebem suporte de instituições públicas, havendo pouco dispêndio realizador por parte das pessoas envolvidas. Por se tratar de uma linha tênue entre a participação e a execução por meio da participação, é necessário destacar que a pesquisa aborda formas pensadas para a participação na segurança pública, mas objetiva tratar de meios palpáveis para que a sociedade execute a segurança com o apoio de uma instituição do controle social formal. Nesse sentido, o problema abordado no trabalho aqui apresentado se guiou pelo argumento de que: *as Redes de vigilância local criadas e coordenadas pela PMDF aumentam o engajamento civil na segurança pública como um agente de suporte do controle social.*

Do ponto de vista estrutural, a pesquisa será disposta de forma que na primeira parte será apresentada a revisão de literatura abordando aspectos participativos no campo da segurança pública brasileira, destacando principalmente o já mencionado foco nas formas de participar sem executar a segurança pública, a participação para deliberar sobre as ações ou, então, acompanhar os resultados apresentados pelos agentes públicos envolvidos diretamente com a temática, sendo isso abordado com base em uma revisão de literatura dos Conselhos de Segurança Pública. Ainda dentro desse escopo, será apresentada também uma base teórica conceitual que sedimenta o foco analítico do objeto escolhido, sendo inclusive fundamentada a distinção entre controle social presente nas diferentes correntes teóricas que utilizam do controle social informal como um fim dentro da participação social executando a segurança pública local.

Continuamente ao que será exposto no bloco teórico, a terceira parte irá abordar as relações do objeto de pesquisa selecionado com ações desenvolvidas no exterior e no Brasil, alcançando o recorte da pesquisa dentro do Distrito Federal. Uma vez que o sistema de Redes é um mecanismo desenvolvido nacionalmente mas com fortes aproximações ao programa Neighborhood Watch implementado nos Estados Unidos e Inglaterra – principalmente mas não exclusivamente –, é de fundamental importância compreender como as políticas internacionais de segurança pública aproximativas operam, permitindo identificar aproximações e distanciamentos entre o sistema brasileiro e os estrangeiros, tratando inclusive da temática comunitária.

A terceira parte irá apresentar os aspectos metodológicos, dos quais, a escolha do objeto, a forma de coleta e tratamento dos dados, assim como será exposta a técnica para análise do produto obtido e quais as bases utilizadas para complementação das informações apresentadas na pesquisa.

A última parte irá apresentar os materiais coletados de forma discutida com os resultados obtidos, analisando se há impacto sobre o engajamento civil de forma a executar o controle social a partir do sistema da PMDF de Redes de vigilância local. Após os resultados discutidos, a parte 6 trata da conclusão, das limitações e das contribuições da pesquisa para se pensar pontos atinentes à participação civil na segurança pública no Brasil.

## 2. Revisão de literatura

A construção acadêmica sobre a temática da segurança pública e participação civil é vasta, tanto no Brasil quanto no exterior. Em função disso, a organização da revisão de literatura se dará abordando primeiro os casos de participação surgidos em nosso país para depois aprofundar teoricamente sobre as noções de controle social formal e informal, apresentando o tipo de controle que caracteriza o objeto em questão como um controle híbrido. Por fim, é recapitulado as formas históricas como o Brasil absorve políticas de segurança pública estrangeiras, demonstrando que seja para fins repressivos, seja para fins preventivos ou comunitaristas, o Brasil busca inspirações nas políticas de segurança pública pensadas para outras realidades sociais e as transfiguram para o Brasil.

Entretanto, embora essa prática de importação seja comum não só no campo da segurança pública, nesse caso em específico as forças de segurança brasileira, especialmente algumas Polícias Militares, desenvolveram o Novo Paroquialismo à brasileira, gerando uma participação que não está tão nas mãos dos cidadãos, tampouco sob completo domínio dos agentes de públicos, as Redes de Vizinhos Protegidos se mostram como um controle híbrido pois a primeira etapa da fiscalização é feita pela população, mas o controle local é feito pela Polícia Militar.

### 2.1 Iniciativas de participação no Brasil: a trajetória da segurança pública.

A partir dos anos seguintes à última redemocratização brasileira, enquanto áreas como saúde, educação e assistência social ganhavam envergadura estrutural, inclusive com reconhecimento no texto constitucional de 1988, para a participação civil na proposição e acompanhamento das políticas propostas pelo poder executivo – com destaque para o Sistema Único de Saúde e os conselhos de saúde que integram sua estrutura geral –, a segurança pública não caminhou no mesmo sentido nos primeiros governos republicanos posteriores à 1988.

Em virtude de a segurança no Brasil ter sido pensada, planejada e executada pelo Estado inicialmente por meio da Guarda Real que tinha estrutura oriunda e coordenada pelo Exército, sendo posteriormente a proteção pública realizada pelas Polícias Militares como um braço das forças armadas, essa segurança se guiou pela ótica do paradigma da segurança nacional e depois pelo paradigma da segurança pública. Como

consequência dessa dominância militar, mesmo após a constituinte de 1988 e com a crescente onda de cunho participativo nas outras áreas de atuação do Estado de interesse social, o campo da segurança pública ainda era entendido como um assunto do Estado, sem muita abertura ou até mesmo percepção de possibilidade participativa à sociedade civil.

No cenário brasileiro, os ensejos participativos na segurança se institucionalizaram de forma mais sólida por meio do Plano Nacional de Segurança Pública em 2000, também conhecido como Plano Nacional Antiviolação, do Projeto para Segurança Pública no Brasil em 2003 e que foi descontinuado pouco tempo depois, e posteriormente através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) em 2007, além de alguns espaços conquistados para debate por meio de iniciativa civil, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública fundado em 2006 e a Conferência Nacional de Segurança Pública realizada em 2009 (SPANIOL; JÚNIOR; RODRIGUES, 2020; DELGADO, 2022; CARVALHO; SILVA, 2011; CHAI; ALMEIDA, 2014).

Foi por meio desses Planos que o poder executivo se propôs a dar maior ênfase a um policiamento mais aproximado da sociedade, que pode ser conceituado como o “paradigma da polícia cidadã”, se diferenciando dos paradigmas da segurança nacional e da segurança pública (FREIRE, 2009), havendo um foco especial na participação por meio dos conselhos de segurança pública, destacadamente no Pronasci. No que concerne diretamente aos conselhos, tais espaços participativos institucionais não se desenvolveram a fim de possibilitar à sociedade um empoderamento executor da segurança pública em domínio local, cabendo meramente aos representantes da sociedade civil envolvidos nessas arenas participativas o acompanhamento dos resultados das políticas de segurança pública e, quando possível, deliberar sobre pontos específicos e prospecção de possíveis caminhos a serem tomados, mas com pouca abertura de intervenção por parte dos representantes da sociedade (LIMA, R. S. de; SOUZA, L. G. de; SANTOS, T., 2013).

Ainda sobre os CONSEGs, por mais que a institucionalização desses espaços tenha sido efetivada durante a primeira década de 2000, deve ser destacado que houve um primeiro esboço participativo na década de 1980 com os coletivos civis que compunham as iniciativas de policiamento comunitário. Como no Brasil o policiamento comunitário caminhou conjuntamente à existência dos conselhos de segurança, as

primeiras experiências dessas arenas participativas datam da primeira metade dos anos 1980 nas cidades de Londrina e Maringá no Paraná e em Ribeirão Preto em São Paulo (GODINHO, 2014; MARTINS, 2013). Estes espaços eram conselhos distintos dos atuais, pois os existentes pós-redemocratização são instituições de caráter consultivo e teoricamente deliberativo sobre as políticas de segurança pública, enquanto que os primeiros eram espaços de conexão com o policiamento comunitário de forma direta, eram uma parte estrutural desse primeiro esboço de comunitarismo policial no Brasil.

É importante ressaltar essa conexão entre participação social e policiamento comunitário como acontecimentos simultâneos em nosso país, já que o ideal de participação civil na segurança pública tem como diretriz institucional a implementação dessa ideologia de policiamento. Uma vez que o policiamento comunitário se difundiu em diversos países em função de um viés reformista nas práticas policiais por volta de 1980, principalmente nos EUA e Inglaterra com o objetivo de desenvolver um modelo de policiamento alternativo ao modelo dito profissional e com o intento de gerar uma aproximação entre sociedade e instituições policiais, é compreensível a tentativa brasileira de democratização por via participativa através do comunitarismo policial e os conselhos, isso como um projeto para a segurança pública.

Nesse caso, almejando promover por meio dessa tentativa a cidadania e aumentar a legitimidade das instituições formais de controle à criminalidade para com a sociedade, tais projetos são programas pensados para que a participação social na segurança pública atue como um mecanismo capaz de aumentar não apenas a legitimidade do poder público, mas também para melhorar a imagem policial e do sistema de justiça de forma geral com a sociedade.

Além disso, é necessário mencionar que na segurança pública, as políticas participativas por meio dos CONSEGs buscam e são capazes de diminuir, em alguma medida, a ação violenta da polícia, tornando essa instituição repressiva do Estado ou pelo menos parte das ações executadas por seus agentes em uma atividade mais passível de fiscalização e melhor direcionada de forma responsiva em relação aos problemas locais, estes identificados conjuntamente com a população que integra os CONSEGs atuais e fazem parte dessas políticas participativas fomentadas pelas polícias que executam as ações. (GODINHO; BATITUCCI e GULLATI. 2016).

Todavia, embora antes da Constituinte de 88 a participação cidadã na segurança pública tenha sido embrionária, rapidamente foi abortada nos anos 1990 com o

endurecimento policial para a garantia da lei e da ordem como filosofia para a segurança rotineira do país e com a neoliberalização e privatização do setor, o que restringiu de maneira significativa as poucas oportunidades participativas que se apresentaram no horizonte das políticas públicas de segurança iniciadas nos anos de 1980.

Isso se soma com o insulamento policial, promovendo um terreno de difícil acesso para a participação. Embora a situação participativa nessa área tenha se alterado com ações do Estado na primeira década de 2000 como já mencionado, ainda que existam alguns espaços institucionais externos para tal, as instituições policiais – em especial as militarizadas – operaram de forma duradoura com uma atitude interpositiva à participação civil na segurança pública brasileira, o que restringiu ao longo dos últimos anos a possibilidade de haver um lastro de solidez participativa, como se observa no caso da saúde, por exemplo. Dessa forma, argumento que no contexto brasileiro, em muitos casos a participação é caracterizada por uma participação “*para inglês ver*”, já que a participação é muito mais ilustrativa a fim de cumprir o rito legal através dos CONSEGs do que verdadeiramente uma participação.

Juntamente ao caráter de participação restrita imposto pelas próprias forças de segurança, a constitucionalização de um espaço consultivo e deliberativo ao invés de uma arena construtivista, como no caso dos conselhos de saúde<sup>1</sup>, determina essa participação de fachada, em que a sociedade simplesmente acompanha os resultados e ações apresentados pelos agentes integrantes dos sistema de justiça e segurança pública, quando não apenas valida o que já está sendo feito.

De forma mais conceitual, é fundamental fazer a marcação dos conselhos como uma arena participativa limitada desde as suas origens, mesmo nos casos de maior sucesso. Tais conselhos enquanto ferramentas para a participação social nos campos de atuação do Estado são mecanismos desenvolvidos para que a sociedade venha realizar a fiscalização das atividades públicas, o Estado conquiste uma aproximação com as pessoas e, em muitos casos, para que tenha accountability por parte da sociedade. Dentro da segurança pública, esses espaços se consolidaram no Brasil com as criações dos conselhos de segurança pública nos níveis municipal, estadual e federal na mesma época em que o policiamento comunitário começou a ganhar força enquanto metodologia de policiamento nos Planos Nacionais de Segurança e a tentativa de emplacar a filosofia de segurança cidadã.

---

<sup>1</sup> Lei Nº 8.142, De 28 De Dezembro De 1990.

Por se tratar de um espaço participativo proporcionado por meio da ação do Estado para o planejamento de políticas públicas, desde os seus primórdios os conselhos possuem como característica central a participação de atores governamentais em cooperação com representantes da sociedade civil como uma forma deste espaço ser designado para a deliberação, a comunicação e a argumentação. Sendo assim, os conselhos de políticas públicas podem ser entendidos como:

[...] canais de participação política, de controle público sobre a ação governamental, de deliberação legalmente institucionalizada [...] constituem espaços de argumentação e redefinição de valores, normas e procedimentos, de formação de consensos, de transformação de preferências e construção de identidades sociais. Têm poder de agenda e podem interferir, de forma significativa, nas ações e metas dos governos e em seus sistemas administrativos. [...] são também mecanismos de ação, que inserem na agenda governamental as demandas e os temas de interesse público, para que sejam absorvidos, articulados politicamente e implementados sob a forma de políticas públicas. (Carneiro, 2002:152, vide GODINHO, 2014)

Dito isto, quando se analisa a criação dos conselhos nas demais áreas de interesse social, entende-se que foram espaços conquistados por meio da organização e ações da sociedade que levaram ao reconhecimento do Estado por meio da institucionalização como um conselho deliberativo. No caso da segurança pública, por ser um tema caro aos detentores do aparelho repressivo de Estado (ALTHUSSER, 1999), a participação foi tutelada (LIMA, 2016) desde o começo, sendo os conselhos uma participação “*inventada*” (MARTINS, 2013). Ou seja, nos conselhos de segurança pública o Estado proporcionou o espaço para o seu reconhecimento e validação, não para o seu questionamento.

Uma vez que não havia tanta organização social reivindicando formas participativas e a segurança pública era vista como um assunto do Estado, com a onda participativa que ganhou força após a redemocratização e com a normatização do acesso a recursos públicos para os municípios e estados com conselhos de segurança inicialmente por meio do Fundo Nacional da Segurança Pública<sup>2</sup> e posteriormente com o Sistema Único de Segurança Pública<sup>3</sup>, os CONSEGs foram inventados por iniciativa estatal como espaços participativos sob a coordenação direta das Polícias Militares. Para citar como exemplo temos os casos do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, enquanto que no Distrito Federal, apesar de não haver uma criação direta por parte da Polícia Militar do Distrito Federal houve a criação dos conselhos de segurança por meio do incentivo da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

<sup>2</sup> Lei 10.201/2001, alterada pela Lei 10.746/2003.

<sup>3</sup> Lei 13.675/2018.

(SSP-DF).

Embora a criação dos CONSEGs por meio das PMs tenha se modificado nos anos seguintes durante a primeira década dos anos 2000, passando os conselhos a ter criação por iniciativa da sociedade civil através do incentivo das forças policiais, esse primeiro movimento participativo na segurança pública no século XXI através dos conselhos expõe não só o caráter meramente propositivo e deliberativo destes espaços em virtude de sua natureza institucional, dita também como deveria ser o caráter participativo. Esse histórico de centralização participativa com controle das Polícias Militares demonstra a maneira como as forças de segurança cooptaram o mecanismo de participação mais decisivo e determinaram suas diretrizes iniciais, condicionando os participantes aos parâmetros a serem mantidos mesmo após a “independência” das polícias para a sua criação, já que as regras sociais estabelecidas ditam quais costumes devem ser empregados a partir da posição social que cada um ocupa na interdependência interativa (ELIAS, 2001).

Nesse sentido, devido ao funcionamento institucional dos conselhos de segurança pública terem iniciado sob a batuta dos militares de rua, os CONSEGs iniciais que funcionavam como mecanismos de participação na segurança pública eram, em muitos casos, uma espécie de alongamento ideológico da Polícia Militar, sendo que em diversas situações esta era a instituição responsável por elaborar as diretrizes de composição e funcionamento, com uma participação restrita às pessoas que continham uma das competências impostas pela polícia para a adesão como membro. Isso pode ser ilustrado de maneira mais incisiva no caso de Minas Gerais pela a Instrução nº 1/1999 que ditava os critérios para um civil poder compor o CONSEG local:

- IV) não registrar antecedentes criminais, dispensando-se tal exigência, excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada do presidente, parecer favorável dos membros natos e homologação do coordenador; V) ser representante de organizações que atuam na área do Consep, a saber: dos poderes públicos, das entidades associativas, clubes de serviço, imprensa, instituições religiosas ou de ensino, organizações da indústria, comércio ou prestação de serviços; VI) ser membro da comunidade, ainda que não representante de organização, desde que formalmente convidado pela diretoria do Consep; VII) ter conduta ilibada no conceito da comunidade que integra;
- VIII) firmar compromisso de fiel observância às normas reguladoras dos Consep (Minas Gerais, 1999, p. 25, vide BATITUCCI ET AL).

Essa tentativa de democratização no acesso aos espaços de deliberação sobre as ações governamentais para a segurança demonstra como essas arenas não foram desenvolvidas como um mecanismo democrático efetivo e de prestação de contas, mas sim como um reforçador de posições de poder, determinando os que devem e os que não devem ser ouvidos pelas polícias. Nesse sentido, a pretensa democratização da segurança pública e o ideal de segurança cidadã acaba não sendo concretizado por meio dos CONSEGs, fazendo com que não haja aproximação efetiva entre as forças de segurança e a sociedade, e sim apenas de setores específicos que os integram, caracterizando a participação de fachada. Essa dinâmica torna as vias de questionamento extremamente limitadas e possibilita à polícia, em especial a militar, meios para reforçar e validar as suas práticas e os seus valores ao apresentar os resultados de suas ações em reuniões dos conselhos, ao invés de pluralizar as formas de se fazer a segurança pública por meio da participação social e debates nestes espaços. (LIMA, 2014).

Esse paradigma da segurança cidadã ainda persiste nos dias atuais, sendo que a participação na segurança pública do Brasil foi pensada justamente com base nesse ideal de civismo aliado aos CONSEGs como a principal – praticamente a única – ferramenta para a inserção civil no campo da segurança pública. É tão latente esta associação que há ações estratégicas específicas de estímulo participativo via CONSEG no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Nesse ínterim, tendo como pano de fundo para a política pública nesse campo a valorização comunitária e a maior participação da sociedade civil nos espaços de deliberação, faz-se necessário elucidar uma definição mais direta de segurança cidadã; destaco Freire:

“Na perspectiva de Segurança Cidadã, o foco é o cidadão e, nesse sentido, a violência é percebida como os fatores que ameaçam o gozo pleno de sua cidadania. Em outras palavras, permanece a proteção à vida e à propriedade já presente no paradigma de Segurança Pública, mas avança-se rumo à proteção plena da cidadania. Quanto à forma de abordagem dessa violência, é dado novo fôlego à importância da prevenção, que compõe, ao lado das iniciativas de controle, uma estratégia múltipla de tratamento.” (FREIRE, 2012).

No paradigma da polícia cidadã, trazer o cidadão para dentro da gestão, proposição e, em tese, a fiscalização, é fundamental para a concretização da cidadania. Essas ações realizadas pela sociedade civil se daria por meio dos conselhos de segurança pública de forma *sine qua non*, demonstrando que estruturalmente, participar é integrar um CONSEG.

Entretanto, ainda que a participação civil na segurança brasileira tenha logrado êxito do ponto de vista institucional, Lima *et al.* (2013) elencam alguns fatores que limitam o efetivo funcionamento dos conselhos enquanto espaços participativos para a gestão e apresentação de propostas para a segurança pública com o apoio da sociedade. Dentre os pontos apresentados, merecem destaque a baixa conexão entre gestores públicos e sociedade civil nos assuntos tratados, gerando assim posicionamentos pessoais em demasia; a pouca capacidade de pressão e articulação que a sociedade civil tem de exercer força social sobre os gestores por meio dos conselhos; e a limitada possibilidade de se alcançar e desenvolver as pautas e demandas da sociedade que são propostas nos debates dos conselhos.

Como destaca Miranda (2008), a criação dos conselhos como uma imposição normativa é mais um fator capaz de desempenhar um efeito negativo sobre o seu funcionamento.

“Embora alguns vejam positivamente tal exigência, na prática ela pode comprometer a perspectiva de reinvenção democrática, na medida em que a obrigatoriedade dos conselhos de segurança seja interpretada como uma mera formalidade burocrática.” (Miranda, 2008).

Em resumo, os autores reiteram que os conselhos de segurança pública são espaços burocráticos que se institucionalizaram por meio de atuação direta do Estado e que em teoria, deveriam funcionar como arenas de gestão e participação efetiva da sociedade civil na segurança pública, mas que na práxis são espaços dominados pelos gestores da segurança pública sem muita abertura para a participação cidadã.

Além disso, outra vertente crítica aos conselhos e à denominada segurança cidadã está relacionada com a forma e com a efetividade da pretendida participação civil. Tanto no caso dos conselhos quanto no caso da ideologia para a polícia cidadã a configuração se deu por meio de uma participação tutelada (LIMA, 2016), ou seja, uma participação por indução e subordinação ao crivo do Estado. Esse cenário eleva ainda mais a necessidade de se pensar formas participativas da sociedade no campo da segurança pública no Brasil, valendo destacar que também há vias para a participação por meio dos programas de policiamento comunitário, os hotlines conhecidos popularmente como disque-denúncia, as ouvidorias de polícia, os planos municipais de segurança pública, demonstrando assim que a participação vai para além dos CONSEGS (MARTINS, 2013). Todavia, do ponto de vista de espaço de inserção social nesse campo de atuação do Estado os conselhos ainda são praticamente a única arena possível de interlocução institucional entre as polícias e a sociedade.

No contexto do Distrito Federal, a participação civil na segurança pública também foi tutelada pelo Estado, mais especificamente pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) no início em uma tentativa de implementação do policiamento comunitário na R.A de Samambaia em 1995 e depois com a fundação do primeiro CONSEG em 2002 no Guará (JÚNIOR E GUELLATI, 2016). No ano seguinte, foi feito o primeiro Decreto Distrital de nº 24.101 que dispunha sobre a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança no Distrito Federal (CONSEGs/DF), com prestação de contas e criação das diretrizes de funcionamento por via direta da Subsecretaria de Programas Comunitários (SUPROC), que era vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF).

Desde então, a SUPROC era a responsável por supervisionar as atividades dos CONSEGs e coordenar ações comunitárias relacionadas à segurança pública. Entretanto, não foi possível encontrar informações atuais sobre a existência e atuação da SUPROC, o que indica um possível descontinuação desta subsecretaria dentro da estrutura interna do Governo do Distrito Federal (GDF). Posteriormente a 2003, ocorreram outros Decretos voltados a remodelar a estrutura dos conselhos no DF, mas ainda sobre a orientação da SUPROC, sendo estes o Decreto de nº 28.495/07, o de nº 34.747/13, o de nº 37.462/16 e o que atualmente está em vigor, o Decreto nº 39.910, de 26 de junho de 2019, que determinou a supervisão dos conselhos de forma direta pela SSP-DF sem qualquer menção à Subsecretaria de Programas Comunitários. Sobre o Decreto em vigor, destaco o Art 2º e seu respectivo parágrafo 2º sobre a natureza atual dos CONSEGs no DF:

Art. 2º Os CONSEG são entidades comunitárias, de caráter consultivo e deliberativo, sem fins lucrativos e de cooperação voluntária com a política de segurança pública do Distrito Federal, com o fim de promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos de segurança, e outros que concorram para este, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF.

[...]

§ 2º Os CONSEG observarão as diretrizes e normas expedidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal, a qual supervisionará suas atividades. (SINJ-DF, 2019).

O recorte legal apresentado sustenta de maneira precisa a noção de participação tutelada, havendo intermédio da SSP-DF para promover a organização das comunidades locais em torno da segurança pública, assim como a expedição das diretrizes pela SSP-DF e a supervisão do funcionamento dos CONSEGs. Ou seja, a participação está sob a tutela tanto no sentido de funcionar de acordo com as normas impostas pelo Estado quanto na forma direta de se propor ações, tendo em vista que é por intermédio da mencionada secretaria que a sociedade irá contribuir para a segurança pública.

Embora seja necessário ressaltar a questão da tutela enquanto algo problemático para a participação efetiva da população na segurança pública, é inegável o fato de que foi através dessas arenas deliberativas que o país conseguiu consolidar algum espaço participativo, buscou algum grau de fiscalização das ações policiais, foi capaz de impactar no ethos policial e, destacadamente, operar como fonte para a troca de informações entre a população e as polícias. No caso do DF, os conselhos foram essenciais para robustecer a inserção da sociedade civil enquanto agentes da segurança pública, funcionando tais CONSEGs como um dos mecanismos para a aproximação entre polícia e sociedade.

Ademais, de modo geral, assim como no contexto nacional, os conselhos do DF também se associam diretamente com a ideologia do policiamento comunitário, devendo em função disso serem destacados os projetos de iniciativa da própria PMDF para aproximação e alguns com parceria direta da PMDF por meio da SSP-DF guiados por esse ideal do comunitarismo. Visando a maior participação da sociedade para além dos conselhos, a PMDF possui programas próprios, como destacam Júnior e Guellati (2016):

“a criação dos postos comunitários de segurança (PCS), bem como os projetos Picasso Não Pichava, Esporte à Meia-Noite, Companhia de Teatro Pátria Amada e Segurança com Cidadania. São experiências que servem de exemplo da tentativa de redirecionamento do policiamento local para uma filosofia de policiamento de tipo comunitário.”

Além destes, atualmente também são executados o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e o Programa de Combate à Violência Doméstica e Familiar (PROVID), ambos pela PMDF. Apesar de alguns desses projetos citados já não estarem mais em curso com tanto vigor como antes ou terem sido descontinuados (como no caso dos PCSs), as ações do GDF por meio da SSP-DF vêm

paulatinamente se pautando pela filosofia do policiamento comunitário para alcançar a participação da sociedade civil nas ações para a segurança pública, elucidando a conexão direta entre participação na segurança pública e comunitarismo, espelhando o cenário nacional, o que por si não é problemático. Mas, por ser uma estrutura participativa sob a tutela, faz com que em si seja problemático por gerar uma dependência do Estado para poder haver participação na segurança pública.

Por fim, mesmo que haja uma coordenação dos gestores da segurança pública em busca de uma maior integração da sociedade civil nos espaços de deliberação e que essa participação seja de fachada ou validativa, há de se considerar que parte do vácuo participativo é consequência do (des)interesse social em se participar dos CONSEGs ou da segurança pública de forma geral. No âmbito do DF isso pode ser consequência não apenas da indisposição participativa por parte da comunidade, mas por fatores que podem levar uma participação meramente figurativa, como por exemplo a inabilidade comunicativa por parte de algumas pessoas que frequentam estes espaços (especialmente em [R.As](#) mais carentes), a desconfiança na administração pública em função de não ter havido resposta efetiva para as demandas apresentadas anteriormente, ou então por haver problemas de segurança que não alcançam sua vida cotidiana a depender da distância entre o local de moradia da pessoa e a zona quente de ocorrências, isso apenas para mencionar algumas observações que podem ser apresentadas.

Diante dos pontos apresentados, essa busca pela participação da sociedade civil na segurança pública brasileira pode e deve se diversificar, indo além dos conselhos de segurança uma vez que não são espaços concretamente plurais e democráticos. Além disso, participar deve possibilitar que as pessoas não apenas opinem e validem as ações realizadas pelos agentes ou sobre as políticas de segurança pública apresentadas, mas também realizem a segurança de forma concisa com o previsto no texto constitucional enquanto dever e responsabilidade de todos. Dessa forma, é imprescindível que exista uma via para a participação efetiva, com o estímulo do Estado por um lado, mas sem necessariamente tutela-lá por um lado, assim como o real interesse em participar por parte das pessoas, por outro lado. A pergunta que se apresenta então é: como despertar esse interesse?

## 2.2 Aspectos teóricos sobre o controle social. Entre o formal e o informal.

Por se tratar de uma abordagem que analisa um mecanismo de controle social informal híbrido ao controle formal, o arco cronológico da trajetória sobre controle social inevitavelmente nos leva à denominada escola de Chicago e seus trabalhos iniciais que relacionam questões da segurança pública e contexto social. Cabe ainda destacar que o caminho até ao que se conceitua como Novo Paroquialismo tem como uma das fontes de sua elaboração a noção inicial de controle social informal e a capacidade ou não de uma comunidade conseguir reprimir os crimes locais por meio da organização social e a ação coletiva proporcionadas pela densidade dos laços sociais (coesão social), podendo ser dificultadas tanto a organização quanto a ação coletiva em consequência da desorganização social.

Partindo desse referencial, a chamada Escola de Chicago, especialmente nas obras desenvolvidas entre 1920 e 1960, representa um ponto basilar para os estudos da sociologia urbana desenvolvidos até então. Ainda que alguns conceitos tenham sido revistos e atualizados ao longo dos anos, a perspectiva elaborada pelos intelectuais da referida escola foi capaz de direcionar diversas abordagens que relacionam o espaço urbano e as interconexões entre crimes, laços sociais de nível comunitário e controle social.

Sobre o controle social, uma boa definição sobre esse conceito e sua relação com instituições sociais é a que foi apresentada por Reiss (1951), em que o controle social pode ser definido como a habilidade de grupos ou instituições sociais fazerem das normas ou regras determinações efetivas sobre o comportamento individual. Uma dessas instituições com muito destaque e que já foi retratada em outras pesquisas como responsável pela transmissão de valores sociais a serem seguidos é a família, entendida como a instituição primária de socialização, a citar: “A família é, por excelência, o meio em que se efetua a primeira educação do ser humano. É nela que a criança tem seus primeiros contatos com regras, costumes e crenças, sendo assim introduzida no mundo social.” (DURKHEIM, 2011, p. 31).

Além da família, outras instituições locais desempenham papel fundamental na capacidade de controle e manutenção da ordem coletiva, entre elas as instituições

religiosas, as escolas, as organizações de bairro, as de esporte comunitário e as sem fins lucrativos ou de caridade, apenas para citar alguns exemplos. Tais espaços são fundamentais para o desenvolvimento do controle social, em especial o informal, pois são ambientes de socialização e transmissão de valores coletivamente absorvidos através dos contatos esporádicos ali realizados, sendo assim essenciais para a consolidação do que se denominou organização social, enquanto a ineficiência dessas instituições pode acarretar na desconexão social entre as pessoas e por consequência uma comunidade dita desorganizada socialmente, definição essa última que foi apresentada por Shaw e McKay (*Juvenile Delinquency and Urban Areas*, 1943).

Em *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, Shaw e McKay apontam que quando há uma comunidade desconexa socialmente em quesito de laços sociais e valores culturais há um enfraquecimento da capacidade de realização do controle social informal, culminando em uma sociedade desorganizada socialmente, tendo como base para a elaboração dessa teoria o trabalho de Ernest Burgess e Robert Park (2019)<sup>4</sup> e sua apresentação das Zonas Concêntricas de Chicago e a variação criminal de área em área em virtude da composição e suas características por segmento social e relações comunitárias.

Nesse sentido, estes expoentes teóricos postularam que a expansão desordenada das metrópoles criava zonas de transição caracterizadas pela desorganização social. Em virtude disso, a deterioração física do ambiente e a fragilidade das instituições de controle — como a família e a vizinhança — reduzem a capacidade de execução do controle social informal, especialmente por haver uma incompatibilidade cultural entre os segmentos sociais que compõem o novo tecido urbano, o que segundo essa abordagem permitiria que comportamentos desviantes se reproduzissem naquele ambiente.

Posterior à obra de Shaw e McKay, a correlação entre desordem e crime foi fortalecida pela Teoria das Janelas Quebradas (*Broken Windows Theory*). Essa interpretação da desorganização social argumenta que a negligência estatal diante de pequenas incivildades sinaliza uma ausência de monitoramento, o que poderia desencadear delitos de maior gravidade. No cenário brasileiro, mais especificamente em Brasília, recorte geográfico deste trabalho, a segregação socioespacial e a ausência do Estado em periferias e centros urbanos não apenas fomentam a criminalidade, mas

---

<sup>4</sup> A primeira edição data de 1925, mas, utilizo como fonte a versão mais recente da University Of Chicago Press.

consolidam a "desordem" como um elemento estruturante da vida cotidiana, onde o controle social informal é frequentemente direcionado para pessoas em situação de rua.

Assim, a transposição desse conceito para a realidade das cidades brasileiras exige cautela, já que no Brasil a definição de "desordem" é frequentemente atravessada por marcadores de classe e raça, transformando a estética da pobreza em um alvo de intervenção penal, circunstância essa bem materializada pela Rede de Vizinhos Protegidos da PMDF, frequentemente acionada para lidar com as pessoas em situação de rua causadoras de desordem, deixando essa última de ser apenas um fator ambiental para tornar-se um dispositivo de criminalização de grupos específicos, operando sob a égide da segurança pública.

Dessa forma, a análise da desordem no contexto de Brasília, em especial no Plano Piloto, deve considerar a simbiose entre o espaço público e as dinâmicas de controle exercidas pela vizinhança e pela polícia. Em muitos momentos o sentimento de insegurança é alimentado não apenas pelos índices criminais objetivos, mas pela percepção de uma desordem e o medo, onde o "outro" é entendido como uma ameaça constante à coesão e vida comunitárias. Esse processo de repressão da mendicância aqui exercido através de uma ferramenta do policiamento comunitário revela que a busca por ordem, muitas vezes resulta em práticas de vigilância excludentes que, em vez de pacificar o território, aprofundam a fragmentação social e legitimam o arbítrio contra as populações que habitam as zonas de suposta desordem.

Essa questão do medo é um ponto vital para entender a dinâmica de monitoramento através das Redes de Vizinhos Protegidos no DF. Tendo em vista que o medo do crime constitui um fenômeno social multidimensional que opera de forma relativamente autônoma em relação às taxas objetivas de vitimização, sentir medo interfere sobre as ações que o indivíduo decide tomar em relação a sua segurança. Enquanto a vitimização refere-se à experiência direta ou indireta de um evento delitivo, o medo configura-se como uma ansiedade particular despertada pela percepção subjetiva de risco.

Essa distinção entre o medo e a vitimização é fundamental para compreender por que indivíduos que nunca foram vitimados podem apresentar elevados níveis de insegurança mesmo estando dentro de sua residência, uma vez que o medo é alimentado por representações sociais e crenças sobre a criminalidade que variam conforme o perfil socioeconômico e o local de residência do sujeito. No contexto das dinâmicas urbanas

de Brasília, em especial no Plano Piloto, a sensação de insegurança está intrinsecamente ligada à presença de desordens ambientais e pessoas em situação de rua, fatores esses que podem significar a fragilização dos laços de coesão social e a ineficácia do controle social informal.

A percepção de incivildades — tais como pichações, acúmulo de lixo e ruídos excessivos — ou de pessoas em situação de rua promovendo algumas dessas incivildades faz com que haja um estímulo visual e auditivo que reforça a ideia de abandono estatal e vulnerabilidade comunitária. Dessa forma, o medo do crime não apenas impacta a qualidade de vida individual ao gerar efeitos psicológicos negativos, ele também produz consequências sociais duradouras e difundidas em uma comunidade, sendo capaz de provocar o esvaziamento dos espaços públicos e a retração das interações vicinais, elementos centrais para a manutenção da segurança em uma vizinhança.

Dito isto, apesar de a Teoria da Desorganização Social (TDS) ter vivido anos de presença marcante na produção do conhecimento sobre criminalidade e sua relação com laços sociais e características de vizinhança na sociologia urbana, essa teoria perdeu força em meados dos anos 1960. Bursik (1988), por exemplo, fez um bom apanhado sobre as cinco principais críticas que essa abordagem teórica recebeu ao longo dos anos, sendo a primeira a mudança disciplinar de ênfase, indo da dinâmica de grupo para a motivação individual, algo visto como não contemplado pela TDS, a segunda uma suposição de que a TDS após o trabalhos de Shaw e McKay foi usada como se as estruturas ecológicas fossem estáveis, desconsiderando de certa forma a dinâmica metamorfa dos espaços sociais urbanos, a terceira foi a imprecisão das métricas de desorganização social que poderiam ser confundidas com os próprios crimes que buscavam explicar, a quarta foram as críticas direcionadas às fontes oficiais dos dados usados como bases das métricas, que poderiam conter vieses de denúncia e registro o que levaria a uma representação distorcida dos achados criminais e por fim, a quinta seria a ideia de haver uma normativa coletiva para a autorregulação por meio dos valores e normas que seriam tomados e empregados socialmente em determinado espaço.

Além dessas críticas apontadas por Bursik, outro apontamento que merece destaque foram as críticas direcionadas de forma mais específica ao trabalho de Sutherland (1934), que havia formulado a teoria da associação diferencial argumentando que o crime era aprendido em interações sociais, era transmitido

culturalmente. Crítica esta última feita por Kornhauser (1978) e que somada ao conjunto anterior, formou uma oposição sólida aos estudos desenvolvidos pelos teóricos da Escola de Chicago e fez com que suas teorias ficassem em *stand-by* para os estudos da criminologia e sociologia urbana por um tempo.

Porém, essa espécie de adormecimento da relevância teórica se alterou na década de 1980, época em que se ofereceu um respiro para a abordagem da desorganização social por meio dos chamados modelos sistêmicos, em especial em função do trabalho de Albert Hunter (1985), que aqui denomino de paroquialismo tradicional. Na visão do paroquialismo tradicional, Hunter elaborou a divisão sobre as formas de controle em três níveis: o privado, o paroquial, e o público (nível que representa o controle formal), estando o trabalho de Hunter para a produção de Carr (2003) como o trabalho de Park e Burgess esteve para a obra de Shaw e McKay.

Os modelos sistêmicos trouxeram para o centro do debate criminológico mais uma vez as características vicinais e coletivas e a sua correspondência com a (in)existência de criminalidade no local. Por meio dos níveis de controle, Hunter abordou a capacidade de autorregulação e a constituição da sociedade como um conjunto de redes complexas de socialização, ao invés de um produto direto consequente da urbanização e industrialização como proposto inicialmente pela teoria da desorganização social, demonstrando em sua obra que o controle social depende da interconexão institucional presente nos níveis de controle.

A ordem de nível privado é caracterizada pelo controle social informal de nível mais íntimo, realizado através dos laços afetivos e laços de maior conexão pessoal como a família, responsável pelas primeiras socializações e por consequência impor o controle social informal por meio dessa socialização primária, e os amigos mais próximos, que muitas vezes também fazem parte do núcleo social familiar e corroboram com a manutenção do controle existente nessa ordem. A ordem paroquial, por sua vez, realiza o controle social informal através de pessoas próximas, mas não diretamente integrantes do núcleo afetivo primário, mas sim por instituições locais como escolas, igrejas, associações de trabalho voluntário e outras que possibilitam a existência de interdependências pessoais, mas que não constituem vínculo afetivo direto como os de nível primário. Por fim, a ordem de nível público do controle social é aquela exercida de maneira institucionalizada e formal pelas instituições pensadas para o controle social, como as forças de segurança e o sistema judiciário.

Cabe destacar, porém, que a polícia, ainda que seja uma integrante de relações sociais na comunidade através do policiamento comunitário, campanhas solidárias, ações de esporte ou educativas, sempre estará contida no nível público. Isso é relevante, pois no decorrer desse trabalho, será apresentada uma estrutura de segurança pública em que a polícia integra a rede de relações sociais virtuais, o que a princípio poderia levar ao entendimento de que poderia haver uma relação paroquial da polícia com os cidadãos por meio de programas de vigilância comunitária. Entretanto, por se tratar de uma instituição pública, a polícia inevitavelmente sempre fará parte do nível público na abordagem paroquialista.

Dito isto, na abordagem do que apresento como paroquialismo tradicional, as três ordens são interdependentes e cumulativas para que haja um controle social eficiente em determinado local com o emprego da autorregulação. Sendo assim, tanto na Teoria da Desorganização Social quanto nas críticas recebidas e nos modelos sistêmicos elaborados por Hunter considerando a divisão do controle social em três ordens, temos que são abordagens teóricas que levam em consideração a coesão social e a relação com a criminalidade existente em determinada sociedade. Nesse sentido, dentro da dinâmica urbana na qual essa coesão social se origina pelas intersecções pessoais e institucionais que permitem ou impedem a presença de controle social informal em uma vizinhança, as revisões teóricas foram fundamentais para a elaboração de novas abordagens que analisam a relação entre criminalidade e características locais/vicinais mas que mantiveram o cerne do problema teórico da Escola de Chicago, ou seja, como o controle se dá em determinado local em função das relações sociais ali presentes.

Sendo assim, fica exposto que no decorrer dos anos, apesar de alguns teóricos reformularem as ideias centrais do que foi inicialmente proposto pelos primeiros pensadores da Escola de Chicago, o núcleo teórico sobre controle social ainda se conecta com a ideia de que tal controle se realiza através da capacidade que as instituições têm em consolidar suas normas e regras de conduta dentro de um contexto de socialização que promova a coesão social, podendo essas regras serem aceitas ou não por quem integra essa rede vicinal e essas instituições podem ser ou não formais do ponto de vista estatal.

Ademais, embora o desenvolvimento da ideia de coesão social tenha sido presente nos estudos que relacionam o espaço urbano e a ocorrência de crime, a coesão social, majoritariamente definida pela densidade dos laços sociais presentes em um

contexto, *per se* não figura controle social. Em outras palavras, há a possibilidade de uma comunidade ser coesa do ponto de vista social – pessoas que respeitam e seguem as mesmas normas, regras e valores, além de se encontrarem periodicamente por meio de instituições locais e manterem laços sociais consistentes – e não exercer o controle social informal ou auxiliar o controle formal, como por exemplo as forças de segurança pública.

Ademais, sobre esse ponto da existência de coesão sem a presença de controle na comunidade, é uma temática que foi explorada com mais ênfase em regiões mais pobres, com destaque ao trabalho de Ribeiro e Zaluar (2009) no Rio de Janeiro no cenário nacional. Ainda assim, mesmo que a coesão social não resulte inevitavelmente em controle informal, a existência de laços sociais em uma comunidade é fator crucial para que uma região seja capaz de realizar o controle social informal ou auxiliar o controle formal.

Nesse aspecto, a literatura tem mostrado que tanto o controle formal quanto o informal podem ser potencializados em uma comunidade coesa e disposta a participar da segurança pública, tendo isso sido evidenciado por trabalhos recentes que relacionam laços sociais vicinais e capacidade de uma vizinhança realizar o controle social, sendo que o controle informal é especialmente dependente dessa coesão. Como exemplo de uma dessas novas abordagens que abordam a coesão e o controle informal, temos a Teoria da Eficácia Coletiva (TEC) elaborada por Robert J. Sampson. De forma geral, a TEC foi apresentada com destaque em trabalho de Sampson, Morenoff e Earls em 1999 e abordada com maior profundidade por Sampson em 2012 na obra *Great American City: Chicago And The Enduring Neighborhood Effect*.

Estando referenciada como uma teoria oriunda da Escola de Chicago, a eficácia coletiva é um mecanismo percebido dentro de um contexto social, capaz de operar a agência grupal em determinada comunidade. Essa ação direcionada pode ser utilizada como forma de controle social informal e se desenvolve a partir das relações sociais ali existentes, usufruindo dessas relações para que a comunidade, agindo de forma coletiva e com objetivos alinhados aos interesses locais, busquem ferramentas para que as condições e qualidade de vida possam ser aperfeiçoadas. Acresce que, quando necessário, é realizado o contato da comunidade com o poder público para que tais objetivos em prol da comunidade possam ser alcançados. Em poucas palavras, a eficácia coletiva se utiliza da coesão social existente em determinado local para que, a partir disso, as pessoas possam identificar uma predisposição de agência coletiva e

operacionalizar o capital social oriundo dessa coesão em prol de ações favoráveis à comunidade mitigando a criminalidade nos casos em que se age para isso.

No tocante especificamente ao capital social, apesar de ser um conceito que adquiriu uma variedade de significados e explicações ao longo dos anos dentro das pesquisas que visam analisar as relações sociais, este foi utilizado por Sampson com base na ideia desenvolvida por Coleman (1988). Nessa abordagem, o capital social é substrato das relações individuais que sedimentam uma estrutura associativa entre os indivíduos através de confiança mútua, expectativas compartilhadas e ações que visam atingir objetivos que não seriam alcançáveis sem sua existência.

Todavia, admitindo que o capital social é a capacidade que uma pessoa ou grupo de pessoas tem de mobilizar recursos sociais a seu favor, é necessário pontuar duas questões: a primeira é que o capital social está diretamente associada à coesão social devido a natureza com que se entende o que é coesão social (a densidade dos laços sociais, medida tal densidade pela frequência e tipo de interações entre as pessoas), fazendo da segunda questão corolário da primeira. Já que o capital social surge a partir da coesão, em determinada comunidade as pessoas podem ter mais ou ter menos capital social, ou seja, usufruir mais ou menos dos laços sociais em seu benefício, mas isso não resulta inevitavelmente em controle social, em eficácia coletiva ou em apoio ao poder público. A grande questão é que esse tipo de “produto” das relações sociais se consolida internamente como uma propriedade da estrutura organizativa de determinado contexto social, originando-se a partir das intersecções de interesses pessoais, sendo capaz de pontualmente homogeneizar os interesses locais para uma possível – não provável – execução do controle social através de ações coletivas.

Outro ponto que merece destaque sobre a relação entre capital social e possibilidades para a execução do controle foram os estudos realizados por Putnam (1993) na Itália, na segunda metade do séc. XX. Nessa obra, apesar de não tratar especificamente de segurança e nem fazer parte dos autores ligados à Escola de Chicago, Putnam apresenta o capital social como algo capaz de exercer influência sobre as condições de vida das pessoas em virtude destas compartilharem valores e normas, pois integram espaços comunitários de socialização e mobilização. Para o autor, as atitudes coletivas e cívicas que certas cidades da Itália realizam se associam com o capital social e são capazes de alterar aspectos comunitários através do envolvimento com instituições governamentais, sendo esse capital mais propenso a existir em regiões

onde as pessoas possuem tradicionalmente uma conduta civil mais participativa e compartilham interesses e valores semelhantes a fim de melhorar a vida comunitária.

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento. (PUTNAM, 1993, p. 190.)

Essa relação do capital social com o ímpeto participativo se aproxima da problemática aqui analisada. Tendo em vista que o objetivo é entender como uma Rede de vigilância local da PMDF pode estimular ou não a realização do controle social informal por parte das pessoas que integram tais Redes, compreender o papel que a coesão social, capaz de gerar capital social e possibilitar a eficácia coletiva ou o Novo Paroquialismo é algo que vai além da revisão bibliográfica sobre a temática aqui abordada, é crucial para entender as conexões entre teoria e prática para a segurança pública por meio das interações sociais entre o poder público e sociedade no espaço urbano.

Segundo o exposto, conclui-se então que a coesão social existente em determinado contexto é a base para a presença de capital social, que por sua vez possibilita o reconhecimento entre os indivíduos da existência de expectativas compartilhadas e confiança mútua, capaz de gerar eficácia coletiva ou o novo paroquialismo quando em contato com o poder público. Através disso, se faz possível que as associações entre os residentes se tornem ações coordenadas voltadas ao bem comum da comunidade dentro dessa dinâmica social alinhada valorativamente, já que os indivíduos constroem a percepção de que há uma predisposição de interveniência da comunidade para os problemas locais, exercendo em função desse encadeamento social o controle informal quando direcionada tal predisposição à isso.

Nesse ponto, chegamos em uma questão essencial que é o catalisador da organização social para a realização do controle: **a percepção coletiva para o agir**. Essa qualidade é *sui generis* de cada contexto social e, ainda que a coesão social, fator estruturante do capital social, eficácia coletiva e paroquialismo (tradicional e novo) seja indispensável para aumentar as chances de haver realização do controle social por parte da sociedade civil, este catalisador não depende diretamente da densidade dos laços interativos, tampouco da amplitude das relações existentes, mas sim da identificação

entre os indivíduos que aquele núcleo social compartilha o mesmo desejo de proteção para si.

Ademais, além de não ser imprescindível a existência de laços sociais densos, se destaca a importância dos laços fracos como fundamental para a construção da coesão social, como já registrado por Bellair (1997) e Granovetter (1983). Sendo assim, a RVP não necessariamente precisa promover uma estrutura social em que todos trocam favores com frequência, vão na casa uns dos outros semanalmente ou que se conhecem e confiam um no outro indubitavelmente – e de fato não promove. O cerne do estímulo participativo a partir da percepção coletiva para o agir é a coesão em torno de um objetivo: a proteção local.

Dessa forma, para sair da coesão para o capital e do capital social para a eficácia coletiva ou novo paroquialismo, o fundamental é a identificação em cada indivíduo de que as ações em torno do bem comum serão tomadas de forma voluntária. Isso ocorre pois os envolvidos agem a favor da coletividade por acreditarem que os demais integrantes da teia de relações também irão fazê-lo, ou seja, há o que denomino de **espelhamento social** para o controle. Mesmo que as relações sociais protetivas sejam virtualizadas pela ferramenta empregada, os integrantes de determinada teia social irão agir em benefício coletivo se verem nos seus pares atitudes que eles estão dispostos a tomar, a RVP permite que seus integrantes reconheçam nos seus vizinhos predisposições protetivas de características que carregam e veem em si, projetando-as como igual sobre os outros, e por isso, ainda que a coesão social não seja densa do ponto de vista da pessoalidade as pessoas inseridas na Rede irão se dispor a agir em função do espelhamento social.

Os estudos que relacionam a coesão social e controle da criminalidade estão presentes mas relativamente incipientes no Brasil, tendo como destaque pesquisas tratando sobre a eficácia coletiva feitas no DF: MATTOS, Márcio (2019), no Rio de Janeiro por ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves (2009) e no Brasil como um todo: OLIVEIRA, Valéria Cristina de (2016), DE SOUZA Matheus e DURANTE Marcelo (2023), indicando e confirmando que a coesão social mais densa existente na vizinhança não resulta automaticamente em capacidade de controle social informal. Isso confirma que a predisposição dos residentes locais em intervir em problemas da vizinhança e as expectativas compartilhadas por meio da confiança mútua não necessariamente se originam das redes de associação pessoal mais profundas, mas sim de condicionantes contextuais em que as pessoas espelham os comportamentos para a

execução do controle.

Além disso, as produções no Brasil que relacionam coesão social e criminalidade confirmam que regiões com grande presença de criminalidade podem apresentar uma coesão social significativa, mas com pouca intervenção comunitária nos problemas locais, corroborando com as observações feitas por Sampson em *Great American City* (2012).

Entretanto, destaco que a ideia do paradoxo brasileiro da eficácia coletiva, conceito trabalhado por Zaluar e Ribeiro no subúrbio carioca, se propõe a refutar a noção de que a coesão social densa em uma determinada comunidade seria por si só capaz de fomentar a eficácia coletiva pois os cidadãos conseguiriam, por meio dessa grande coesão social, desenvolver interesses coletivos e se organizar para que os problemas relacionados com a criminalidade por exemplo, pudessem ser sanados por ação comunitária. Por mais que a coesão social não origine automaticamente o controle social informal, o que se apresenta no caso do Rio de Janeiro deve ser observado de acordo com a realidade contextual deflagrada por organizações criminosas extremamente bem inseridas e conectadas com o local e na própria coesão social.

Em função disso, por mais que a densidade da coesão social seja insuficiente para gerar a eficácia coletiva mesmo que as pessoas identifiquem interesses e necessidades comuns para toda a comunidade, é a presença dos grupos armados que inibe completamente a possibilidade de se desenvolver eficácia coletiva no contexto analisado. Sendo assim, o paradoxo do subúrbio carioca não diz respeito propriamente à incapacidade de se desenvolver a eficácia coletiva porque a coesão social é insuficiente para tal, mas sim porque ainda que haja coesão social e reconhecimento social das necessidades locais, mesmo que haja predisposição interventiva não haverá eficácia coletiva por questões de segurança e até mesmo sobrevivência.

Dito isto, de forma geral, os resultados tanto em âmbito nacional quanto internacional indicam que locais com algum nível de organização social de fato apresentam redução nas taxas de crimes existentes na vizinhança quando tal organização é voltada para esse objetivo. Em áreas dominadas pelo crime organizado como no caso das favelas cariocas analisadas por Zaluar e Ribeiro, é possível constatar que os membros desses grupos criminosos integram – ou têm grandes chances de integrar pelo menos de forma indireta – a teia de relações vicinais e que, por conta disso, a capacidade para que a população venha a se organizar coletivamente em prol

dos interesses locais atinentes à segurança pública seja reduzida, configurando assim a chamada coexistência negociada (Browning, C. R., Dietz, R. D., & Feinberg, S. L. 2004).

Porém, nas regiões em que não há concentração de grupos criminosos e ainda assim prevalece a existência de vitimizações, a sociedade encontra um fator negativo a menos para que possa se organizar e realizar o controle social, podendo esse controle ser uma maneira de apoiar o controle formal ou mecanismos desenvolvidos para executar o controle informal. A partir disso, uma questão que se apresenta então é verificar quais fatores podem proporcionar um envolvimento ativo dos cidadãos no controle social informal, e se iniciativas de instituições como a Polícia suscitam a participação dos cidadãos enquanto executores da segurança pública local.

Ademais, para além da problemática de haver presença ou não de grupos criminosos na vizinhança, para que haja essa coesão social operacionalizada em cooperação coletiva no âmbito da segurança pública em prol da comunidade, é necessário que se desenvolva tal predisposição entre os integrantes da vizinhança. Tendo em vista que a percepção de atitudes consideradas desordeiras é um construto social, para que determinado grupo de pessoas aja a favor do bem-estar local a existência de uma concepção coletiva de que certas ações devem ser controladas ou rechaçadas daquele espaço é fundamental, o que gera consequências para a região. Como apontado por Sampson:

I argue that the grounds on which perceptions of disorder are formed are contextually shaped by social conditions that go well beyond the usual signs of observed disorder and poverty, starting a process that molds reputations, reinforces stigma, and influences the future trajectory of an area. (SAMPSON, 2012, p. 123.)

Entendendo que a noção de desordem é socialmente construída, argumento que o controle social informal é sempre uma reação, e não uma ação preventiva. Em uma cadeia de acontecimentos, o controle social informal seria possível havendo primeiro a identificação individual de que algo precisa ser feito contra os acontecimentos vistos como delituosos em uma região. Ao notar que algo já está acontecendo em determinado lugar, a pessoa quer se resguardar ou contra o que aconteceu na própria região, ou quer evitar que algum ocorrido em áreas próximas aconteça em sua área residencial. Seguido a isto, havendo essa noção isolada de que algo precisa ser controlado, a existência da coesão social é a base que pode direcionar e concretizar a reação protetiva.

Através dos laços sociais a percepção para o agir coletivo é reconhecida,

transformando a ideia isolada de que algo precisa ser controlado em uma homogeneidade de normas e valores compartilhados que irão sedimentar o ímpeto da agência. Continuamente a esses dois fatos, a percepção para o agir coletivo incute nas pessoas em determinado contexto social que seus congêneres estão dispostos a fazer algo dentro dessa coesão, pois há a identificação dos sentimentos compartilhados contra os atos delituosos ali presentes ou no entorno e, nesse ponto, a percepção constitui o espelhamento social, que por sua vez, é capaz de levar à reação coletiva contra os crimes.

Com base nisso, a ocorrência ou não da retaliação criminosa depende, segundo entendo, do indivíduo ter o sentimento de controle, do reconhecimento coletivo de que as pessoas em um grupamento social compartilham dessa ideia (percepção do agir) e do espelhamento social que é a ideia que o indivíduo possui de que o outro irá agir para proteger o bem público da mesma forma que o “eu” agirá. A partir disso, o estímulo ou não do poder público para proteger esse envolvimento civil na segurança pública se torna, portanto, diferenciais entre o querer e o fazer.

Além da eficácia coletiva, outra abordagem que relaciona controle social informal com coesão social e compõe o arco da trajetória conceitual é o que Carr (2003) conceituou como Novo Paroquialismo em sua obra “The New Parochialism: The Implications of the Beltway Case for Arguments Concerning Informal Social Control.” Esse conceito tem como base o Paroquialismo apresentado por Hunter (1985), adicionando mais um nível às ordens de controle social existentes no modelo de Hunter.

No trabalho de Carr, por meio de um estudo de caso em Beltway em Chicago, é constatado a importância fundamental de existência de que algum tipo de ativismo e organização social esteja presente na comunidade para que, ao se alcançar o contato com os agentes públicos, seja possível que as ordens paroquiais e públicas se associem de maneira direta a fim de realizar o controle social de maneira eficiente, constituindo assim um nível paroquial-público, ou seja, o Novo Paroquialismo.

Enquanto que no Paroquialismo Tradicional havia uma relação interdependente dos níveis de controle para que a autorregulação se concretizasse, aqui a interdependência é baixa entre o privado e o paroquial e alta entre o paroquial e o público, desenvolvendo então o Novo Paroquialismo uma relação de atitude conjunta direta entre o poder público e organizações sociais para a efetivação da autorregulação possibilitada pelo Estado, sendo que estas organizações podem ou não ter caráter

institucional local, e o controle por parte da população exige pouco esforço para o seu envolvimento.

Um ponto importante a se destacar desse conceito é a maneira como Carr apresenta as condicionantes de seu surgimento. Como bem destaca o autor “[...] The “new parochialism,” where diminished private and traditionally parochial forms of social control are replaced by a combination of parochial and public controls. The new parochialism is occasioned by wider societal and local changes.” Carr (2003). Tendo em vista que é a ordem privada que realiza o controle social informal mais direto no núcleo particular e que a ordem paroquial é composta por integrantes das diversas ordens privadas em uma vizinhança, com o crescimento urbano e as necessidades de sustento das famílias, a dinâmica social foi sendo reconfigurada pelo mercado de trabalho que absorveu cada vez mais as estruturas familiares como um todo, independentemente do gênero.

Em virtude disso, as relações privadas ficaram cada vez menos frequentes em comparação com as realidades não tão inseridas no capitalismo urbano, o que, por sua vez, reduziu a capacidade de controle social da ordem privada e comprometeu a eficiência e a participação do controle social de ordem paroquial em função da interdependência existente e apresentada no Paroquialismo Tradicional, tornando o controle social informal algo cada vez mais fragmentado para se realizar como antes.

Nesse sentido, com o enfraquecimento do controle privado e paroquial pela incapacidade – ou até mesmo desinteresse – do envolvimento direto das pessoas com as questões locais dado diversos fatores da vida contemporânea, há uma designação de responsabilidade da comunidade para o poder público, apoiando a ordem pública nas ações de controle, mas sem a execução do controle nas mãos dos cidadãos por conta própria, por isso o pouco dispêndio de esforço social para realizar o controle. No caso de Beltway, unidade de análise de Carr, foi a insegurança com as gangues locais que motivou as pessoas a buscarem o departamento de polícia local para que fosse pensado conjuntamente um mecanismo que alcançasse a diminuição de pichações, vandalismos e até mesmo conflitos armados na região, já no Lago Norte e Taquari em Brasília, foram os assaltos com restrição de liberdade que propiciaram a aproximação entre comunidade e forças de segurança, enquanto que em setores do Plano Piloto foram os crimes de furto cometidos por moradores de rua que despertaram a reação protetiva.

No Novo Paroquialismo, a distinção em relação à eficácia coletiva diz respeito

em como é realizado o controle social informal. Enquanto na TEC o controle social é ativado e realizado pelos integrantes da própria comunidade por meio da confiança mútua e expectativas compartilhadas geradas pela coesão social podendo ou não ter participação de atores do poder público em algumas situações, no Novo Paroquialismo o controle social informal é feito diretamente em parceria com o poder público e deve sua existência a esta ordem de controle. Ainda que a coesão social também seja significativa para que haja o Novo Paroquialismo, o controle não é executado de forma explícita pela população, para a sua realização a sociedade traz para a ação conjunta atores do poder público através das redes de associação entre público e privado, configurando assim um controle paroquial-público de forma interdependente.

Quando se analisa o proposto por Hunter (1985) e o que é apresentado por Carr (2003), vemos que o Novo Paroquialismo é a adição de um nível ao conceito do paroquialismo tradicional com base nos três níveis de ordem social. A ação conjunta da população com agentes do poder público se mostra um caminho atrativo para a realização do controle local, pois não se faz necessária uma intervenção direta por parte das pessoas nos problemas locais, como ocorre por exemplo na eficácia coletiva.

“The new parochialism and the behaviors associated with it are neither wholly parochial nor public controls; instead there is a partnership between parochial and public spheres. The new parochialism is that set of practices that creates solutions at the parochial level but owes its existence and its efficacy to the intervention of institutions and groups from outside the neighborhood.” (Carr, 2003, p. 1252)

Nesse aspecto, a Rede de Vizinhos Protegidos, em virtude de sua dinâmica de funcionamento, entra como novo fator explicativo para uma maior participação da comunidade na segurança pública como agente executor colaborador com as forças de segurança, já que a PMDF por meio desta iniciativa passa a integrar a estrutura social e realiza o controle social com o suporte da sociedade, favorecendo um maior engajamento dos residentes na realização do controle social informal, uma vez que na RVP a Polícia Militar executa o controle formal em parceira com os cidadãos sem que os residentes se coloquem em risco concreto.

### 2.3 Redes de proteção e o policiamento aproximado. O Brasil e a importação dos modelos anglosaxões.

A Rede de Vizinhos Protegidos (RVP) é uma iniciativa que surgiu em Minas Gerais em 2004 banhada pelos resultados desse momento anterior, tendo a sua

metodologia de funcionamento muito similar com o Neighborhood Watch (GODINHO, 2014; TREVISAN e ROCHA, 2024) empregado nos Estados Unidos e Inglaterra, podendo portanto ser afirmado que a RVP se inspirou nas práticas estrangeiras de policiamento aproximado. Em Santa Catarina por exemplo, TREVISAN e ROCHA (2004) mostraram que há uma iniciativa local de nome Rede de Vizinhos operando da mesma forma que a RVP, mas, nesse caso em específico, de fato foi baseado no projeto estadunidense como os autores demonstram por meio de um estudo comparado entre Florianópolis e Flórida (EUA).

Aprofundando um pouco sobre as Neighborhood Watch (N.W), esse foi um movimento que surgiu nos EUA, criado em 1972 pela The National Sheriffs' Association, em resposta à década de 1960 em que os Estados Unidos passaram por uma grande onda de criminalidade (Bureau of Justice Assistance U.S. (BJA), 2005), tendo a N.W. o objetivo de promover um maior engajamento dos cidadãos na prevenção de crimes, principalmente roubos e furtos. Um dos primeiros registros dessa iniciativa norte- americana foi na cidade de Seattle com um projeto comunitário de prevenção criminal, lançado em 1973, além do fato de que essa política de segurança pública de vigilância de bairro não se restringiu aos EUA no séc. XX, já que no Reino Unido também havia dinâmicas de mesma nomenclatura em 1982 em Cheshire (Bennett, T., Holloway, K., & Farrington, D. P., 2006).

A N.W. tem por fundamento a informação, o treinamento, o apoio técnico e os recursos fornecidos aos policiais e cidadãos para que seja feita uma espécie de parceria entre agentes de segurança pública e comunidade, havendo inclusive a distribuição de alguns kits com posters, placas e decalques que são colados em casas para que sejam identificadas para a comunidade. Nesse sentido, o Neighborhood Watch é um programa em que um grupo de pessoas residentes de uma mesma área de determinada comunidade se organizam com o objetivo de tornar a vizinhança um local mais seguro, trabalhando em conjunto com os responsáveis por garantir a lei e a ordem (policiais) para que através dessa ação integrada coordenada tente se reduzir os crimes e, assim, melhorar a qualidade de vida local.

De forma mais recorrente, o projeto norte-americano é desenvolvido em conjunto com outras ações voltadas para a segurança pública pensadas para alicerçar uma rede de ações locais, sempre a fim de fortalecer o engajamento dos cidadãos com a temática da segurança vicinal, além de ter como foco solidificar a estrutura protetiva

local. Nesse contexto, existe o que se denomina "the big three", que são os principais projetos que na maioria das iniciativas complementam a Neighborhood Watch, ou seja, a N.W é um dos componentes do big three, assim como a marcação de propriedades e a realização de pesquisas locais sobre segurança.

Todavia, vale mencionar que além dos três mais comuns supracitados, existem programas com iniciativas de campanhas para recrutamento de agentes especiais, estruturas que prezam pelo aumento de patrulhas a pé de forma regular, com patrulhas escolares, e até casos em que se forma uma patrulha cidadã, como no estudo de Beltway realizado por Carr (2003). Por fim, ainda se tratando do policiamento aproximado nos EUA, há iniciativas de Neighborhood Watch que se complementam com programas educacionais especiais para crianças e pessoas jovens, e até casos com unidades auxiliares da polícia e apoio às vítimas de crimes.

Em quesito de organograma, a N.W. conta com um ponto de contato representante da segurança pública que na maior parte das vezes é um oficial juramentado ou não, que atua como coordenador para com a comunidade; um coordenador de área residente da comunidade e que geralmente é uma pessoa aposentada, tendo como principais responsabilidades manter os contatos dos moradores atualizados, acionar os pontos de contato quando necessário e, de forma geral, angariar formas e pessoas para aperfeiçoar o funcionamento da Neighborhood Watch da região; os capitães de bloco, que são espalhados através da comunidade em um intervalo médio de 10 a 15 residências e servem como ponto de conexão entre os membros e o coordenador de área, além de ter como responsabilidade visitar pessoas para tentar cooptá-las para a iniciativa e saber das demandas locais para apresentá-las nas futuras reuniões; e os membros observadores, aqueles que atuam de forma mais ativa vigiando constantemente a localidade nas áreas em que isso se faz necessário.

No que diz respeito ao funcionamento, os residentes que integram a Neighborhood Watch são orientados a relatar à polícia algumas situações específicas que visualizam na vizinhança, tais como atividades suspeitas – aqui se destaca um grande ponto problemático tanto na N.W. quanto na Rede de Vizinhos Protegidos, que é uma quase terceirização para a comunidade da discricionariedade do trabalho policial, o que pode acarretar em um cerceamento dos espaços urbanos em função de preconceitos e não em uma vigilância pública de qualidade, ou até mesmo de uma vigilância exacerbada –, pessoas e veículos desconhecidos suspeitos, atividades ilegais e, por fim, eventos ou incidentes incomuns ou perigosos.

Dessa forma, a Neighborhood Watch opera na vizinhança de maneira a auxiliar a polícia nas referidas situações chamando-a quando julgam necessário, nunca como uma força de segurança integrada pelos próprios moradores. Esta é uma distinção essencial de se marcar logo, pois o fato de as pessoas participarem da segurança pública tendo algum “poder” de vigilância local pode levar a falsas compreensões da verdadeira dinâmica de funcionamento do instrumento desenvolvido pelas forças policiais norte-americanas.

Entretanto, apesar de a N.W ser uma forma de policiamento aproximado nos EUA que data da década de 1970, cabe destacar que o potencial mitigador de criminalidade através dessa iniciativa não é um consenso na literatura que aborda o assunto, mas que essa política de segurança pública apresenta alguns fatores que de fato podem contribuir para a redução da criminalidade, como apontam Bennett e colaboradores em uma meta análise feita com diversas obras voltadas ao estudo das N.Ws:

E temos ainda que:

“Neighborhood watch might also lead to a reduction in crime through the various mechanisms of social control. Informal social control is not one of the mechanisms for reducing crime stated in the publicity material of these schemes. Nevertheless, they might indirectly serve to enhance community cohesion and increase the ability of communities to control crime (Greenberg, Rohe, and Williams, 1985, apud. Bennet et.al, 2000). Informal social control can affect community crime through the generation of acceptable norms of behavior and by direct intervention by residents. (Bennet et. al., 2008)”

“It is also possible that neighborhood watch schemes might reduce crime through enhancing police detection. Neighborhood watch might serve to increase in the flow of useful information from the public to the police. An increase in information concerning crimes in progress and suspicious persons and events might lead to a greater number of arrests and convictions and result (when a custodial sentence is passed) in a reduction in crime through the incapacitation of local offenders (Bennett, 1990).”

Ou seja, ainda que a N.W não possa ser associada como causa primária de um efeito redutor da criminalidade segundo a literatura, há fortes elementos para se defender que essa iniciativa apresenta correlações diretas com a diminuição da criminalidade nas regiões em que foi implementada.

Em síntese, a Neighborhood Watch (N.W.), é um conceito que surgiu de um movimento nos Estados Unidos no final da década de 1960, promovendo maior

envolvimento dos cidadãos na prevenção do crime (BENNETT, T.; HOLLOWAY, K.; FARRINGTON, D., 2008). Essa é uma prática comunitária que opera como um método de controle social endossado pelo estado, sendo apoiada e gerida unicamente por voluntários civis em parceria com as forças policiais, focando em sinais sutis e processos de contestação simbólica entre o estado, a comunidade e o indivíduo (DARIAN, 1993). Globalmente, a N.W. se tornou uma das maiores atividades organizadas de prevenção do crime, com uma parcela significativa das populações do Reino Unido e dos EUA vivendo em áreas cobertas por esses esquemas. Por fim, segundo informações oficiais da The National Sheriffs' Association, os principais objetivos da N.W. incluem o aumento do senso de segurança, a disseminação do entendimento sobre prevenção e o aumento do controle social.

Dito isto, quando se observa o cenário brasileiro, a Rede de Vizinhos Protegidos surgiu em junho de 2004 em Minas Gerais, pelo então Major Idzel Mafrá Fagundes, iniciando suas atividades na grande Belo Horizonte. Essa política de segurança pública tinha e tem o objetivo de agrupar as diversas práticas do policiamento orientado, tendo como base principal de metodologia o policiamento comunitário. A RVP se pauta no resgate da confiança da Polícia Militar junto à população por meio da aproximação e ação conjunta de combate ao crime de forma direcionada por territorialidade vicinal, que em tempos de tecnologias da informação massivamente presentes na sociedade, se faz por meio de aplicativos de mensagens instantâneas como o WhatsApp, transmitindo à sociedade a noção de que, juntos, polícia e comunidade são mais fortes na busca pela redução da criminalidade local, ainda que essa união seja majoritariamente virtual.

Nesse aspecto, manifesta-se o que seria a *Sousveillance* em adição à *surveillance* (CECCATO, 2017). Por definição, *sousveillance* é a vigilância executada de baixo para cima pelos cidadãos através de seus dispositivos portáteis tais como os *smartphones*, sendo essa forma de vigilância contrastante ao tipo *surveillance*, em que a vigilância é executada de cima para baixo por meio de ações do Estado. De forma mais detalhada, em seu surgimento a RVP continha algumas sub-redes que eram organizadas presencialmente e divididas em: identificação, vigilância mútua, verificação e sub-rede de proteção, cada uma destas com sua função para o funcionamento efetivo da Rede estrutural. Muitas das dinâmicas empregadas na raiz da iniciativa mineira não estão mais em curso atualmente, especialmente pela dinâmica atual da sociabilidade por vias tecnológicas. Porém, apesar das alterações ao longo dos anos, a RVP das origens em relação às Redes que existem atualmente preservou toda a ideia central para o

funcionamento das iniciativas.

É fato que na sub-rede de vigilância mútua as pessoas não assopram mais apitos para dispersar possíveis infratores que possam estar invadindo residências, assim como a sub-rede de verificação não faz uma varredura presencial da pessoa para integrar a RVP. Entretanto, a identificação com uma placa ainda é a mesma e a vigilância mútua e a proteção também são realizadas de forma a preservarem a segurança entre os vizinhos que tomam conta das residências uns dos outros. Além disso, a realização de reuniões periódicas entre comunidade e PM com o foco central nas discussões sobre a proteção territorial do bairro, que no caso de Brasília são direcionadas para orientar as melhores práticas de vigilância das ruas ou quadras, também preserva em alguma medida o desenho inicial do programa.

Sendo assim, ainda que com o desenvolvimento de tecnologias para comunicação virtual em massa a RVP tenha alterado a sua forma de funcionamento e passou a operar predominantemente por meio de grupos virtuais em aplicativos de mensagens instantâneas, em que um agente passivo da Polícia Militar integra o grupo composto por residentes de determinadas vizinhanças, ficando o policial ali como observador das mensagens e coletando as informações prestadas virtualmente, é válido dizer que a Rede de Vizinhos Protegidos se adaptou e até mesmo se beneficiou das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o que poderia ser visto quase como uma Rede Virtual de Vizinhos Protegidos, como argumentam Lemos e Rezende (2015).

No âmbito do Distrito Federal, essa política pública surgiu em 2017 na Região Administrativa<sup>5</sup> XVIII (R.A) – Lago Norte e Taquari –, que, segundo relatos da própria PMDF, estava passando por corriqueiros casos de roubo à residência com restrição de liberdade. Atualmente, existem RVPs em onze Regiões Administrativas, sendo elas Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Santa Maria, Riacho Fundo I e II, Lago Norte, Lago Sul, Varjão, Candangolândia, Octogonal/Sudoeste e Park Way. Diante do cenário de vitimização patrimonial recorrente à época, os residentes da R.A XVIII, região embrionária da RVP no DF buscaram a Polícia Militar para tentar encontrar uma forma de sanar a problemática, visto o elevado impacto psicológico e financeiro que esse tipo de crime tem sobre suas vítimas.

Assim como em Minas Gerais a parceria entre comunidade e Polícia Militar se

---

<sup>5</sup> No Distrito Federal, desde 1998, por meio do decreto N° 19.040 não se utiliza mais a denominação “cidade satélite”, sendo adotado o termo “Região Administrativa”. Nesta dissertação, se emprega a expressão Região Administrativa como posto pelo decreto, mas se deve interpretar a noção de R.A enquanto uma cidade própria com suas respectivas vizinhanças.

deu por iniciativa da PMMG, foi proposto pela Polícia Militar do Distrito Federal a Rede de Vizinhos Protegidos, ainda não existente no DF e que foi apresentada aos moradores pelos, à época, Tenente José Luiz Barbonaglia da Silva Amaral e pelo Tenente Coronel Nafêz Imamy Sinício Abud Cury, ambos integrantes do 24º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, sendo o Nafêz então comandante do citado batalhão à época de implantação do projeto RVP. Ambos os policiais ficaram no 24º batalhão por um tempo e posteriormente foram deslocados para o 3º Batalhão, que cuida dos setores Asa Norte, Noroeste, Setor de Oficinas Norte (SOFN) e Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte (SAAN).

Segundo relatos, foi por meio da ação desses dois policiais que a RVP chegou ao Plano Piloto nos setores da Asa Norte e Asa Sul. Tive a oportunidade de ingressar em um dos grupos da RVP existentes na região onde residi por um tempo. Logo de início, pude perceber a forma como se distinguiam os grupos da Asa Norte em relação aos grupos do Lago Norte, que se organizavam em poucas pessoas por quadra, enquanto que na Asa Norte os grupos se organizam com muitas pessoas de diversas quadras. Esse é, sem sombra de dúvida, o aspecto mais complicador para a criação de uma comunidade virtual de segurança comunitária na Asa Norte, pois estudos anteriores sugerem que grupos online grandes têm menos associações comunitárias entre os membros do que pequenos grupos, muito em virtude de a comunicação ser fragmentada (para mais informações, ver Baym (1995) e Clerc (1996)).

### 3. O Campo de Estudo: A RVP no Contexto Socioespacial do Distrito Federal

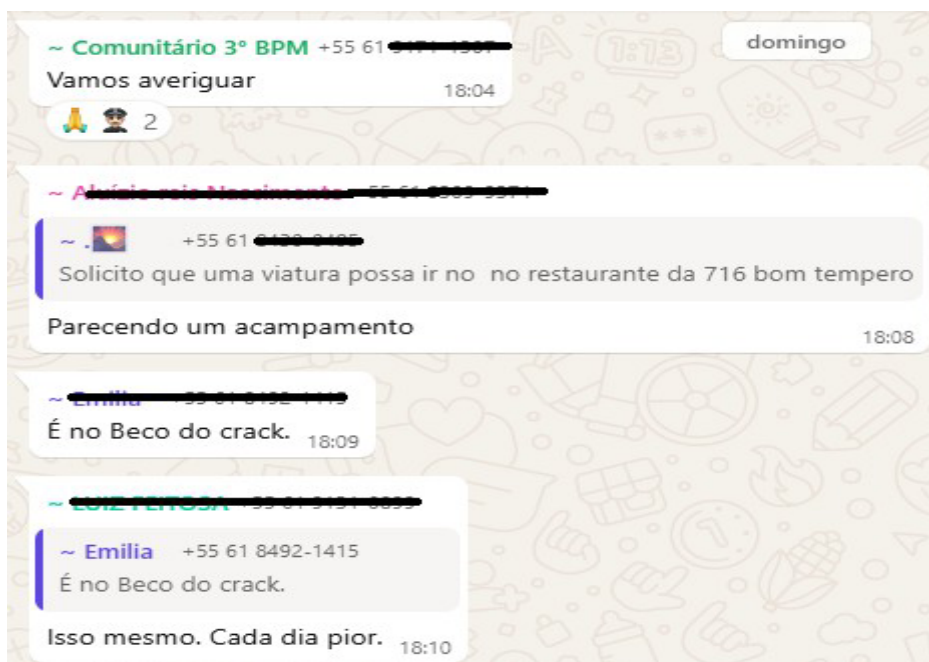
Ao chegar no Distrito Federal, como qualquer pessoa vinda do interior chegando pelo Park Way, passando pelo Eixo Rodoviário que cruza a cidade de ponta a ponta, fazendo retorno por diversas “tesourinhas” até adentrar a W3 Sul e ir de ponta a ponta até a W3 Norte, Brasília logo de início se mostrou uma cidade deslumbrante. Com avenidas arborizadas, prédios bem construídos e até mesmo pontos de ônibus – no DF chamados de paradas – e entradas de metrô arquitetonicamente chamativos, a cidade me encantou. Posteriormente, eu soube que essa era uma realidade basicamente restrita ao Plano Piloto e algumas regiões mais abastadas do DF.

Vivendo na Asa Norte e conversando com alguns motoristas de aplicativo em alguns trajetos, assim como andando de ônibus, fui descobrindo a realidade cultural do

DF. Onde eu residia era visto por muitas pessoas como uma das áreas nobres para se morar, mas para alguns dos meus vizinhos, o local já podia se chamar de ‘‘Asa N6ia’’ em funao da quantidade de pedintes e usuários de crack que estavam morando nas ruas e terrenos no ocupados pela regiao. Um desses acampamentos ficava a poucos metros ao atravessar a rua onde residi, enquanto que um ponto para o uso de drogas, chamado por alguns de ‘‘beco do crack da 716’’ apresentado nas Imagens 2 e 3 (que nem sequer é um beco mesmo, mas que a noite de fato é mais tenso, como mostra a reportagem do jornal Metr6poles: [link](#)), era motivo constante de reclamaoes como mostra a Imagem 1. Esse ‘‘beco’’ ficava a uma quadra e meia de onde estava localizado o meu apartamento.

A Asa Norte comeou a ser povoada logo no início do Plano Piloto. Atualmente, segundo consta, ha aproximadamente 250 mil habitantes nesse setor da RA I, havendo prefeituras de quadras em várias quadras. Além disso, as lideranas locais sao esparsas, nao havendo um representante destacável por quadra, mas com vários síndicos assumindo o papel de representante máximo de seus respectivos prédios, o que, segundo relatos de um interlocutor da PMDF, gerou dificuldades para a implementaao inicial das RVPs na regiao.

Imagem 1. Reclamaoes sobre o denominado ‘‘Beco do Crack da 716’’



Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2025.

Segundo dados da PDAD 2021 do Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) e atualmente chamado de Instituto de Pesquisa e Estatística do

Distrito Federal (IPEDF), a caracterização estatística da população que vive na Asa Norte é de pessoas com renda média de R\$7.964,86 e renda domiciliar estimada em 11.012,60. A maioria é de pessoas do sexo feminino (52,9%), havendo 31,1% de famílias sendo de casais sem filho e 30,3% de morador unipessoal para quem tem 14 anos ou mais. O nível de escolaridade é de 73,9% de pessoas com 25 anos ou mais possuindo ensino superior completo, e em relação a cor da pele as autodeclarações das pessoas com 14 anos ou mais são de 58,3% brancas, 31,3% pardas, 8,6% pretas e 1,6% amarela, para indígena a amostra foi insuficiente.

Ademais, convém dizer que para os residentes da Asa Norte, o tempo médio de moradia na R.A I é de 14,4 anos, com 64,3% dos respondentes declarando terem vindo de fora do DF, sendo que desse total, 20,4% vieram de Minas Gerais, 15,1% de São Paulo e 10,7% de Goiás, outras UF não tiveram amostra significativa. Por fim, no que diz respeito à ocupação trabalhista principal, 49,3% dos respondentes indicaram trabalhar no setor privado, 31,6% na administração pública, 9,3% como autônomo e 5,9% nas Forças Armadas/Polícia Militar/Bombeiros. Se juntarmos as pessoas que atuam nas áreas de segurança pública com as pessoas que atuam na administração pública temos que 37,5% das pessoas que residem na Asa Norte são trabalhadores do poder público, um percentual significativo mas inferior ao do Lago Norte, como será apresentado mais adiante.

Antes de vir para Brasília, já tinha recebido a informação por meio de um conhecido da PMDF que a Rede de Vizinhos Protegidos funcionava bem no Lago Norte. Por este ser meu objeto, já estava decidido que as vizinhanças dessa R.A seriam uma unidade de análise, faltando definir seu contraponto geográfico, o qual optei pela Asa Norte por alguns motivos.

Além do contraste urbano com o Lago Norte (R.A XVIII) já que a Asa Norte é mais densamente povoada, estruturalmente composta por prédios residenciais e comerciais, escolas, e áreas de lazer ao ar livre, esse setor do Plano Piloto (R.A I), assim como seu inverso sul, é incomodamente ocupado por pessoas vivendo nas ruas, usando entorpecentes em qualquer horário – especialmente crack –, pedindo dinheiro ou comida e praticando pequenos delitos. Assumindo que questões ambientais são basilares para os estudos que pensam a relação entre urbanidade e ocorrência criminal, a citar Shaw e Mckay (1942), Jacobs (1961), Kornhauser (1978), Wilson e Kelling (1982), Hunter (1986), Skogan (1990), Sampson e Wilson (1995), Sampson e Raudenbush (1999), Skogan (2008), Sampson (2012), apenas para ficar em alguns exemplos, essa área me

chamou atenção pela capacidade que os *usuários*<sup>6</sup> têm de interferir na sensação de segurança e criminalidade nas áreas em que estão alocados.

Por conta disso, ver essas situações, morar na Asa Norte e tomar conhecimento de que em minha quadra residencial havia uma RVP em funcionamento foram fatores que me conduziram a selecionar a Asa Norte como contraponto ao Lago Norte. Ainda que ambas as unidades de análise sejam áreas de renda elevada, era estimado que a Rede de Vizinhos Protegidos funcionasse de maneira distinta em cada local selecionado, pois além das características urbanas estruturalmente distintas, em um local os fatores ambientais modificavam significativamente a rotina das pessoas e em outro não há essas questões.

Imagem 2. O Beco do crack de dia, blocos G e H da SCRN, 716, Asa Norte.



Fonte: Foto própria, 2025.

---

<sup>6</sup> Apesar de nem todos as pessoas em situação de rua serem usuárias de entorpecentes, doravante, em todos os momentos que forem citados apenas como usuários será a fim de simplificar o termo.

Imagem 3. Beco do crack a noite.

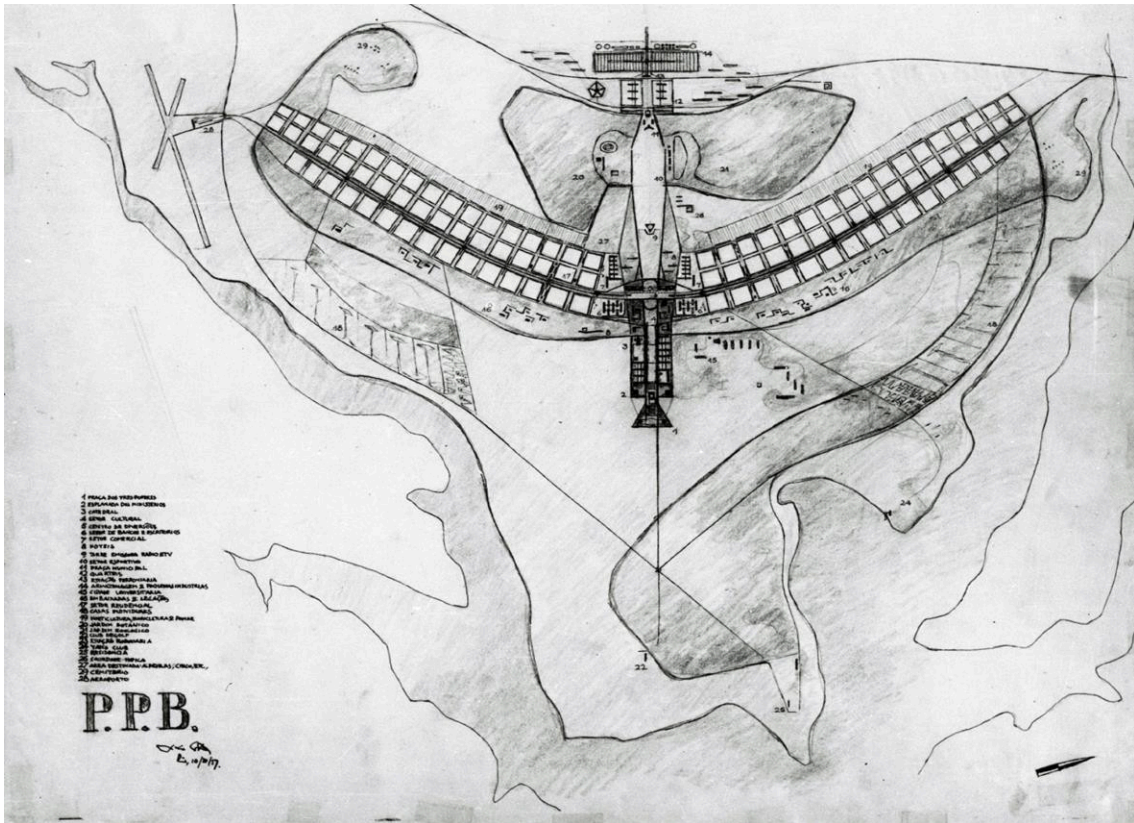


Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2026

Atualmente a R.A I é formada pela Asa Norte, Asa Sul, Setor Militar Urbano, Setor de Clubes, Setor de Garagens e Oficinas, Noroeste, Eixo Monumental, Esplanada dos Ministérios, Setor de Embaixadas Sul e Norte, Vila Planalto, Vila Telebrasilândia, Setor de áreas Isoladas Norte que sedia os três poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Vale mencionar que parte do Plano Piloto não foi planejada mas não se emancipou, como são os casos da Vila Planalto, resultado de ocupação e a Vila Telebrasilândia. Outras áreas não planejadas que inicialmente faziam parte da R.A I geograficamente mas se emanciparam foram o Núcleo Bandeirantes, durante um tempo chamado de Cidade Livre pois nos seus primórdios as tarifas comerciais eram baixas ou até mesmo inexistentes, e a Candangolândia, local onde boa parte dos primeiros trabalhadores construtores de Brasília, principalmente nordestinos, se alocaram na chegada a Nova Capital e por isso também recebe o nome de Cidade dos Trabalhadores “cidade-mãe de Brasília” (Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2024 [link](#)). Por terem vivido em condições precárias de moradia e habitação, essa R.A também já foi chamada (de forma não oficial) de Sacolândia e até de Lonalândia.

Imagem 4. Plano Piloto, planta com Asas Sul e Norte, e a Praça dos Três Poderes.



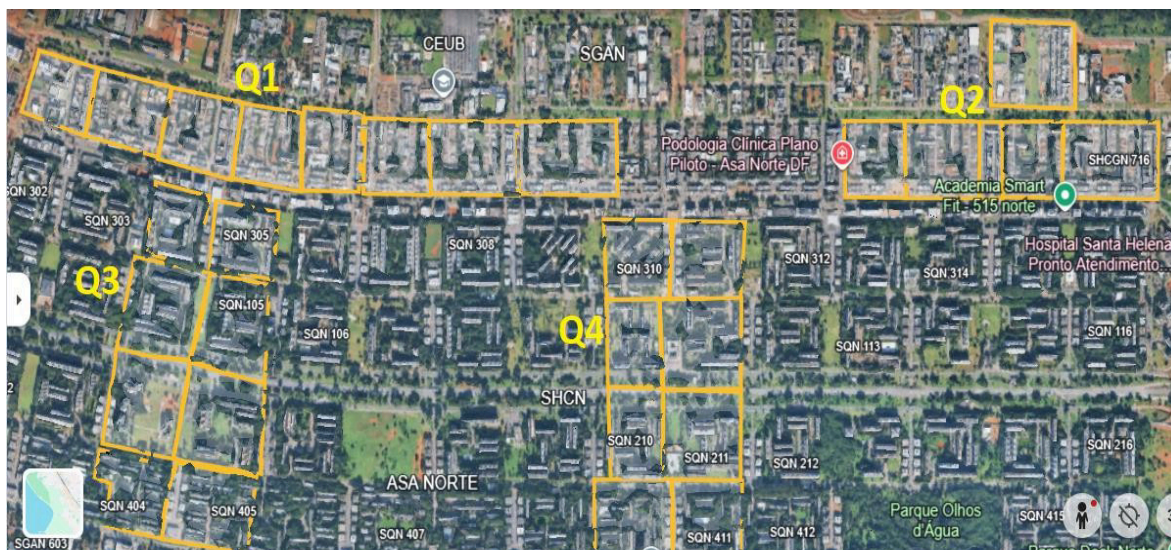
Fonte: Projeto do Plano Piloto elaborado por Lúcio Costa (Arquivo Público do DF).

Em relação ao Projeto inicial de Lúcio Costa, perto do Plano Piloto, atualmente houve grandes mudanças com áreas urbanizadas de maneira consolidada. Como pode ser visto na Imagem 3, também aparecem o Lago Norte (Habitações Individuais Norte e entorno), Varjão e Taquari, o Lago Sul, o Sudoeste, parte do Cruzeiro Velho, além do Noroeste, Jardim Botânico, Granja do Torto e o Aeroporto.

Imagem 5. Plano Piloto atualmente e mais algumas regiões adjacentes.



Imagem 6. Quadras da Asa Norte com grupos da RVP que participei.



Q1: quadras 702 à 709, Q2: quadras 713 a 716 e quadra 915, Q3: quadras 104, 105, 204, 205, 304, 305, 404 e 405, Q4: quadras 110, 111, 210, 211, 310, 311, 410 e 411. Para melhor visualização, ver diretamente no Google Earth ao clicar [aqui](#).

Ainda que o Distrito Federal seja rico em história e controvérsias atinente à sua formação territorial e social das diversas Regiões Administrativas (atualmente 35), interessa neste trabalho apenas duas: A Asa Norte, que é uma parte do setor norte do Plano Piloto, e o Lago Norte, Região Administrativa pertencente a Unidade de Planejamento Territorial Central Adjacente I do Plano Piloto, juntamente com o Lago Sul, Park Way e Varjão.

Tendo o interesse em dois locais em vista, a contextualização histórica e social bibliográfica foi focada apenas nessas duas áreas, com leves pinceladas sobre outras áreas que possuem ligação histórica ou com a região a que pertencem ou de forma direta com as duas áreas selecionadas.

Sendo a Asa Norte pertencente ao Plano Piloto, a sua construção está íntima e diretamente ligada ao projeto original de Lúcio Costa, mas segundo consta, o setor norte do Plano Piloto foi sendo ocupado precariamente no início de seu surgimento, com lojas e até residências feitas em sua grande maioria de madeira.

“A W3 Norte, no primeiro momento, foi abandonada. Era uma via, que já tinha sido aberta pelos tratores, conforme o Plano Piloto, mas não tinha sido pavimentada, não tinha sido construída nenhuma superquadra. Aliás, pra não dizer que nenhuma, a primeira superquadra foi a 312, que é a famosa quadra de blocos de tijolinho.

Ao longo da W3 norte, foram se acumulando barracos de madeira, onde, diga-se de passagem, alguns dos melhores restaurantes de Brasília se

situavam, aproveitando o aluguel barato e a pouca exigência quanto à instalação”. José Carlos Coutinho, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), via G1. [link](#)

Imagem 7. Superquadra 312, Asa Norte (SQN), Plano Piloto de Brasília, 2016.



Fonte: Correio Braziliense. [Link](#).

Há relatos de que devido ao seu pioneirismo, os “prédios de tijolinhos” da SQN 312 eram chamados de “castelo do cerrado”. Isso se deu por esta ser a única construção da Asa Norte à época em meio ao horizonte de terra vermelha e o vasto contingente de construções mais simples de madeira na região, começando a SQN 312 a ser ocupada em 1966 com prédios de até 96 apartamentos.

Em 2002, houve inclusive o lançamento de um livro contando a história da quadra inaugural da Asa Norte, chamado “Um castelo no cerrado: histórias de moradores e artistas da SQN 312”. De autoria do jornalista Lourenço Cazarré e editoria da Secretaria de Cultura do D.F., o livro relata o início daquela que já foi a quadra mais habitada da Asa Norte. Sem sombra de dúvidas, há diversos outros locais desse setor da R.A I com sua riqueza cultural e social que faltariam páginas aqui para mencionar todas. Mas, se por um lado a Asa Norte é bonita e arborizada, com prédios de classe média e residentes em sua grande maioria brancos e com alta escolaridade, por outro, a região tem as suas características problemáticas de segurança relacionadas às pessoas em situação de rua.

A locução “pessoas em situação de rua” refere-se a uma condição vista como temporária, capaz de ser alterada através de políticas públicas de moradia, emprego, saúde e assistência social. Essa locução veio para alterar a ideia pretérita de “morador de rua”, circunstância em que *morar* é visto como permanente e *situação* visto como um caso passível de ser alterado. Há ainda quem adote o termo “viveres na rua”,

muito embora na maioria dos casos as pessoas nessas condições são mais sobreviventes do que viventes. Mas, para fins de praticidade da escrita e buscando a não repetição excessiva, nessa dissertação o termo viventes e a locução referida serão utilizados de forma intercambiável fazendo referência ao mesmo fenômeno.

Os viventes são uma realidade crescente no Brasil, com números que indicam um aumento significativo de pessoas estando nas ruas do país. Essa condição de vida é marcada e ocasionada por desafios como falta de moradia, desemprego, problemas familiares e dependência química, em que a predominância estatística é de perfis masculinos, adultos e pardos e/ou negros. Segundo consta no *Caderno n°37 de estudos. Desenvolvimento social em debate. Pessoas em situação de rua: Conceitos, métodos de contagem e políticas públicas*, de autoria do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), o número de viventes nas ruas do Brasil mais do que dobrou entre 2018 e 2024.

De acordo com o Cadastro Único, o número de pessoas em situação de rua no Brasil saltou de 116.799, em 2018, para 292.144, em julho de 2024. Além disso, o número de municípios com registros de pessoas em situação de rua quase dobrou, passando de 1.215, em 2015, para 2.354, em 2023. Esse crescimento expressivo demonstra a urgência de políticas públicas externas, não apenas quanto à questão econômica, mas também em relação à restrição de vínculos familiares e à promoção de redes de apoio que possam prevenir o agravamento dessa situação. (MDHC, 2024.)

No âmbito do Distrito Federal, o GDF vem trabalhando para lidar com a problemática, como por exemplo a criação de algumas sedes para pernoite, chamadas de *hotel social*. A primeira sede inaugurada por esta política pública foi na data de 23/08/2025 e está localizada no Setor de Abastecimento e Armazenamento Norte (Saan), localizado na região do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), mas há também outras em planejamento (para mais, ver [link](#)).

Além disso, o GDF vem realizando levantamentos de dados sobre a questão com dois censos já concluídos, um em 2022 que indicou 2.938 pessoas em situação de rua presentes no DF e outro em 2025, que indicou um número de 3.521 pessoas em janeiro desse mesmo ano, representando um aumento de 19,8%, como apontado pelo 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua, IPEDF Codeplan, 2025. Quanto à distribuição pela capital federal, a mesma fonte demonstra que a área de maior ocupação para a sobrevivência é o Plano Piloto, com 728 viventes em 2022 e 897 em 2025. Entretanto, embora não seja uma das unidades de análise, vale destacar uma R.A

específica que apresentou um crescimento exponencial impressionante, a Ceilândia (R.A IX), que em 2022 foram identificados nessa R.A 240 viventes e em 2025 o censo captou 719 pessoas em situação de rua, um aumento de 199,6%.

Ademais, ainda nos limites do DF mas ao mesmo tempo ratificando o que é expresso em âmbito nacional, a maioria das pessoas que estão vivendo na rua em Brasília são homens (82,2% e 15,9% mulheres), sendo que desse total 55,8% se declara como pessoa parda e 24,1% como preta, tendo ainda 15,4% se declarado como pessoa branca e 1,8% de respondentes ao censo do IPEDF se identificado como indígena. Por fim, a idade mais predominante é a faixa etária de 31 a 49 anos (54,3%), com 20% tendo entre 18 e 30 anos e 15,5% estando entre 50 e 59 anos.

Esses dados demonstram que a maioria dos viventes do DF são homens entre a juventude e a meia idade com o marcador social cor da pele predominantemente preto/pardo, marcador este extremamente segregador de espaços no Brasil e que somado aos estigmas que predominam sobre as pessoas em situação de rua faz com que esses indivíduos sejam os mais monitorados pelos vizinhos protetores. Além disso, a ocupação territorial por pessoas nessas circunstâncias está diretamente ligada à segregação socioespacial presente na capital federal e dessa forma, ainda que falar de Asa Norte seja falar sobre parte da ideia original inicial de Brasília, viver na Asa Norte é ver e saber sobre as condições de vida díspares entre as regiões do entorno que dependem economicamente do Plano Piloto e a atratividade para quem vive da caridade de terceiros.

Longe de ser uma questão exclusiva dessa área de Brasília, a presença de pessoas em situação de rua é crescente no Plano Piloto como os dados mostram. Ainda que nos censos realizados pelo IPEDF não haja uma separação espacial onde há a maior aglomeração dos viventes pelo Plano Piloto, destacadamente o Setor Comercial Sul na Asa Sul, a Rodoviária de Brasília e diversos pontos da Asa Norte são as áreas de maior ocupação na R.A I. No caso em questão da Asa Norte, muito por conta dessa presença nas entrequadras e nos terrenos vagos e o frequente consumo de crack à luz do dia, a Asa Norte se tornou *Asa Nóia* para alguns. Ilustro na Imagem 8 um desses espaços de moradia que ficava a poucos metros de onde residi.

Imagem 8. O acampamento da SCRN 915.



Fonte: Foto própria.

Assim como a dependência econômica que outras regiões têm do Plano Piloto é chamativa, as oportunidades para viver na rua em espaços ‘agradáveis’ – uso das áreas pois em circunstância nenhuma pode ser agradável viver na rua, mas morar sob a sombra das árvores na R.A. I certamente é melhor do que nas [R.As](#) onde o racismo ambiental é notório no D.F. – também são. Em datas comemorativas como natal, páscoa e Dia de Nossa Senhora Aparecida, os pontos estratégicos perto de igrejas e casas de caridade ficam mais aglomerados por pessoas em situação de rua em busca de doações. Infelizmente não possuo os dados temporais para fazer a correlação entre crimes e esse aumento sazonal, mas a hipótese não pode ser descartada, já que nos meses em que havia nítido aumento de pessoas em situação de rua na região, também sofriamos com o aumento do furto de cabos de energia das quadras.

No que se refere a dependência econômica, ver ônibus lotados no sentido de Sobradinho I e II, Taguatinga, Planaltina e até mesmo Valparaíso de Goiás-GO foram imagens que se tornaram normais nas minhas manhãs e fins de tarde de segunda a sexta-

feira quando caminhava pela W3 Norte. Chamadas de cidades dormitórios, boa parte das Regiões Administrativas do Distrito Federal envia seu contingente de trabalhadores para o Plano Piloto todo dia para trabalharem e voltarem para casa para dormir, repetindo a rotina sistematicamente ao longo da semana. Para o Lago Norte, R.A de pessoas com considerável poder aquisitivo os ônibus estavam sempre vazios, sendo utilizados tais transportes públicos basicamente por estudantes das escolas particulares para retornarem para casa quando os pais ou responsáveis não os buscavam de carro, ou por trabalhadores da Asa Norte que pegavam o transporte até determinado ponto para depois irem para regiões próximas, como o Varjão, R.A vizinha ao Lago Norte.

A R.A XVIII, como já mencionado, é um espaço de moradia em sua maioria para pessoas de renda média alta, sendo que o nome originalmente seria Península Norte pensando em quesitos geográficos, mas tendo a existência do Lago Sul, logo virou Lago Norte por também estar no Lago Paranoá mas ao extremo oposto da Região Administrativa (R.A) sulista. O ‘Norte’ é uma R.A do Distrito Federal com ocupação iniciada ainda na primeira metade da década de 1960 a partir do projeto urbanístico elaborado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), para o Setor Habitacional Individuais Norte – SHIN e o Setor de Mansões do Lago Norte – SML. Apesar da sua contemporaneidade habitacional junto ao projeto do Plano Piloto, o local só foi ter sua decretação enquanto região própria em 1994, tornando-se a R.A XVIII com o Decreto nº 15.516/94.

Inicialmente, a comparação entre as [R.As](#) I e XVIII era algo que socialmente não fazia sentido por serem regiões onde as pessoas pouco diferem em questão de escolaridade, cor da pele, classe social e ocupação trabalhista. Mas, se o Plano Piloto representa 25,5% das pessoas em situação de rua no DF, com 897 pessoas, o 2º censo identificou no Lago Norte apenas 13 pessoas viventes, o equivalente a 0,4% do total. Apenas a nível de informação, no Lago Sul, R.A que para muitos é a mais elitizada socialmente do DF, foram encontrados 57 viventes (1,6% do total), algo que chama atenção sobre o porque a R.A XVIII ser menos visada por pessoas em situação de rua, sendo o funcionamento da RVP um dos possíveis motivos de expulsão eficiente.

Por ser uma das regiões do Distrito Federal com reconhecimento de posição socioeconômica significativa, residir no Lago Norte mais do que morar em um local seguro e economicamente bem estabelecido no D.F., também significa ter um status atribuído a si enquanto uma comunidade local, mesmo que a ideia de comunidade e de

local não se transfigure nesse caso em específico em um aldeamento tradicionalmente associado às relações sociais próximas. Porém, na situação em questão, temos condicionantes sociais e geográficas que em alguma medida, tornam compreensível a noção de que o Lago Norte tem sua comunidade e coesão social próprias.

Em termos definidores, a península é uma área de terreno cercada de água por todos os lados exceto em um ponto que a liga a outro terreno. Imagetivamente, o Lago Norte é uma bota de cano longo na maior parte de seu território, em metáforas sociais mercadológicas, é uma Louis Vuitton em função do alto valor agregado às residências pelo nome da R.A. Essa característica geográfica sui generis transforma a R.A XVIII em um local de restrições de acesso urbano que por meio da organização dos moradores batalham para impedir a construção de pontes que dariam outras saídas e entradas ao local ligando-o ao Lago Sul e à Universidade de Brasília, por exemplo, como proposto pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

“Fui a uma reunião em que ouvi que ‘ninguém do Lago Norte não quer a ponte’. Eu rebati, dizendo que ‘ninguém é muita gente’ e que eu sou morador do Lago Norte e que quero a ponte”. “Mas o senhor não é da nossa associação”. Secretário de Obras do GDF, Valter Casimiro. BSB Revista. 28/05/2024

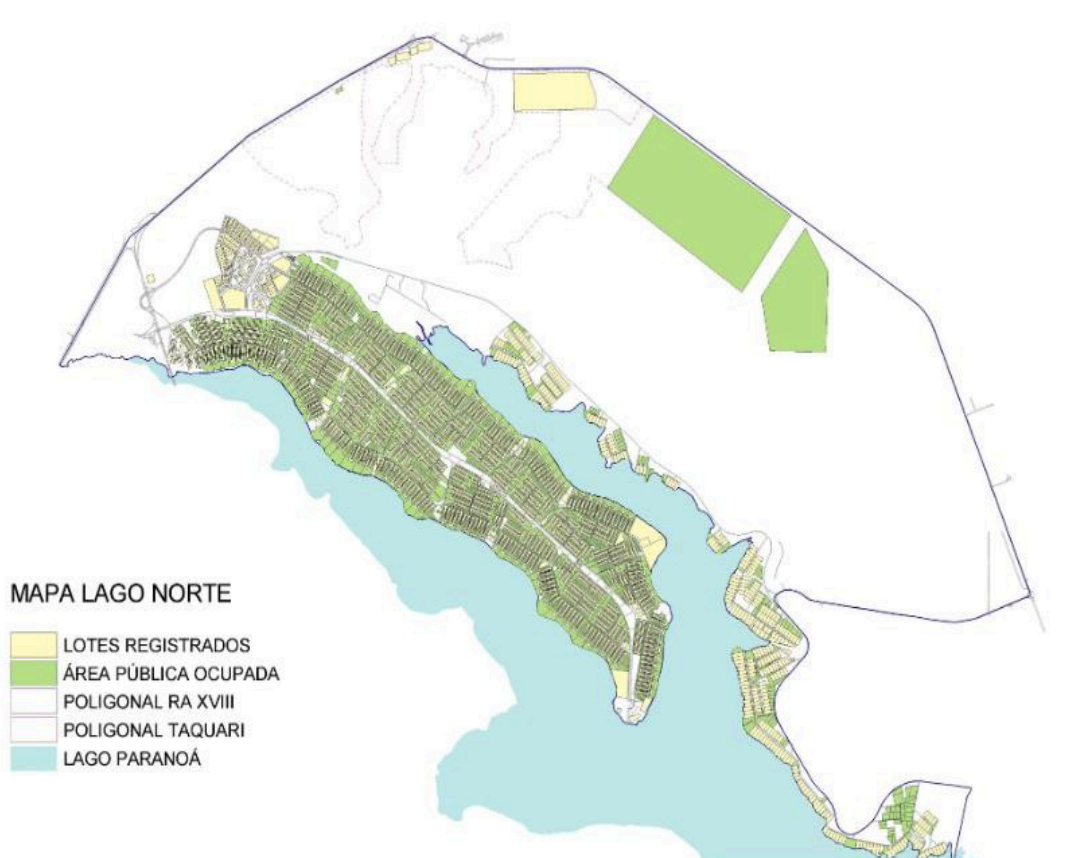
Ainda que vantajoso do ponto de vista da locomoção, a discussão sobre pontes no Lago Norte é antiga e a resistência é mais uma luta contra uma obra do governo local, é um embate a favor da conservação ambiental e restrição ao acesso. Esse segundo ponto é encampado pelo discurso da segurança, já que como há apenas uma via de entrada e saída da região, se propõe o discurso de que isso facilita a vigilância já que todos sabem quem entra e quem sai do Lago Norte e se realmente é de lá, contribuindo para a identificação de pessoas desconexas ao segmento social e que, em tese, poderiam ser dignas de observação em caso de comportamento suspeito. A Prefeitura Comunitária da Península Norte em 2022 fez saber aos residentes que:

“O tema (da construção da ponte) é de grande complexidade quanto aos impactos possíveis, não apenas diretamente na região do Lago Norte, mas em todo o DF, quanto aos riscos de assoreamento e poluição do Lago Paranoá, novas crises hídricas, desequilíbrio ecológico, etc. Já contatamos deputados, nos reunimos com o Administrador do LN e com o Secretário da SEMOB e continuaremos buscando nos embasar de maneira sólida e consistente visando as discussões que ocorrerão ao longo do projeto.” Prefeitura da Península Norte. Acesso em 04/01/2025. Disponível em [link](#)

Enquanto que um morador da área expôs a sua opinião nessa publicação da seguinte forma:

“Querem acabar com o sossego e com o próprio Lago Norte, por pura especulação imobiliária, para construção do “Taquari 2”, que será pago em contrapartida para quem construir as pontes, sem falar que o assunto já foi discutido no passado pela comunidade e foi rejeitado, isso já nos anos 1990. Absurdo o que querem fazer. Sem falar no impacto ambiental (nascentes, fauna, flora e etc...), de segurança, e com forte possibilidade de desapropriações e qualidade de vida do Lago Norte.” Prefeitura da Península Norte. Acesso em 04/01/2025. Disponível em [link](#)

Imagem 9. Mapa geral Lago Norte.



Fonte: Administração Regional do Lago Norte. Disponível em: [link](#)

Na formação do Lago Norte enquanto área residencial do D.F., as primeiras edificações foram o Clube do Congresso, a QL 16, e as QI 2, 4 e 6. Além disso, a região contou com incentivos a fim de que fosse concretizada sua ocupação enquanto área residencial, sendo que na década de 1970, a Fundação Educacional disponibilizou aos professores o financiamento de lotes. Ao que consta na descrição sobre a região em fontes do GDF, o Setor Habitacional Individual Norte era pouco valorizado pela falta de atrativos e por isso houve tal incentivo de crédito e assim, entre 1975 a 1982 a ocupação da Península Norte se consolidou. Muito em virtude disso, a organização comunitária da região já se institucionalizou em 28/07/1979, com a fundação da Prefeitura Comunitária

da Península Norte - Associação Comunitária de Vizinhança (PCPN), com associação prevista principalmente para moradores das quadras QL e QI da Península Norte.

Imagem 10. Mapa de algumas quadras do Lago Norte enquanto R.A.



Fonte: Administração Regional do Lago Norte. Disponível em: [link](#)

Apesar de não haver uma relação exclusiva direta entre as ocupações trabalhistas das pessoas que participaram do início da habitação da R.A XVIII e as ocupações atuais, é cabível admitir que o incentivo a professores e a fundação do Clube do Congresso atraiu pessoas da administração pública em sua maioria, o que se reflete nos dados trabalhistas recentes. Na PDAD 2021 , foram coletados no Lago Norte dados que indicam que mais de 39% das pessoas trabalham na administração pública.

Embora a fonte seja confiável, os dados de 2021 indicam que há 3,1% de pessoas do Lago Norte que têm como principal ocupação empregado/a doméstica. Nesse caso, usufruindo da parcimônia, especulo que houve situações em que a pesquisa foi respondida por pessoa amostrada que estava trabalhando no Lago Norte, talvez resida na casa dos empregadores e gerou tais dados. Buscando no mesmo instituto, há dados de 2024 da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-A), em que 41,3% dos residentes possuíam ocupação trabalhista no setor público e não consta porcentagem para empregado/a doméstico/a.

Infelizmente, porém, a PDAD-A 2024 não separou os setores do Plano Piloto como foi feito na PDAD 2021. Não é possível, portanto, comparar as regiões Asa Norte e Lago Norte com base nos dados de um mesmo marco temporal e por esse motivo, os dados da R.A XVIII serão apresentados os de 2021 e mencionados os de 2024 quando necessário. Ainda com base nas informações de 2024, quando se observa a área de atuação dentro da administração pública, 72,8% das pessoas que residiam na Península Norte trabalhavam na esfera federal e o restante na distrital/estadual.

Além disso, os dados mais recentes indicam que no quesito origem, 79,8% dos residentes do Lago Norte são do próprio DF, havendo 4,7% de pessoas oriundas de Minas Gerais e 1,8% de Goiás. Sobre a cor da pele, 63,2% se declaram brancos, 27,1% pardos, 7% negros e as demais autodeclarações a amostra foi insuficiente, enquanto que a escolaridade apresenta que 71,7% das pessoas possuem ensino superior completo. Por fim, assim como na Asa Norte, no Lago Norte a maioria das pessoas são do sexo feminino (52,4%) e a maior parte dos núcleos familiares são de pessoas casadas (53,4%), todas essas informações de 2024.

Outra condicionante para a coesão social é a permanência no mesmo local, o que favorece para o desenvolvimento de laços sociais, participação em espaços comunitários comumente compartilhados com pessoas da vizinhança e caracterização vicinal por julgamento, mesmo que não haja um convívio diário com os vizinhos. Nesse quesito, tanto a Asa Norte quanto o Lago Norte apresentam formidável permanência residencial, o que aumenta as chances de absorção de costumes locais, além de permitir um julgamento às pessoas que possam parecer não pertencentes ao ambiente de reconhecimento vicinal quase indelével, sendo estes os *observáveis*.

Enquanto que no setor norte da R.A I o tempo médio de moradia ultrapassa os 14 anos, o tempo médio de moradia na R.A XVIII também é elevado, sendo em torno de 11,8 anos de permanência no local. Ademais, como já mencionado, o Lago Norte é uma região de renda elevada, tendo renda média de R\$7.925,77 e renda domiciliar estimada em R\$15.867,10, isso segundo dados de 2021, pois os dados de 2024 não continham essa informação.

E por fim, somando-se aos pontos anteriores como traços a serem levados em consideração e que em alguma medida podem contribuir para a homogeneidade social aparente para estabelecer um nível de identitarismo local, destaco o fator cor da pele. A

maioria das pessoas do Lago Norte se identificam como pessoas brancas, sendo esse o quantitativo de 63,2% de pessoas que se apresentam como brancas, nas demais autodeclarações temos 27,1% como pardos e 7% como pessoas pretas, enquanto que as demais definições não tiveram amostra o suficiente.

Inegavelmente quando se observa apenas os marcadores sociais mais habituais para se caracterizar uma determinada área populacional, a Asa Norte e o Lago Norte pouco destoam entre si. Ambas são regiões com maioria branca, com boa parte dos residentes atuando no setor público, com escolaridade elevada, renda média acima de sete

(7) mil reais e com elevado tempo de permanência na mesma R.A. Em conversas informais com alguns conhecidos, já ouvi o comentário do tipo: “na Asa Norte moram os filhos de quem vive no Lago Norte, muda pouca coisa.” Apesar dessa similaridade entre as populações das regiões selecionadas, o ponto crucial para análise de funcionamento das Redes de Vizinhos Protegidos é o já mencionado fato ambientalmente impactante para a sensação de segurança e ocorrência criminal praticada em grande maioria por pessoas em situação de rua, e é o que será abordado mais detalhadamente nos resultados.

### 3.1 A entrada no campo (os grupos). Me tornando um vizinho protetor.

Como será abordado na seção Métodos e Dados, a netnografia é um método de pesquisa que tem como objetivo analisar culturas e comunidades online. Nesse tipo de comunidade há formas de participação que a constituem como uma comunidade propriamente dita, sendo elas o participante habitual, o principiante, o espreitador e o agressor (Correll, 1995, vide KOZINETS, 2014). Ainda em Kozinets (ibidem) o autor adapta as formas de participação para participantes devotos, confidentes, principiantes, sociável, interagente, fazedor, observador e socializador, isso com base na definição geral de contribuintes e espreitadores apresentada por Kristine de Valck (2005), definindo assim quais as formas e as classificações de participação que caracterizam uma comunidade virtual a partir dos laços sociais ali constituídos (para mais, ver KOZINETS, 2014, p.37-38).

Para alcançar analiticamente essas questões e por se tratar de uma abordagem tangente à etnografia, o método netnográfico segue algumas etapas para a pesquisa de campo online, sendo elas:

primeira - definição das questões de pesquisa, websites sociais ou tópicos a investigar;

segunda - identificação e seleção da comunidade;

terceira - observação participante da comunidade e coleta de dados;

quarto - análise de dados e interpretação interativa de resultados;

quinta - redação, apresentação e relato dos resultados da pesquisa e/ou implicações teóricas (KOZINETS, 2014).

Essas são etapas pensadas para absorver e analisar a maior quantidade possível de fatores que compõem a estruturação de uma comunidade online. Dentro das ciências humanas e sociais, a definição de comunidade está longe de ser um ponto pacífico, da mesma forma que nos estudos da sociologia urbana, a noção de vizinhança é relativizada de acordo com o entendimento de quem realiza a pesquisa. Nesse sentido, deve ser demarcado que a análise aqui feita das Redes de Vizinhos Protegidos tem como fundamento a noção de que comunidade é um agrupamento de pessoas, guiadas estas por signos e significados sociais valorativos transmitidos coletivamente de forma linguística e comportamental, sendo esses valores definidores da identidade social e/ou cultural desse grupo. A vizinhança, por sua vez, aqui é entendida como um espaço geograficamente limitado dentro do escopo de algumas quadras em que há a possibilidade de desenvolvimento de laços pessoais – ainda que fracos e virtuais – entre os residentes locais através do grupo de WhatsApp da RVP.

Como na etnografia, a netnografia exige em sua terceira etapa para a execução a participação e a inserção no campo do objeto estudado. No meu caso, isso se deu em um domingo de sol, na parte da manhã em 27/07/2025 caminhando pela quadra 714/715 da Asa Norte, na qual residi durante meu mestrado. Tendo visto diversas placas de sinalização na região com os dizeres “Quadra monitorada. Rede de Vizinhos Protegidos” como as da Imagem 11, eu sabia que na minha região o projeto estava em curso, mas ainda não tinha conseguido a possibilidade de integrar um grupo.

Após uma tentativa frustrada para ingresso à RVP perguntando sobre o projeto no grupo do condomínio onde residi e uma outra tentativa, esta feita diretamente a um agente da PMDF presente em uma viatura que fazia patrulha e estava estacionada em frente ao canteiro do meu prédio residencial, depois de rondar várias possibilidades de acesso, no dia 27/07 fui diretamente a uma casa que continha a placa de sinalização do projeto e chamei o morador. Durante todas as vezes que cogitei chamar nesta casa para perguntar a respeito da RVP e pedir para ser adicionado no grupo, ela estava sempre com as cortinas e janelas fechadas, o que me fez achar que os residentes não se encontravam no local a maior parte do tempo.

Imagem 11. Placa padrão Rede de Vizinhos Protegidos.



Fonte: Foto própria. 2025.

Essa impressão também deve ter sido a mesma para praticantes de furto na região, pois no dia em que chamei na residência e fiz contato com o morador, ele me disse que a casa havia sido invadida e furtada naquela semana quando ninguém estava presente. Ou seja, a dissuasão gerada pela identificação da presença da Rede na quadra e mais, a identificação de que aquela casa especificamente fazia parte da RVP, não foi eficiente para impedir o crime. Apesar da demora em conseguir acessar o grupo da minha região residencial, o ingresso após o contato foi extremamente simples. Peguei o contato do número de celular do meu vizinho furtado, ele me mandou o link do grupo o qual solicitei a participação que foi atendida em poucos minutos.

Ao iniciar a minha participação no grupo, pude ver que a comunicação era constante e demasiadamente numerosa. Dentre as mensagens enviadas, havia inúmeros

pedidos de envio dos links dos grupos das outras áreas da Asa Norte, fato que tirei proveito e ingressei em todos os grupos possíveis. Na descrição dos grupos que participei, continha a diretriz de funcionamento expressa em sua descrição. Apresento-a a seguir com meus grifos:

*“A Rede de Vizinhos Protegidos tem como objetivo a troca de informações entre a vizinhança da **quadra**. Trataremos exclusivamente sobre assuntos relacionados à segurança pública, na busca à prevenção de crimes que atentem contra a vida e o patrimônio de todos.*

***Proibido: Política, religião, correntes, pornografia e assuntos divergentes do nosso objetivo.***

*Em caso de emergência, acione o grupo e LIGUE:*

*Q 190 (PMDF)*

*Q 99171-1307 (3º BPM)*

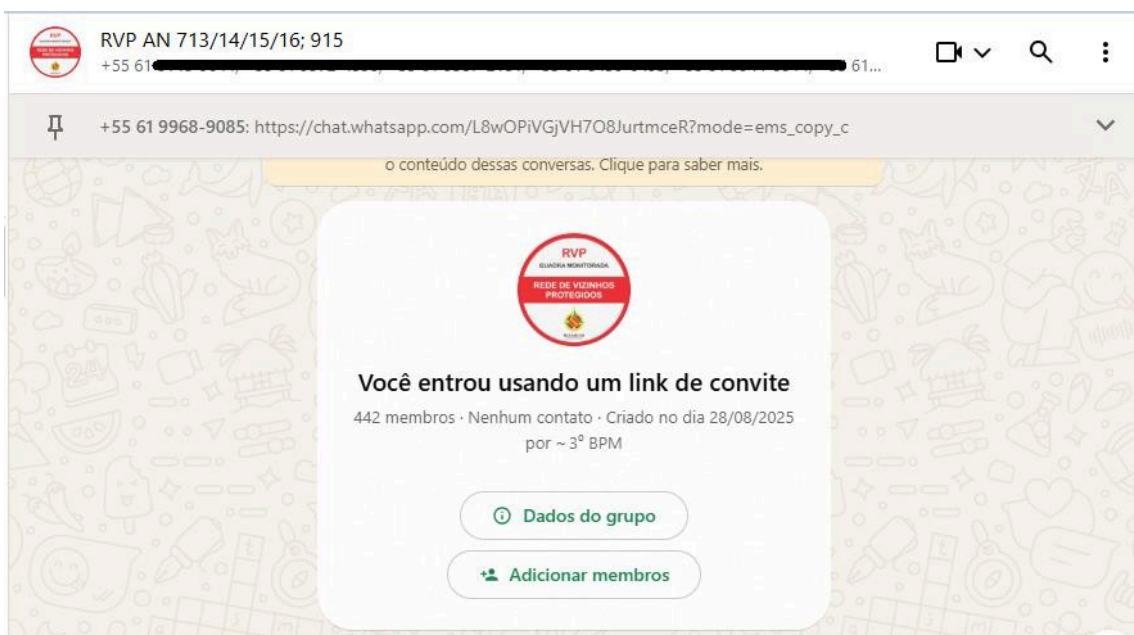
*Q 3190-0315 (3º BPM)*

*Vamos utilizar essa poderosa ferramenta com responsabilidade.*

*Tenente-coronel (...) Comandante do 3º BPM. PMDF - muito mais que segurança”*

Destaquei o singular de quadra e as proibições por dois motivos: na questão da quadra, havia exatamente 10 quadras e mais de 1.000 participantes no início do grupo da minha quadra, enquanto que no Lago Norte, região contrastante ao setor em que fiz o trabalho de campo, há apenas um representante por residência em cada quadra com 20 residências, logo, 20 integrantes mais os representantes da PMDF. Notando que estava inviável acompanhar as informações, cerca de um mês após o meu ingresso a própria Polícia Militar resolveu dividir os grupos em números menores de quadras. O que está apresentado na Imagem 12 é justamente o grupo atual, que em questão de dias já tinha mais de 400 membros e novamente já alcançou mais de mil integrantes outra vez.

## Imagem 12. O ingresso em uma RVP.



Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2025.

No tocante às proibições, apesar do número excessivo de membros os integrantes são bem ativos em manter a ordem interna do grupo, com os administradores excluindo prontamente qualquer conteúdo que não esteja ligado à segurança pública, havendo inclusive ocorrido algumas exclusões de membros reincidentes na tentativa de compartilhar imagens de venda de serviços como manicure e bateria de caminhão, por exemplo.

Em todos os grupos que estive inserido as principais informações prestadas à PM e solicitação de viaturas eram relacionadas a pessoas vistas como suspeitas para a prática de furtos, pessoas em situação de rua, usuários de entorpecentes, desavenças com potencial desencadeamento de vias de fato (conflito braçal na maioria dos casos entre moradores de rua) e vandalismo, não sendo essa a ordem de maior frequência. Pude observar que a PMDF se comunica bastante no grupo com pouco tempo de resposta para as solicitações, mas que o encaminhamento de viatura é mais rápido a depender da gravidade da situação relatada. Além disso, o grupo também é utilizado para que a PMDF apresente o resultado de algumas de suas operações realizadas no setor norte do Plano Piloto como um todo e o posicionamento tático nas áreas das quadras que integram o grupo.

Com base nisso, surge a pergunta: a RVP é de fato uma comunidade online? E a resposta é dada por termos semânticos, mas, objetivos. Pela noção de comunidade

apresentada anteriormente, não. Por noção de *grupamento* social com foco em missão de proteção local, sim. Isso ocorre por dois motivos: um é que a própria característica da interação em mídia social produz uma consocialidade (Perren and Kozinets, 2018: 23, vide KOZINETTS, 2020), uma relação de co-presença em um espaço virtual e/ou físico com interação entre os membros, em que importa o que se compartilha em um contexto de parceria, e não o que as pessoas são enquanto comunidade. O segundo motivo é em virtude da própria dinâmica de operação dos grupos de RVP.

O funcionamento virtual das Redes de Vizinhos Protegidos limita consideravelmente a criação de laços sociais, fazendo com que os membros, por definição das formas de participação comuns nas comunidades online, sejam em sua grande maioria observadores ou informantes esporádicos – tipologia participativa esta segunda de acréscimo meu –. As pessoas que fazem parte dos grupos de WhatsApp das RVPs consomem a segurança pública como algo comum para o senso de comunidade virtual, realizam a vigilância informando a PMDF sobre determinadas situações vistas como de potencial criminoso, mas não realizam a socialização propícia ao fortalecimento dos laços sociais, impedindo a formação de uma comunidade online no sentido tradicional.

Tendo isso em perspectiva, identifico também que a RVP não se enquadra bem em nenhuma definição dos tipos de comunidade online (geek, construção, aventura, vinculação) justamente em virtude de seus objetivos enquanto grupamento. Isso faz com que a RVP tenha um ponto complexo de se analisar enquanto definição de comunidade, uma vez que ao mesmo tempo que a Rede tem por foco promover a comunicação entre sociedade civil e Polícia Militar, ela é estritamente direcionada para a discricionariedade civil sobre o que deve ou não ser informado à PMDF – apesar de os integrantes informarem coisas até demais –, o que produz a ideia de pseudo-comunidade pois há laços de proteção mas não há sociabilidade e quando há – caso haja e não seja excluída a mensagem por se enquadrar como conversa paralela –, é mínima.

Outro ponto a se destacar é a visão recorrente de que policiamento comunitário se faz com o uso do cidadão como um informante, não como um executor. A RVP não opera como uma comunidade tradicional e não fortalece os vínculos sociais típicos do capital social, mas promove a sociabilidade virtual. Além disso, a Rede de Vizinhos Protegidos é uma célula informativa para a Polícia Militar do Distrito Federal, ressignificando a noção de comunicação entre PMDF e comunidade, mas também

permite que os cidadãos exerçam a segurança pública por conta própria. Ao mesmo tempo que reforça por meio das diretrizes do grupo a ideia de participação única e exclusivamente para o fornecimento de informações, essa ferramenta produz uma participação *sui generis*.

Cunho essa percepção com base nos costumes das RVPs as quais integrei por mais de sete (7) meses, que demonstraram ser um espaço cerceador de capital social pois por inúmeras vezes houve repreensão de membros no tom de “vamos manter o foco do grupo para informar a PMDF, para outras conversas acessar o grupo de moradores” (Imagem 13). Todas as interações ali desenvolvidas são ou para comentar os casos de furto, de vandalismo, de brigas, de suspeitas e demais situações afins ou para parabenizar a PMDF pelas ações apresentadas.

Em virtude disso, os grupos transmitem uma sensação de participação compartilhada, mas devido a superficialidade da sociabilidade é impreciso dizer que apenas em função dos grupos os vizinhos confiam mais uns nos outros, se conhecem mais ou trocam favores, parâmetros habituais para a mensuração do capital social e por isso as entrevistas foram fundamentais para sanar a questão de a RVP aumentar o capital social ou não pela percepção dos integrantes.

Imagem 13. A sociabilidade virtual favorecida pela RVP.



Fonte: Grupo RVP quadras 110 a 411. Ano: 2025.

Apesar dessas ponderações, há inúmeros momentos em que pelo grupo da RVP é compartilhado o link para o grupo de moradores das quadras para as “conversas paralelas” sem restrições, sendo possível realizar conversas mais corriqueiras que não sejam apenas informar a PMDF. Nesses grupos, a PMDF não está presente. Nesse sentido, ainda que a Rede de Vizinhos Protegidos em seu funcionamento não promova diretamente o capital social em seus grupos, ela o possibilita colateralmente.

## 4. Métodos e Dados.

O material utilizado para a análise foi obtido de duas formas. A primeira através de entrevistas semiestruturadas, realizadas em trabalho de campo nas diferentes [R.As](#) do DF em que se encontram a forma organizacional do sistema de Redes de proteção local. A partir de informações obtidas junto à Polícia Militar do Distrito Federal por meio da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), solicitadas através da plataforma Participa DF<sup>7</sup> na data de 07/07/2025 com respostas enviadas em 08/08/2025, foi escolhida como objeto de estudo a Rede de Vizinhos Protegidos por ser a Rede de caráter residencial com maior quantidade de grupos.

Ainda de acordo com o material obtido por meio da LAI, a PMDF indicou existir 16 (ver Anexo I) Redes de vigilância local, sendo elas a Rede de Vizinhos Protegidos, a Rede de Condomínios Residenciais Protegidos (existente apenas nas no Riacho Fundo I e Riacho Fundo II), a Rede Rural de Proteção (Guardião Rural), a Rede de Proteção Escolar, a Rede de Proteção de Indústrias, a Rede de Proteção de Bancos, a Rede ABIN, a Rede CONAB, a Rede do Parque da Cidade, a Rede de Emissoras Protegidas, a Rede do SCES Trecho 02, a Rede de Proteção de Templos, a Rede de Comércio Protegidos, a Rede de Proteção de Hotéis, a Rede de Hospitais protegidos e a Rede de Supermercados. Vale destacar que a Rede de Proteção de templos também aparece como Rede de Igrejas, estando presente apenas no Lago Norte e Plano Piloto, sendo que esta última R.A também é a única que contém as Rede de Hotéis, Supermercados e Hospitais protegidos.

Utilizando as informações prestadas pela PMDF, foram selecionadas aquelas Redes com maior recorrência dentre as 35 [R.As](#) existentes no DF e destas, aquelas que possuem maior quantidade de grupos – inicialmente sem saber o nível de atividade de cada grupo –, como consta no Anexo I. A Tabela 1 apresenta a separação das Redes existentes por R.A que foram consideradas para a seleção de trabalho de campo.

---

<sup>7</sup> O portal pode ser acessado por meio do link <https://www.participa.df.gov.br/> e é um canal feito para monitoramento das ações do Governo do Distrito Federal por meio do Sistema de Ouvidoria (Ouv-DF) e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC DF): pedido de acesso à informação.

Tabela 1. Regiões Administrativas com Redes comunitárias da PMDF.

Redes Presentes	Rede de Vizinhos Protegidos	Rede de Comerciantes	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)
RA	Plano Piloto/Granja Núcleo Bandeirante Cruzeiro Santa Maria Lago Sul Riacho I e II Lago Norte Candangolândia Sudoeste/Octogonal Varjão Park Way	Plano Piloto/Granja Gama Brazlândia Sobradinho Núcleo Bandeirante Cruzeiro Santa Maria Recanto das Emas Lago Sul Riacho I e II Lago Norte Sudoeste/Octogonal Varjão Sobradinho II	Planaltina Paranoá Ceilândia São Sebastião Sobradinho II Jardim Botânico Fercal Sol Nascente/Pôr do Sol Água Quente

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Polícia Militar do Distrito Federal.

Tendo feito essa delimitação inicial para objeto de análise, foram consideradas apenas as [R.As](#) com incidência igual ou maior que 3 grupos da respectiva Rede presente na região, como apresentado na Tabela 2. Dentro desse recorte mínimo selecionado por conveniência, foram entrevistados os representantes que alocam sistemas de identificação da Rede em suas residências (placas). Quando essa opção não foi possível, foram ouvidas aquelas pessoas que se dispuseram a falar.

As entrevistas foram gravadas com anuência registrada em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A opção por entrevistar as pessoas com sistema de identificação em suas propriedades se deu em virtude de haver uma similaridade com o que no Neighborhood Watch é identificado como *block captain*, que seriam os residentes vistos como espécie de símbolos identitários dos grupos. A amostragem qualitativa se pautou na amostragem por saturação teórica, abordagem que se baseia na ideia de que a partir de determinado momento no trabalho de campo, novas entrevistas não agregam informações distintas à pesquisa e que por isso se deve priorizar segmentos específicos do grupo estudado mais do que uma quantidade de entrevistas realizadas (DE SOUZA MINAYO, 2017).

Tabela 2. Regiões Administrativas com 3 grupos ou mais.

Região Administrativa (RA)	Redes Presentes	Total de Grupos
Plano Piloto/Granja	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	17

Gama	Rede de Comerciantes	25
Brazlândia	Rede de Comerciantes	13
Núcleo Bandeirante	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	28
Lago Sul	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	29
Riacho Fundo I e Riacho Fundo II	Rede de Condomínios Residenciais Protegidos Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	17
Lago Norte	Rede de Proteção de Templos Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	269
Candangolândia	Rede de Vizinhos Protegidos	6
Sudoeste/Octogonal	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	13
Park Way	Rede de Vizinhos Protegidos	21
Jardim Botânico	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	3
Planaltina	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	4
Paranoá	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Polícia Militar do Distrito Federal.

A partir dos dados sociodemográficos publicamente disponíveis pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), foi feita uma análise socioespacial das Regiões Administrativas selecionadas para análise visando identificar padrões e/ou distinções entre as diferentes características vicinais que se relacionam com a adoção de Redes de vigilância para a proteção local pelos moradores. Cabe destacar que os dados disponíveis acerca das ocorrências criminais foram insuficientes para apresentar uma resposta fidedigna sobre o real impacto das RVPs para a redução sobre os índices de criminalidade, variando para mais e para menos em alguns anos. Sendo assim, se a Rede de Vizinhos Protegidos reduz ou não a criminalidade não se pode apresentar enquanto causa e consequência, apenas em sentido correlacional, isso a partir das entrevistas, especialmente com os interlocutores da PMDF.

Por fim, as entrevistas foram feitas de forma híbrida, com algumas sendo presenciais e outras de forma virtual, com a transcrição das mesmas para análise textual realizadas de forma manual e inseridas no software IRAMUTEQ, que usa como estrutura lógica de funcionamento a linguagem R. O IRAMUTEQ foi escolhido por se tratar de um software gratuito e para que as entrevistas pudessem ser analisadas através do método de Reinert com a classificação hierárquica descendente (CHD), assim como

foi utilizada a análise de similitude. Ambos os métodos foram empregados com o intuito de identificar as conexões discursivas a partir de termos-chave de interesse a partir do referencial teórico.

A análise CHD é feita com base na categorização das palavras filtradas com o  $x^2$  construído em torno do segmento de texto (ST) do material informado. De forma prática, o software agrupa os dados e divide-os a partir de uma quantidade de linhas a critério do(a) pesquisador(a) – aqui escolhido o número de ST = 3 – e sintetiza os discursos a partir de suas proximidades de sentido, elaborando as classes discursivas que serão apresentadas hierarquicamente em função de sua representação estatística dentro do material textual fornecido.

A segunda forma de obtenção dos dados se deu por meio da participação virtual em cinco grupos do aplicativo de conversas WhatsApp de diferentes setores residenciais na Região Administrativa Asa Norte. A partir dessa inserção no universo virtual participativo, foram coletados dados empíricos por meio do método netnográfico, valorizando os relatos e as interações que ocorreram nos grupos durante o período do trabalho de campo virtual.

O método netnográfico tem ganhado cada vez mais espaço nas pesquisas que visam analisar as relações sociais em suas distintas formas nas comunidades e culturas online, com amplo emprego no marketing, na sociologia, na antropologia, em áreas da saúde, na ciência política e outras mais. Tendo em vista que as relações sociais se modificaram significativamente com o crescimento e absorção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), considerar o ambiente social virtualizado se tornou fundamental para apreender as inúmeras nuances que corporificam o comportamento social (KOZINETS, 2015).

A netnografia se desenvolve analisando alguns parâmetros que caracterizam um espaço virtualizado como uma comunidade virtual, sendo estes: agregações sociais, relações que emergem da rede, discussões e comunicações, um número suficiente de pessoas, discussões públicas, que durem por tempo suficiente, que haja suficiente sentimento humano e que seja capaz de formar uma rede de relacionamentos pessoais (KOZINETS, 2014). Em relação ao objeto de estudo aqui analisado, vale destacar três desses parâmetros, sendo eles o agregado social, o suficiente sentimento humano e a formação de uma rede de relacionamentos pessoais.

No caso do agregado social, é uma definição que foca na análise das interações

sociais que ocorrem em nível intermediário da estrutura social. Ou seja, não está focado nem na macro nem na microdinâmica das constituintes sociais coletivas, mas sim no meso, naquilo que ocorre entre o macro e o micro, sendo constituído e constituindo a sociedade nos níveis variados de sociabilidade. Dito isso, a netnografia, ao se propor a estudar as coletividades que se formam virtualmente e que configuram uma comunidade virtual, não analisa posicionamentos individuais, tampouco agregados de postagens no espaço virtual, mas sim as dinâmicas sociais que se constroem coletivamente naquele recorte intermediário de uma sociedade. Sendo assim, entender a organização intermediária de um grupo de pessoas para a segurança pública visa captar esse agregado social específico.

Em relação ao parâmetro de suficiente sentimento humano, esse é um fator diferencial para entender como uma comunidade virtual se consolida. Pessoalmente, uma comunidade se solidifica por meio das interações, compartilhamento de valores, sentimentos e criação de laços sociais. Nos primórdios da virtualização social, na dita Web 1.0, as interações eram basicamente nulas, com poucas salas de bate-papo existentes e fóruns, com a maioria da comunicação virtual sendo feita de maneira passiva por meio de leitura em blogs e/ou sites informativos. Todavia, já nessa época se criou a noção de comunidade virtual com base na ideia de sentimento de pertencimento, já que apesar de não haver uma comunicação síncrona como nos dias de hoje, pessoas assíduas em espaços de comunicação temática como fóruns desenvolviam vínculos afetivos sobre os temas correlatos, proporcionando através disso a criação de sentimentos comunitários daquele espaço por meio da confiança, compartilhamento de posições sobre determinado assunto, afiliações e, sobretudo, sociabilidade. Nesse caso, pela netnografia buscou-se entender se a Rede de Vizinhos Protegidos (RVP) proporciona algum sentimento coletivo nos integrantes.

O terceiro parâmetro destacável para a RVP é corolário dos dois anteriores, a formação de uma rede de relacionamentos pessoais. Mesmo que em alguns casos a comunidade virtual se materialize periodicamente no plano físico – por exemplo uma comunidade de Role Playing Game (RPG) que marca encontros para fazer jogos presenciais, ou grupos de otakus e otomes<sup>8</sup> que se reúnem para fazer cosplays em eventos –, de forma geral, as comunidades virtuais são apenas virtuais. Porém, deve ser

---

<sup>8</sup> No Brasil, otaku é a pessoa que tem um interesse profundo por animes, mangás, videogames, cosplay e outros aspectos da cultura pop japonesa. Otome é frequentemente usado como a versão feminina de otaku.

mencionado que com as tecnologias para chamadas de áudio e/ou vídeo atuais, ainda que as interações em muitos casos não vão além da própria virtualização, esse mecanismo de conversação online propicia a geração de vínculos pessoais. Nesse sentido, o encadeamento da sociabilidade virtual propicia a formação de uma identidade online compartilhada e um reconhecimento de que aquele grupo de pessoas é uma comunidade. Com base nisso, a participação nos grupos tinha como um dos objetivos verificar se há a criação de uma rede de sentimentos entre os integrantes e que estivessem associados à segurança pública.

Em resumo, a netnografia foi empregada no presente estudo tendo como objetivo central compreender internamente nos grupos de WhatsApp como se dão as dinâmicas de participação civil na segurança pública em contato direto com a PMDF, sendo que essa participação acontece quase que exclusivamente de maneira virtual. Dessa forma, os dados coletados subsidiaram a análise dos discursos vigilantes nos grupos que englobam ao todo trinta e três (33) quadras da Região Administrativa Plano Piloto, setor Asa Norte, totalizando mais de 3 mil integrantes nos cinco grupos. Por fim, acresce que não foi possível participar de nenhum grupo do Lago Norte.

## 5. Análise e Discussão dos Resultados

Os resultados têm dois principais achados: o primeiro, é que por meio das entrevistas, os moradores e os policiais militares argumentaram que a Rede de Vizinhos Protegidos aumenta a sociabilidade e o capital social entre os integrantes da iniciativa, além de que a RVP permite que a população passe a confiar mais na Polícia Militar do Distrito Federal, especialmente em função do contato mais aproximado e resposta mais rápida.

O segundo e inverso ao primeiro, é que por meio da minha participação nos grupos, pude perceber que exclusivamente pela RVP não é possível haver aumento de proximidade entre os moradores, tampouco de maior socialização entre os membros. Isso ocorre pela dinâmica da RVP como já mencionado e que o fato de comentar ou informar sobre os casos de segurança não caracterizam uma sociabilidade, no máximo representa uma interação parca, o que difere dos laços fracos essenciais para a sociabilidade e capital social como argumentou Granovetter (1973). Todavia, como citado anteriormente, há o incentivo à participação nos grupos de moradores das quadras possibilitando a sociabilidade.

## 5.1 Discrecionalidade civil na vigilância local. Proteção ou expulsamento da comunidade?

Na netnografia, a realização do trabalho com a participação na comunidade online tem como objetivo se tornar um membro daquela estrutura social para que a inserção no campo virtual não resulte em uma mera análise de conteúdo. Felizmente pude alcançar esse objetivo de maneira que a participação nos demais grupos foi facilitada pela dinâmica de funcionamento das RVPs.

Tendo como fato balizador para a minha entrada em campo a noção de não executar somente a análise de conteúdo, o fato de residir em uma região onde havia uma RVP ativa foi um facilitador para a minha participação e o teste da hipótese sobre o tempo de resposta de envio de viaturas. Podendo ser um vizinho protetor, eu, por vezes e em horários distintos, espreitava pelas janelas do apartamento com o intuito de contribuir com informações no grupo visando tanto testar a resposta da PMDF quando eu solicitasse uma viatura quanto para avaliar as interações dos membros comigo. Dentre as definições de participação comuns em uma netnografia apresentada anteriormente, caracterizo a minha participação enquanto membro da Rede como um observador no início e como um fazedor após umas semanas, já que eu decidi “fazer” vigilância local em prol dos meus pares de quadra.


Apesar do meu empenho para me aprofundar enquanto um vizinho protetor, tive raras oportunidades para relatar algo no grupo que de fé e fato fosse uma ocorrência criminal que valesse a pena informar à PMDF. Isso se dá principalmente porque os principais alvos – uso o termo alvo justamente porque analisando as interações, pude constatar que as pessoas em situação de rua são inequivocamente os mais vigiados – do monitoramento têm hábitos em horários de difícil acompanhamento e são rápidos nas ações delituosas.

Nesse caso, como as mensagens deveriam ser restritas às situações de segurança pública, me coube observar as interações informativas para a PMDF na maior parte do tempo e analisar a discrecionalidade dos moradores. Um dos principais pontos sobre a criação das Redes de vigilância é justamente sobre essa quase terceirização da discrecionalidade de segurança para os moradores, o que pode gerar um aumento excessivo nas denúncias ou chamamentos, além do monitoramento exacerbado do “suspeito nato” (AZEVEDO e DUTRA, 2024), promovendo uma vigilância difusa

(RECUERO, Redes Sociais na Internet, 2009), LYON (Surveillance Studies: An Overview, 2007) e TROTTIER (Social Media as Surveillance, 2012) que no caso da Asa Norte são as pessoas em situação de rua que transitam de maneira demasiadamente observativa nas redondezas ou consomem crack rotineiramente à luz do dia e em qualquer ponto que lhe apeteça.

Como esse tipo de política de segurança pública é uma ação desenvolvida tendo como uma das bases teóricas a teoria do espaço defensável (NEWMAN, 1971), a participação civil se dá através do planejamento urbano e residencial pensados justamente para mitigar a sensação de insegurança e o combate ao crime. A partir disso, muitos dos relatos passados à PMDF continham filmagens das câmeras particulares dos prédios e solicitação de apoio institucional para a melhoria na iluminação local com ações coordenadas para conseguir um melhor apoio da Companhia Elétrica de Brasília (CEB), e podas de árvore por parte da Novacap. Exemplifico com a cópia de mensagens entre duas moradoras da quadra 716 norte que identificaram uma Kombi como ponto de tráfico de drogas:

Moradora L: *“Boa tarde. Gostaria de uma orientação sobre o que fazer e para quem encaminhar o caso de uma Kombi abandonada há mais de 3 semanas na área verde atrás do Bloco H da 715. Essa área está completamente sem iluminação e esse veículo ali, em meio à vegetação, representando mais uma preocupação para os moradores.”*

Moradora R: *“Oi L[...]. É uma kombi branca, né?! Eu moro no bloco F da SCLRN, onde tem a contabilidade, a Distribuidora. Está estacionada atrás do bloco, na área verde, entre os fundos do Bloco F e as casas da SHCGN. Tem uma mesquita  no Bloco F chamada Masjid America Iklas. Se a polícia for lá atrás vai ver que a kombi foi estacionada perto do jardim da mesquita, na área verde nos fundos do Bloco.”*

*Antes essa kombi estava atrás do recanto Maranhense e chegava pra gente a notícia de que ali tinha tráfico de drogas. Está estacionada em local inadequada (sic). Com amplo estacionamento ao lado do bloco e na frente, puseram essa kombi lá. Tem um mês mais ou menos que foi deixada lá. Já reporte para o terceiro batalhão uns dias atrás e o agente que me atendeu informou que a inteligência da PM iria monitorar.*

*Tem atividades suspeitas lá. Vc (sic) chega à noite e tem pessoas comprando alguma coisa lá e logo saem. Por coincidência, o poste que fica ao lado dela tem tido a fiação*

*furtada direto e dos outros dois que ficam nos fundos do Bloco. Eu abro chamado na CEB, ficam dois dias aceso e depois escuridão total. A NOVACAP foi lá tem uma semana e podou e cortou algumas árvores. Se o objetivo do dono da kombi era se esconder, agora ficou exposto pois quase não tinha como notar.*

*Eu abri reclamação na ouvidoria do GDF contra a CEB para acender pois lá atrás, como disse a colega, está uma escuridão total. Tem ocorrido muito furto de fiação dos postes e das caixas das operadoras de Internet. Só em setembro do ano passado o ladrão foi 3x, até registrei ocorrência.”*

Além das informações prestadas pelos moradores, os grupos também são utilizados pela PMDF para a apresentação dos resultados de algumas ações. A fim de exemplificar os apontamentos, apresento abaixo algumas imagens internas do grupo.

Imagem 14: PMDF presta informações.



Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2025.

Imagem 15: PMDF presta informações sobre suspeito de feminicídio.

### **HOMEM É PRESO NA ASA NORTE APÓS TENTATIVA DE FEMINICÍDIO**

Na manhã desta segunda-feira (25), um homem atentou contra a vida da ex-companheira e do atual namorado dela em Valparaíso (GO). O suspeito foi preso pela Polícia Militar do Distrito Federal por volta das 10h, na EPIA, altura do SMU, próximo ao Noroeste.

Segundo informações, o agressor teria atingido o homem com um disparo no abdômen e a mulher com um tiro na perna. As vítimas foram socorridas e encaminhadas ao Hospital Municipal de Valparaíso.

Após a prisão, o detido foi conduzido à 5ª Delegacia de Polícia e posteriormente apresentado na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) de Valparaíso, onde foi registrado o flagrante.

### **Centro de Comunicação Social da PMDF**

PMDF: Muito mais que segurança

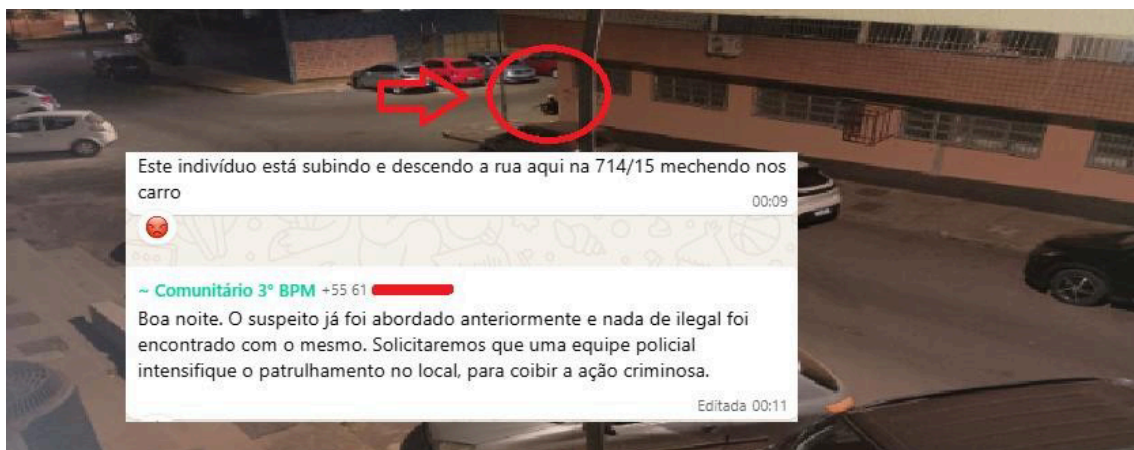
13:18

Fonte: Grupo RVP quadras 710 a 912. Ano: 2025.

Em diversos momentos, a netnografia se mostrou um método extremamente adequado aos objetivos especialmente em função da possibilidade de as mensagens ficarem disponíveis mesmo após o fato, o que Kozinets (2014) denomina como vantagem do arquivamento. Diferentemente de uma etnografia que você não consegue reviver um ocorrido, na netnografia você consegue revisitar as interações em virtude de que grande parte do material do mundo digital fica registrado quase que de forma indelével a depender da plataforma utilizada. Entretanto, cabe destacar que em situações gravíssimas, ainda que haja imagens de câmeras de segurança, alguns conteúdos são impedidos de serem repassados nos grupos – e com razão – por meio que não seja mensagem escrita, como no caso de um crime bárbaro ocorrido em 20/12/2025 na quadra SQN 411 embaixo dos pilotis de um dos prédios residenciais, quando um morador de rua agrediu brutalmente e violentou sexualmente outra moradora de rua durante a madrugada.

Todavia, essa vantagem do arquivamento pôde ser desfrutada em diversos momentos, seja por mensagens antigas, seja por vídeos ou imagens compartilhadas. Apresento abaixo o registro do dia seguinte a uma situação que não presenciei na rua de trás do meu apartamento. Nesse caso em específico, pude rever pelas mensagens do grupo que meu vizinho observou um homem que, segundo ele, estava rondando a região estudando o local para furtar cabos e posteriormente, o mesmo indivíduo permanecia na região mexendo nos carros. A situação foi repassada à PMDF que prestou esclarecimentos conforme apresentado na Imagem 16.

Imagem 16: Suposto estudo para tentativa de furto.



Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2025.

A primeira solicitação foi feita às 22:25, informando que o homem supostamente circulava a área estudando o local para a realização do furto de cabos de energia, fato inclusive que pude testemunhar algumas vezes a ação durante a madrugada exatamente na rua da imagem acima. Horas depois, o indivíduo permanecia nas redondezas e dessa vez o meu vizinho protetor enviou uma foto do homem. A resposta da PMDF foi feita em dois momentos. O primeiro logo às 22:27 indicando que haveria a intensificação da patrulha no local, o segundo conforme a Imagem 3, em que o interlocutor do batalhão prestou informações.

Durante o dia há troca de mensagens, mas as atividades de ocorrência transmitidas nos grupos eram mais costumeiramente noturnas, especialmente por dois comportamentos criminosos típicos na Asa Norte durante as madrugadas nesse setor do Plano Piloto. O primeiro é o já mencionado corriqueiro furto de cabos de energia elétrica. Isso ocorre principalmente devido a facilidade em se adentrar nos bueiros e acessar os cabos subterrâneos, arrancá-los e efetuar fuga. Porém, apesar de haver mesmo ações desse tipo executadas pelos viventes, nessa mesma rua da Imagem 3, em uma madrugada, ao ser acordado com os sons dos movimentos de retirada das tampas de bueiro próximas à janela do meu apartamento, pude testemunhar sonoramente a ação de furto seguida por uma fuga em carro, indicando que essas ocorrências não se restringem apenas aos dependentes químicos que vivem nas ruas e praticam crimes para angariar fundos.

Porém, a maior frequência é realmente através de furtos executados pelas pessoas em situação de rua. Apenas para ratificar a ideia de que a reincidência desse tipo de crime nas quadras em que residi é grande, apresento abaixo a prestação de informação de uma tentativa frustrada durante uma madrugada. O registro foi repassado em vídeo à PMDF como mostra a Imagem 17, sendo que essa tentativa foi em menos de um mês depois do registro apresentado na Imagem 16, ilustrando a quantidade de vezes que os cabos são furtados.

Imagem 17. Registro de tentativa de furto de cabos na quadra 716 da Asa Norte.



Foi esse aqui que tentou furtar os cabos, chegou a mexer no poste do beco entre os Blocos R e S da shcgn 716, mas como esta amarrado com arame grosso desistiu e foi para a comercial.

07:03

Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2025.

Enquanto o primeiro caso que movimenta as madrugadas dos grupos das RVPs da Asa Norte é o furto de cabos de energia elétrica, o segundo comportamento criminoso foi possível de se constatar apenas em virtude da minha participação na RVP e gerou diversas reclamações de proprietários de comércios, mas foi uma tipicidade criminal sazonal das madrugadas. Entre os meses de junho e setembro em 2025, segundo relatos da própria Polícia Militar, havia um grupo organizado para furtar cadeados e vender o material metálico, mas que ainda não tinha desarticulado.

Houve um repasse de informação em que a pessoa relatou que o cadeado foi furtado e a porta do armazém do restaurante ficou desprotegida, mas não foi levado nada além do próprio cadeado, situação no mínimo inusitada. Essa recorrência de crimes está associada com a necessidade de sobrevivência das pessoas que vivem em condições precárias pelas ruas do DF, e que, quando não conseguem doações de comida ou dinheiro nas portas dos comércios, recorrem aos pequenos furtos. Uma questão parecida já foi levantada por Anderson (1923) em “*The Hobo: The Sociology of the Homeless Man*”, demonstrando que pequenos furtos faziam parte da condição necessária para que trabalhadores andarilhos vivendo nas ruas ou em hotéis de baixo custo em Chicago no ano de 1889 pudessem adquirir alimentos ou recursos.

Ainda que haja ações criminosas por sobrevivência, há outras por oportunidades. Eu mesmo já presenciei um “*jack rolling*”<sup>9</sup> de crack em uma noite, experiência que, mesmo eu não carregando os complicadores de gênero para a vitimização, foi um pouco tensa. Durante parte do trajeto que fazia semanalmente, enquanto corria pela pista do Parque Burle Marx por volta de 19h, no horizonte avistei um homem caído. Claramente dopado e com seu carrinho de supermercado auxiliar para transporte, tombado. Ao seu lado se encontrava um outro homem de cócoras, sendo possível avistar uma luz de isqueiro que temporariamente sumia e retornava, acendendo o que parecia ser um cachimbo de caneta com papel alumínio. Em uma via escura e com circulação quase nula de pessoas, apenas de veículos em alguns momentos, passar por estes indivíduos e retornar para a direção de onde eu vinha foi um tanto quanto amedrontador, pois, quanto mais me aproximava até o momento de cruzar olhares com o saqueador, mais a cena era impactante, quase apocalíptica. Apesar do baque, situações como essa não eram tão comuns de se ver por onde eu circulava, mas me fez ver que a oportunidade não era negligenciada pelos vivos.

Mas, se no estudo de Chicago feito por Anderson (1923) havia quem conseguisse recursos por meio do trabalho legal, no caso da Asa Norte, também. De fato, os pedintes são maioria, mas é imprescindível pontuar que há pessoas vivendo nas ruas que possuem seu trabalho, angariando verbas em sua maioria por meio da reciclagem de “*latinhas*”, de papelão ou de garrafas plásticas, além também de o GDF estar trabalhando para reservar 2% das vagas de serviços públicos feitos em obras para esse público. Esse estigma (GOFFMAN, 2004) de que todas as pessoas de rua são delinquentes ou mendicantes é algo que incomoda os próprios indivíduos nessa situação.

Em uma noite, já beirando às 23h, um indivíduo revirando uma sacola abandonada entre os blocos D e E da SCNR 714/715 foi questionado por um morador gritando do alto de sua varanda:

– “*você está roubando o que aí seu safado?*”.

O questionamento agressivo foi respondido com a seguinte afirmação firme:

---

<sup>9</sup> A expressão se refere ao ato de furtar um indivíduo em uma situação momentaneamente vulnerável. Texto original: “May be anything from picking a man's pocket in a crowd to robbing him while he is drunk or asleep.” ANDERSON, “The Hobo”, (1923), p. 51.

– “Não estou roubando nada, eu achei essa sacola no lixo cheia de coisa bonita (itens de cozinha) e estou vendo se tem algo que me serve. Nem todo morador de rua é ladrão não, viu?!”

Os monitoramentos das pessoas vivendo na rua é de longe o conteúdo principal relatado nas RVPs, mesmo que em diversos momentos essas pessoas não estejam fazendo nada além de sobreviver na extrema pobreza durante as noites do DF. Todavia, segundo relatos de alguns integrantes das RVPs, há “falsos catadores” entre os viventes, que se dizem catadores para revirar os lixos enquanto estudam as residências para praticarem furtos. Apesar de as noites serem mais movimentadas nas quadras com desavenças verbais, pequenos furtos e com os diversos carrinhos de supermercado raspando o asfalto – também furtados – usados pelos moradores de rua para transporte de seus pertences e material de reciclagem coletado, foi em uma terça durante o almoço que pude especular mais diretamente sobre a diferença no tempo de resposta da PMDF a partir da gravidade da informação.

Ao que se segue, apresento a ocorrência de uma invasão de residência na quadra 712:

Imagem 18: Solicitação de viatura após invasão de residência.



Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2025.

A solicitação por envio de viatura foi feita às 13:20 por uma moradora após um homem invadir a casa de sua vizinha aos fundos da sua, invasão percebida alguns minutos depois através de sua câmera de segurança. Houve resposta de pronto envio da PMDF às 13:22. Nesse caso, às 13:33 a PMDF indicou ter ido atrás do suspeito que efetuou fuga e deixou uma mochila rosa para trás, mas não foram fornecidas informações posteriores ao fato.

Assim como no caso do meu vizinho furtado que possibilitou meu ingresso nos grupos, outras ocorrências de furtos em regiões com a identificação do funcionamento da RVP na vizinhança vararam a madrugada e só foram percebidos pela manhã. Apesar do empenho virtual dos protetores vicinais em manter a RVP ativa informando a PMDF sobre tudo o que julgam necessário – inclusive coisas desnecessárias como um homem dormindo com “atitude suspeita” –, houve mais de um caso em que os fatos delituosos puderam ser consumados durante a noite. Abaixo, apresento mais dois exemplos de situações em que os infratores obtiveram êxito:

Imagem 19: Furto em interior de veículo.



Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2025.

A partir dos casos presenciados e tendo observado que a resposta da PMDF poderia ser variável de acordo com o tipo de ocorrência relatada, tive a oportunidade de testar a RVP com o registro de um ato de vandalismo praticado por uma pessoa em situação de rua que estava depredando um canteiro e arremessando os objetos em tempo próximo ao passar dos veículos na via principal.

Como mencionado anteriormente, minhas oportunidades em usufruir da Rede informando delitos graves foram nulas, principalmente porque a vigilância 24h seria necessária para conseguir capturar algum evento potencialmente criminoso mais gravoso. Em questão de segurança pública, o ato que relatei era de risco mínimo, podendo causar um acidente de trânsito em uma situação muito atípica. Porém, foi adequado para monitorar o tempo de resposta e testar a minha hipótese. Abaixo,

apresento as imagens do resultado.

Imagem 20: Tempo de resposta da PMDF. Andarilho latino vandalizando a W4.



Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2025.

Informei a PMDF às 17:43, com um interlocutor institucional respondendo no grupo às 17:45 que iria enviar uma viatura ao local para averiguar o fato. Inegavelmente a pessoa designada pela Polícia Militar do Distrito Federal para ficar colhendo as informações prestadas pelas RVPs é bem ativa e rápida em responder às informações, ainda que em diversos momentos a resposta protocolar seja “uma viatura irá verificar”.

Estive observando a situação por 35 minutos até a viatura chegar (quadrante 3). Ao desembarcar, os policiais tiveram que fazer uma pequena perseguição ao indivíduo que tentou empreender fuga, além de rolar no chão reclamando em espanhol quando os agentes o alcançaram. Pude perceber nesse momento que se tratava de um imigrante latino e que talvez tenha fugido por não ter entendido os policiais, e que a PMDF, nesse caso em específico, agiu com proporcionalidade, esperando o indivíduo acabar de realizar a sua manifestação no solo, sem inclusive tocar nele. Após isso, os agentes o levantaram e o imobilizaram (quadrante 4) para revistarem os seus pertences, liberando-o e gesticulando que, ao que pude identificar, indicaram a ele que não poderia continuar arremessando objetos na via.

Embora a abordagem tenha ocorrido com firmeza, a repressão não afasta os viventes das áreas tomadas como acampamentos, fato muito desejado pelos integrantes das RVPs e não foi diferente nesse caso, pois no dia seguinte o mesmo homem me fez o triste pedido: “*dinero, vivo en una caja, no tengo comida*”. Embora a triste situação em que algumas pessoas são postas ao sobreviverem nas ruas, de fato pude confirmar que as viaturas são enviadas mais rápido ou mais lentamente a depender do tipo de informação e da disponibilidade de envio, questão compreensível em virtude de como funciona o encaminhamento. A Rede também funciona para melhorar a imagem da PMDF junto à população, mas, como mencionado antes, a discricionariedade terceirizada gera informações demais. Há diversas situações que são no mínimo inusitadas, não sendo, a meu ver, um caso de chamamento de viatura, como no episódio de um Lulu da Pomerânia sob suspeita de posse indevida.

Imagem 21. Spitz Alemão de rua?

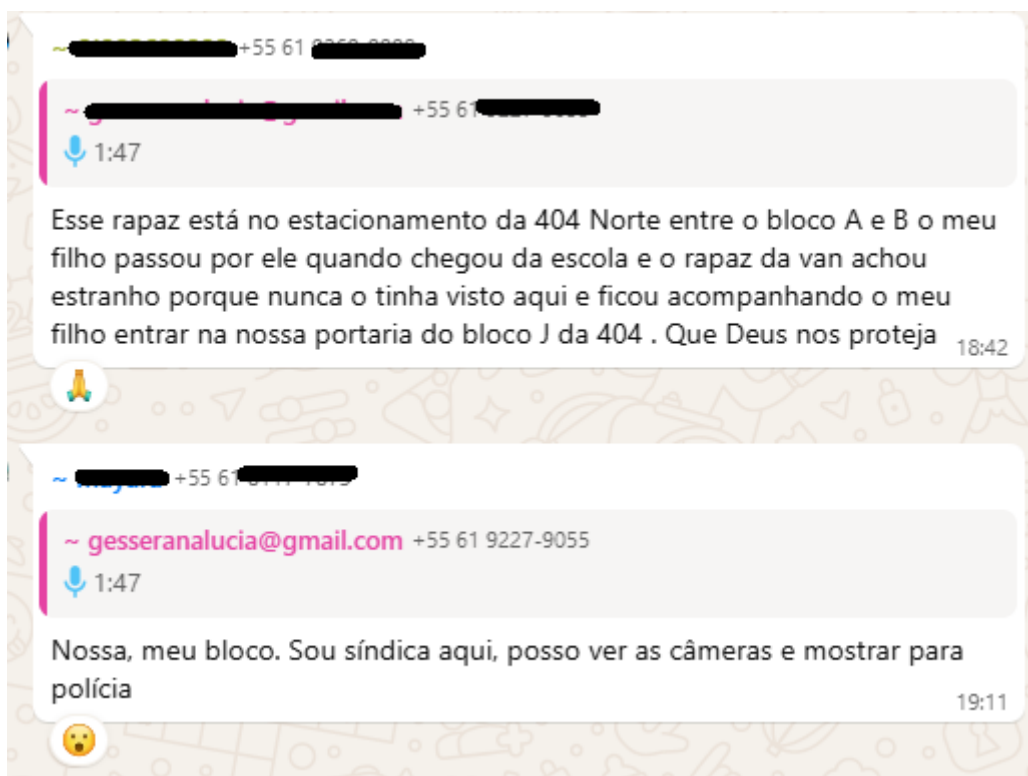


Fonte: Grupo RVP quadras 713 a 915. Ano: 2025.

Nas quadras do início da Asa Norte, as principais reclamações também são sobre a presença de moradores de rua que levantam suspeitas. Um caso específico no grupo das quadras 104/5; 204/5; 304/5 e 404/5 me chamou atenção por meio de um áudio em que a moradora enviou no grupo relatando um acompanhamento de um homem “moreno”, que a seguiu incisivamente entre os pilotis de seu prédio residencial. Felizmente, ela encontrou apoio de uma outra mulher do bloco G na 405 que percebeu

sua feição de medo e a convidou para entrar em seu bloco. A mulher perseguida, aparentemente de meia idade pela foto, relatou que visualizou um homem moreno, com uma calça jeans rasgada, de blusa branca, descalço, usando uma fita vermelha do Senhor do Bonfim no tornozelo enquanto fumava um “cigarrinho” e a acompanhava, acelerando a velocidade quando ela também acelerou até ser socorrida pela moradora do bloco G.

Imagem 22. Mulher perseguida na 405 Asa Norte por morador de rua estranho na região.



Fonte: Grupo RVP Asa Norte, quadras 104/5; 204/5; 304/5 e 404/5. Ano: 2025.

O comandante do 3º batalhão, 40 minutos depois do áudio enviado às 18:37, perguntou se o homem ainda se encontrava nas redondezas pois iria solicitar o envio de uma viatura. Porém, no áudio enviado a mulher perseguida informou que ficou de 3 a 4 minutos conversando com a sua vizinha e quando saíram juntas, o homem já tinha “evaporado” da região, mas os integrantes do grupo e a PMDF se comprometeram a ficarem mais atentos à região em caso de retorno do homem.

De forma geral, a RVP tem colhido bons frutos no DF no que diz respeito à maior participação da sociedade na segurança pública, a tentativa de efetivar a redução da criminalidade principalmente contra o patrimônio a nível local e o uso de drogas ilícitas, resgatando – ou até criando – a confiança das pessoas na PM, além também de ser capaz de promover uma maior interação – ainda que virtual – entre os vizinhos que passam a integrar a Rede.

É notório também como as manifestações de apoio à Polícia Militar são efusivas em cada “prestação de contas” das ações realizadas, indicando que a Rede de Vizinhos Protegidos pode diminuir a descrença das pessoas no sistema de justiça na parte dos agentes repressores, mas é capaz de exacerbar a intolerância ao comportamento desviante e também descredibilizar o judiciário, já que na visão de alguns membros as audiências de custódia servem para ver se o criminoso não foi agredido e ser solto antes mesmo de a polícia sair da audiência.

A Imagem 23 é simbólica quanto à intolerância ao desvio dos valores. Mesmo que a maior quantidade de reclamações sobre o uso de drogas seja sobre pessoas em situação de rua consumindo crack, qualquer pessoa que seja flagrada utilizando entorpecente ilícito é monitorada. No caso destacado, são dois jovens, com feição de estudantes que aparentam estarem lanchando e usando *maconha* são vistos como usuários que precisam ser abordados pela polícia.

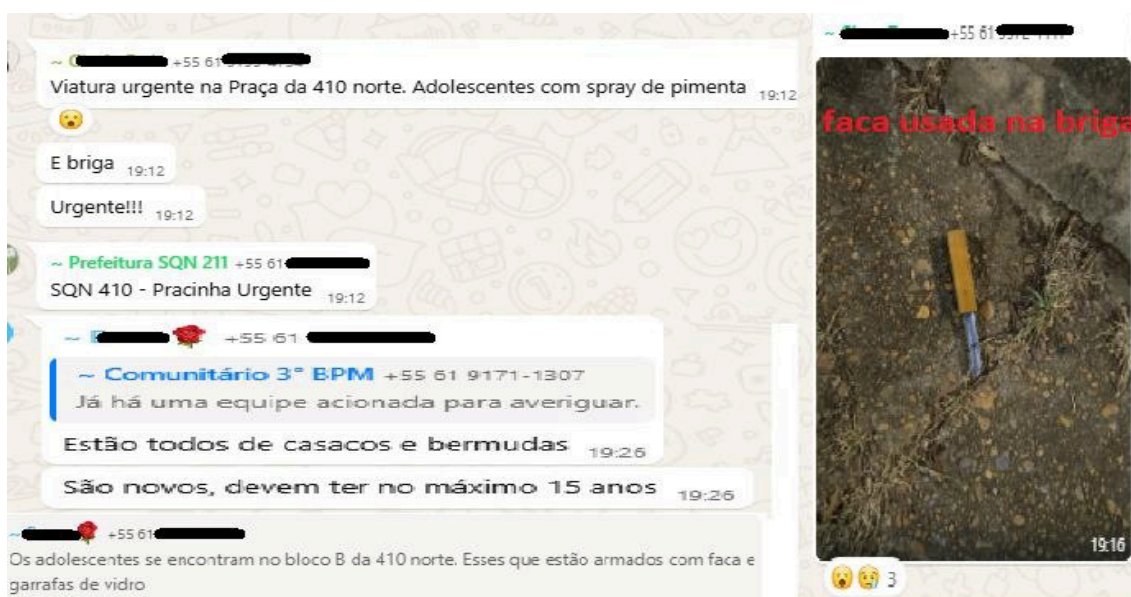
Imagem 23. Jovens consumindo drogas na SQN 111 Asa Norte.



Fonte: Grupo RVP quadras 111 a 411. Ano: 2025.

Os vizinhos protetores das quadras iniciais da Asa Norte são destacadamente os que mais fiscalizam os jovens. A localização geográfica influencia diretamente nessa possibilidade de monitoramento pois são nas quadras iniciais da Asa Norte onde há diversas escolas do ensino médio. Ainda que também haja escolas nas últimas quadras desse setor do Plano Piloto, os vizinhos protetores das quadras 710 em diante relatam pouco ou nenhum fato envolvendo jovens, enquanto que nas quadras 100, 200, 300 e 400 os integrantes das Redes informam com grande frequência à PMDF algo envolvendo jovens. Há casos mais simples como os da imagem 23, mas também há ocorrências mais complexas, como uma briga generalizada exposta na Imagem 24.

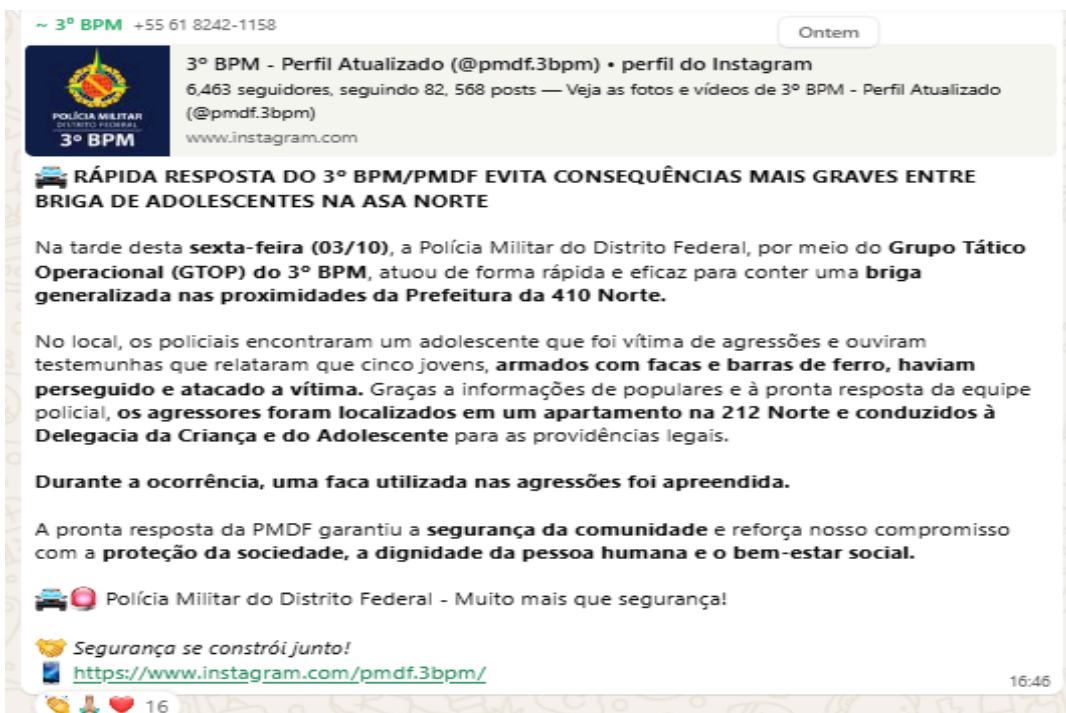
Imagem 24. Briga de adolescentes armados na Superquadra 410, Asa Norte.



Fonte: Grupo RVP Asa Norte, quadras 210/11; 410/11. Ano 2025.

Na Imagem 25 podemos ver que a PMDF prestou informações sobre o ocorrido no dia seguinte ao fato. Como houve agressão consumada, a ocorrência se desenrolou em uma investigação rápida e busca pelos envolvidos pelas proximidades da quadra, até que diversos adolescentes foram localizados em um apartamento e encaminhados à delegacia.

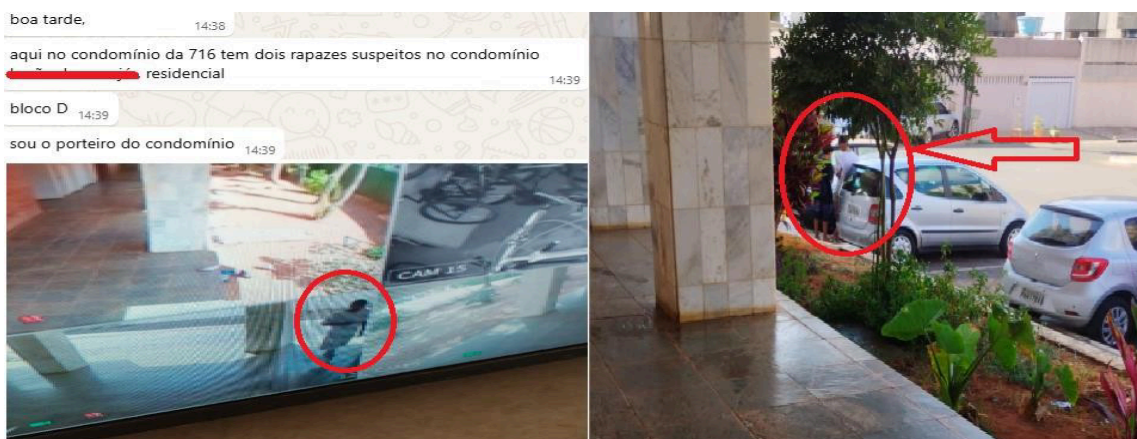
Imagem 25, esclarecimentos da Polícia Militar do Distrito Federal sobre briga de adolescentes na Superquadra 410.



Fonte: Grupo RVP Asa Norte, quadras 210/11; 410/11. Ano 2025.

Nas poucas vezes em que houve o monitoramento de jovens e foi relatado em um dos grupos do final da Asa Norte, foi uma informação com base no tipo ‘suspeito nato’, que no DF se associa ao ‘peba’. Finalizo essa exposição das imagens internas abordando justamente esse último ponto.

Imagem 26: Pseudo-suspeitos.



Fonte: Grupo RVP Asa Norte, quadras 710 a 912. Ano 2025.

Aqui, os jovens simplesmente estão parados na região e mexendo no celular. Nesse caso em específico, me questionei como o porteiro identificou a suspeita sobre os jovens, além

de possíveis estereótipos e estigmas, especialmente no que se refere a cor da pele. Embora desconcertante, essa situação nem se compara ao dia em que quatro estudantes do Centro Educacional GISNO foram considerados suspeitos por serem negros e estarem de mochila por muito tempo em um banco de praça. No fim, a PMDF teve que ir verificar e repassar que eram estudantes esperando o horário para fazerem a prova, e que nada de suspeito foi encontrado.

No Brasil, o fator cor da pele e a consequente racialização dos indivíduos não brancos são estruturantes de uma sociedade que vive em um espelho sem reflexo, já que a identidade nacional não encontrou ponto pacífico sobre o reconhecimento de si pela imagem do povo negro enquanto um dos prismas que compõem a imagem da nação. Dentro da segurança pública brasileira, os impactos que a questão da cor da pele geram sobre os operadores somam-se à origem territorial de pertencimento e a estigmatização social da pessoa na análise do transeunte, configurando, assim, o tipo suspeito padrão para a ação ostensiva no policiamento de rotina brasileiro, e no caso da RVP a vigilância local. Em relatos apresentados por Sinhoretto a partir de Anunciação e Ferreira (2020), quando existe a tríade preto/a-pobre-periférico/a, a suspeição opera como uma mecanização institucionalizada do racismo por meio das polícias, mas no caso do objeto aqui analisado, se utiliza da proximidade com a polícia para restringir espaços sem uma justificativa além da análise estigmatizada.

A Rede de Vizinhos Protegidos, embora fundamentada na filosofia do policiamento comunitário e associada ao conceito de Novo Paroquialismo, acaba por institucionalizar uma vigilância civil que frequentemente reproduz o racismo estrutural da sociedade brasileira. Ao delegar parte da discricionariedade da segurança aos moradores, o programa permite que preconceitos e estigmas individuais guiem a identificação do "perigo". Esse fenômeno resulta em uma hipervigilância de determinados corpos, transformando cidadãos comuns em "empreendedores morais" que utilizam a estrutura da Polícia Militar para policiar a presença de pessoas negras e em situação de rua em espaços públicos, sob o pretexto da prevenção criminal.

Isso se dá pois a ideia de "suspeito padrão" no policiamento brasileiro é tradicionalmente associado à tríade "preto, pobre e periférico". Com o uso das TICs aplicadas à segurança pública surge uma nova camada de atuação através das redes de monitoramento vicinal analisadas no presente estudo. Houve casos concretos onde jovens negros foram considerados suspeitos apenas por estarem em espaços públicos, como bancos de praça, sem qualquer indício de comportamento ilícito. Essa racialização

do indivíduo suspeito não apenas desumaniza o cidadão alvo da vigilância, mas também promove um processo de "expulsamento social", em que o aparato repressivo do Estado é acionado para segregar e retirar de circulação corpos que não se enquadram no padrão estético e social da vizinhança protegida.

Dessa forma, a integração da segurança pública com o controle social informal via aplicativos de mensagens revela um dilema ético e operacional para as instituições policiais. Se por um lado a RVP aumenta a sensação de segurança e a legitimidade da PMDF perante a comunidade, por outro, ela sobrecarrega o sistema com chamados baseados em preconceitos velados e discricionariedades civis mal qualificadas. A segurança pública, assim, corre o risco de deixar de ser um direito universal para se tornar um serviço de exclusividade para alguns e de exclusão para outros, onde a eficácia do policiamento passa a ser medida pela capacidade de atender aos anseios de segregação de uma elite local, em vez da proteção democrática de todos os cidadãos.

Nesse sentido, a partir do momento em que se tem a operacionalização do aparato repressivo do Estado em prol de práticas segregacionistas em função da cor de pele da pessoa, a execução da segurança pública guiada pelo instinto racializador tem como receptor o indivíduo objetificado, ou melhor, o corpo desumanizado pelo ideal racista que nega à pessoa seu reconhecimento enquanto ser detentor de direitos e liberdades, possibilitando assim a prática do expulsamento social quando praticada contra a tríade da suspeição padrão brasileira. Isso, claro, sendo extremamente amplificado o problema quando se intersecciona com o marcador social pessoa em situação de rua.

Uma forma de apresentar isso foi posta por Medeiros (2023) e sua mobilização da noção de empreendedores morais proposta por Howard Becker (2008) em sua obra *Outsiders*. Em suma, os empreendedores morais produzem suas próprias regras de comportamento a partir de seu referencial particular e nos casos em questão, o porteiro e os integrantes da RVP, a partir de sua moral, julgaram como suspeitos jovens sem qualquer indício concreto de comportamento criminoso. Isso demonstra como que em toda a RVP o empreendedorismo moral opera para restringir os espaços.

A estrutura racial é fundante da sociedade brasileira e a consequente racialização distintiva socialmente é uma trajetória da formação societária nacional, sendo a cor da pele o mecanismo determinante tanto social quanto econômico. Como apontado por Sinhoretto e Laura de Lima, em referência a Guimarães (2010), a cor da pele gera a marca

biológica e a desigualdade social gera a marca socioeconômica, mas essa desigualdade não se separa da racialização, apenas é reconfigurada. Assim como o racismo no Brasil a grosso modo não mudou, apenas se adaptou à estrutura social, o mesmo ocorreu com a Polícia Militar, principal instituição de controle social no país e que vem buscando formas alternativas de realizar a segurança pública como no caso das RVPs, mas, que de forma geral, apenas se adaptou ao tempo presente, vivendo no dilema da Beretta e o Corolla, como bem ilustra meu interlocutor na PMDF:

“A segurança pública brasileira hoje ela é frágil. Na visão desse humilde capitão aqui ela é frágil, ela está totalmente desatualizada. Pra você ter uma ideia, o meu sogro entrou na polícia em 1962, saiu em 1992. Eu faço hoje o que ele fazia em 1962, só que ele tinha um Fusca e uma Beretta, eu tenho uma PT e um Corolla, mas o modus operandi é o mesmo e como eu vou dizer que isso vai dar certo? A segurança pública brasileira não evolui.” Interlocutor 2 da PMDF.

Como consequência desse racismo estruturante da sociedade brasileira, a racialização se torna um constituinte determinante na identificação da pessoa suspeita, dos vistos como vagabundos ou marginais, como pebas ou viventes da *Asa Nôia* e dos indivíduos vistos como desconectado do padrão social local, como será demonstrado no caso do jardineiro e afins no Lago Norte. Ou seja, a imagem do observável é a mesma imagem da pessoa racializada nos outros espaços sociais e em desvantagem social no cotidiano nacional e por isso, a discricionariedade terceirizada sobre a criminalidade e a violência passa a ser determinada pela cor da pele ou vestimenta que são informadas na RVP.

Para problematizar ainda mais a temática raça e segurança pública no Brasil, estudos demonstram como que o registro das informações raciais é praticamente inexistente nas estatísticas de desempenho policial (SINHORETTO, 2021), o que se destaca com a noção de incriminação (PAIXÃO, 1982), descrevendo que a seletividade policial por cor da pele pode ser agravada por informantes civis que utilizam esse marcador social como um fator determinante para a discricionariedade para a repressão policial e expulsamento dos espaços públicos.

Nos casos fios condutores dessa questão, temos jovens parados em um estacionamento mexendo no celular e em uma praça esperando para fazer prova. Tradicionalmente, na literatura especializada sobre controle social que se pauta na interação social para exercê-lo, a pessoa jovem é retratada como objeto receptor central do controle, especialmente homens jovens de grupos minoritários e de poderio econômico restrito. A categorização “jovem” quase sempre leva em conta características de faixa

etária como símbolo de sua imagem portadora de atitudes desviantes e associação a atividades perturbadoras da ordem, tendo como fator primordial a normalização de um processo transitório na construção do comportamento do Ser e por isso, a juventude supostamente tenderia para maiores chances de agir à margem da lei por ser uma fase propícia a tal comportamento.

Como levantamento bibliográfico, vale citar ainda o estudo de Caruso, Silva, e Guellati (2021), que realizaram uma revisão integrativa da produção científica sobre a temática jovem com o recorte voltado para a noção de delinquência e violência tanto no âmbito nacional quanto internacional. Por constatação, as/os autoras(es) verificaram que no Brasil, de fato, a predominância nos estudos produzidos sobre jovens e violência se pauta na ideia de que há uma sociabilidade violenta principalmente na afirmação da identidade, e nos EUA está relacionada a juventude com aproximação a gangues, demonstrando assim por meio da revisão que a produção científica sobre o jovem dentro da temática da violência mantém, predominantemente, a interpretação do jovem como portador de ações potencialmente *delinquentes*<sup>10</sup> por diversos motivos.

Essa percepção se faz presente também nos discursos cotidianos tanto na sociedade quanto nas instituições de controle, destacadamente a Polícia Militar. Tendo como base a noção de “envolvido(a)-com” (Cecchetto, Muniz, Monteiro, 2020) e a categoria nativa do Distrito Federal de “peba” (Caruso, Lima, Monteiro, Guellati, 2024), a construção do imaginário social sobre o jovem estratificado e personificado por meio das vestimentas pode se mostrar como um gatilho de controle e expulsão em áreas mais abastadas dos centros urbanos, como a Asa Norte, mas especialmente o Lago Norte, reforçando a ideia de que o Distrito Federal é um lugar de condomínios sem muros. Os residentes se fecham em suas quadras e se veem sitiados e quando seus domínios são invadidos, recorrem à PMDF no menor sinal passível de intervenção e expulsão sobre o pretexto da vigilância local da segurança pública.

A noção de uma cidade ou quadra sitiada opera para a hipervigilância e controle sobre corpos jovens racializados e da periferia e pessoas em extrema desvantagem social sobrevivendo nas ruas, gerando uma constante suspeição sobre esses indivíduos, retroalimentando o medo destes em relação à polícia já que sempre estão em vista. Em linhas gerais, o jovem do segmento social visto como envolvido com atividades ilícitas

---

<sup>10</sup> Apesar da problematização sobre o termo, o uso aqui com viés lexical, tendo como base a definição de delinquente como a pessoa que comete delitos e infringe a lei.

vive uma constante restrição de sua liberdade social, tanto no que diz respeito à sua estética corporal quanto para com seus laços de sociabilidade, rotulados como sinais de uma possível ligação com o crime. No contexto do Distrito Federal, a questão das pessoas vivendo nas ruas se tornou epidêmica quando se analisa o fato enquanto problemática de saúde pública em virtude da quimio-dependência, mas que se relaciona com a segurança pública devido ao cometimento de crimes por essas pessoas. Por outro lado, a questão do jovem pré-julgado como capaz de realizar ações marginais à lei se materializa na imagem do indivíduo retratado como peba sintetiza a hipervigilância dos corpos racializados.

Insistindo no tema mas finalizando o ponto, destaco uma passagem apresentada por Caruso et al. (2024) sobre o peba, que nas palavras de um(a) agente da PMDF:

“O kit peba é a bermuda, né, bermuda da cyclone, boné e tênis, né? A bermuda meio caindo... então é aquela coisa que, se você procurar, você acha. Se você for ver, depois, todos os presos que você prendeu na noite e for olhar ali, os trajes são bem parecidos. [...] O que você procura, você acha.” Caruso, *et al.* (2024)

Diante do exposto, podemos ver que as Redes de Vizinhos Protegidos são operacionalizadas para que as pessoas se protejam contra os viventes que possam estar articulando algum crime ou são acionadas para reprimir jovens com comportamento tido como suspeito sem muito critério. O potencial infrator pode ser identificado por meio da vestimenta, especialmente se estiver em um espaço geográfico em que as pessoas comumente são vistas como não usuárias do kit peba ou se não for tão habitual a presença de pessoas em situação de rua. Nesse sentido, cabe ratificar que ao se olhar para as formas de controle social presentes na parceria entre população e a PMDF, na RVP a vigilância executada na vizinhança pelos moradores e comunicada para a Polícia Militar se faz especialmente na discricionariedade do que desvia do que alguns querem na região, abrindo grande margem para o controle e a expulsão de pessoas que possam ser vistas como suspeitas simplesmente por não se enquadrarem no biotipo e nas vestimentas habituais da vizinhança a partir da hipervigilância feita pelos residentes.

## 5.2 As entrevistas. Como a RVP é vista e sua contribuição para a vizinhança.

“Tem uma frase dentro da Polícia Militar que diz: um homem por querer faz mais que dez por dever.” Interlocutor 3 da PMDF.

Para entender como a sociedade se organiza em prol de um objetivo comum como a segurança pública, é fundamental captar o grau de homogeneidade dos interesses para esse objetivo, e isso se faz possível analisando a coesão social, outro expoente do controle social informal. Já apresentada como a densidade dos laços existentes em determinado local, a coesão social atualmente vai além do que antigamente se entendia como coesão, uma vez que nos tempos dominados pelas TICs a interatividade e sociabilidade se dá em muitos momentos apenas nos ambientes virtuais. Essa condição faz com que a ideia de trocar favores, conhecer pessoalmente e conversar com frequência seja algo obsoleto para aferir a coesão, tendo em vista que uma vizinhança coesa na segunda década do século XXI pode muito bem ser uma vizinhança em que as pessoas não se veem com frequência, raramente trocam favores e até mesmo sequer se conhecem pessoalmente.

Nesse sentido, as entrevistas com integrantes das RVPs mostrou como que a característica urbana do local interfere diretamente na forma como se constrói a coesão social. Enquanto o interlocutor da R.A XVIII disse conhecer e conversar com seus vizinhos pessoalmente, os interlocutores do setor Asa Norte da R.A I na grande maioria consideram vizinhos pessoas que nem residem próximos, assim o são pois vivem na mesma região e têm preocupações em comum. Ou seja, a coesão na Asa Norte se dá pelo espelhamento social, e a RVP se mostrou capaz de fortalecer os laços de sociabilidade, transformando a coesão em um mecanismo de apoio vicinal à PMDF e promovendo assim um terreno propício para a consolidação do Novo Paroquialismo à Brasileira, ainda que a sociabilidade seja majoritariamente e quase exclusivamente por comunicação virtual.

Para entender os condicionantes sociais da coesão existente em um local, é preciso retomar ao início de sua constituição enquanto espaço social, pois para que se possa captar melhor as características da organização social existente, é importante que seja considerada a formação estrutural do ambiente, como bem apontou Elias:

“Nos estudos de comunidade, tal como em muitas outras investigações sociológicas, é frequente analisar o desenvolvimento da organização das pessoas como se fosse desvinculada da sua estrutura num dado momento. De acordo com as convenções atuais do pensamento, a história não tem estrutura e a estrutura não tem história.[...] Entretanto, sem uma referência ao desenvolvimento de Winston Parva, sua estrutura na ocasião da pesquisa permaneceria incompreensível.” p. 67, Elias, N. Os Estabelecidos e os Outsiders, A formação das relações de vizinhança.

Diferentemente da região criada por empresário de nomenclatura fictícia na obra

de Elias, as regiões onde se encontram as Redes de Vizinhos Protegidos no Distrito Federal foram em sua grande maioria pensadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF). O Lago Norte é um exemplo que foi possibilitado pelo próprio governo local e atualmente é onde se encontra o maior número de Redes com 269 grupos. Mas, similarmente a Winston Parva, seus residentes mais antigos têm o sentimento de pertença local, já que a mobilidade habitacional é baixa e há um compartilhamento de costumes e condutas, em especial a valorização da PM, que contribuiu significativamente para a redução de crimes – especialmente contra o patrimônio – na região por meio do projeto de vigilância local. Um episódio marcante para um entrevistado do 24º Batalhão de Polícia Militar relatado foi o fato de que os moradores do Lago Norte queriam servir os policiais como retribuição aos serviços prestados.

“Um morador do Taquari chegou e falou: A gente, toda a comunidade, a gente conversou que a gente quer fazer uma coisa para servir vocês. A gente faz um churrasco no meio da quadra, no meio da rua ali, lá no Lago Norte, mas a gente não vai contratar garçom, não vai trazer ninguém, porque a gente quer servir vocês. A gente tem que servir vocês porque vocês servem a gente todo dia.” Cara, os moradores, não tinha um empregado, acho que não tinha nada, assim. Aquele pessoal do Lago Norte com aqueles carrões lá, importados, caríssimos, aquelas churrasqueiras de grelha pô, uns 50 mil reais, botaram tudo no chão de lá, e aí eles serviam, entregando para o policial, falando assim: “olha, isso aqui é para vocês, a gente quer fazer como obrigação, minha gratificação para vocês e tal.” Uma coisa assim, muito, muito bonita, assim, sabe? Incrível, cara, um negócio incrível, lindo.”  
Interlocutor 1 da PMDF.

Esse episódio se deu como consequência de reuniões e articulações que ocorriam exclusivamente nas casas dos moradores do Lago Norte com participação de alguns policiais militares encarregados do supracitado projeto, o que tornou os espaços da R.A mais íntimos no que se refere às oportunidades de sociabilidade para os moradores, propiciando ideologias e crenças que passaram a guiar suas atitudes em anteposição aos não estabelecidos temporalmente na vizinhança.

Por sua vez, essas reuniões consolidaram o aumento da coesão social de conduta excludente dos “estabelecidos” em relação aos não estabelecidos, os observáveis pela RVP. Mas, para não figurar apenas em preconceito ou julgamento de valor a partir da coesão entre os estabelecidos, os observáveis não eram vistos como inoportunos, eles deveriam ser identificados e comunicados à Polícia Militar a partir de suspeitas fundadas, como bem descreveu o mesmo interlocutor sobre as dinâmicas das reuniões e os objetivos traçados para combater o modus operandi dos assaltos à residência com restrição de liberdade que estavam ocorrendo na XVIII R.A à época entre 2015 e 2018.

“A gente passava o seguinte (para os moradores). Vocês não podem esperar

que o assalto aconteça para ligar para a Polícia Militar. Porque quando acontece, vocês já perderam tudo. Vocês têm que se prevenir a isso. Então, como vocês vão se prevenir, situações, por exemplo, a quadra de vocês é essa. Você sabe todo mundo que passa aqui. Passou alguém que vocês não reconhecem, ligam no WhatsApp de vocês, mandam uma mensagem no grupo, perguntem se aquela pessoa é amiga de alguém. Se não for, você liga para a Polícia Militar na hora pra gente abordar essa pessoa, pra gente conversar com essa pessoa. Ah, mas eu vou abordar todo mundo na rua? Não tem problema. A função da Polícia Militar é essa. A função da Polícia Militar é estar próxima do cidadão. Se for uma pessoa que estiver desviada, querendo fazer alguma coisa errada, a Polícia Militar vai abordar com toda a educação do mundo, vai perceber, vai levantar as informações dela lá, e vai tomar as atitudes devidas. Ou, então, pelo menos, inibir.” Interlocutor 1 da PMDF.

Ainda de forma similar à referida obra de Elias, aqui as distinções criadas intergrupos configura uma relação de pertencimento social a partir da autoimagem produzida pelo grupo estabelecido em relação ao observável, podendo este segundo ser visto em alguns momentos como o peba, ou qualquer não portador das características distinguíveis pertencentes aos estabelecidos. Essa é uma questão que retorna ao ponto apresentado anteriormente, que seria a capacidade que a Rede de Vizinhos Protegidos tem de condicionar as pessoas a uma hipervigilância, como bem destaca um civil ouvido e residente de uma das quadras do Lago Norte:

“A vizinhança é bem atenta mesmo, a gente é bem atento. Tem (zeladoria local) tanto um lado como o outro. Aqui você vê um carro parado por muito tempo, já liga para a polícia. Já tive que informar para os moradores que a pessoa que estava sentada no meio-fio ao lado da minha casa era o jardineiro, porque ele ficou lá parado por muito tempo e já acionou todo mundo que não conhecia, né? E essa é a recomendação da Rede, no caso, essa Rede Vizinha aqui funciona mesmo.” Pastor.

Nem os jardineiros estão imunes se ficarem tempo demais na rua. Essa associação com a noção de estabelecido e outsider apresentada por Elias se justifica pois o estudo de caso aqui exposto também trata sobre controle social informal realizado por meio da coesão social, em que um grupo consegue se sobrepôr aos indivíduos tratados como estranhos, limitando-os comportamental e ambientalmente. Essa capacidade restritiva se dá por meio do controle e vigilância dos espaços urbanos que passaram a ser vistos como passíveis de ocupação ou deslocamento confiável, mas apenas por pessoas identificadas com o identitário social local predeterminado da respectiva região em que se encontra a RVP, enquanto os observáveis são os outsiders que não se enquadram no autorreconhecimento grupal, ainda que sejam trabalhadores ou então estudantes como no caso do GISNO.

A capacidade em manter uma coesão social por meio de valores compartilhados no grupo é um ponto diferencial, e isso tanto a R.A XVIII quanto a Asa Norte têm em

comum, ainda que a coesão seja construída de maneira relacional com o projeto urbanístico da respectiva região. Tendo como base o fato de que um grupo ou pessoa não possui costumes, condutas ou até mesmo as vestimentas habituais às vistas no local, e que são estes, fatores que constroem a identidade, os membros das RVPs criam uma gama de ações internas com atitude protetiva para agirem quando houver a possibilidade de um observável representar riscos criminais à comunidade.

No caso da Asa Norte, os protetores se resguardam veementemente muito mais em relação aos viventes do que contra pebas ou outros jovens que possam ser vistos como necessários de observação, como já apresentado anteriormente. A questão das pessoas em situação de rua nessa região do Plano Piloto de Brasília é algo extremamente complexo e que diz respeito a inúmeros órgãos do poder público como áreas da saúde e da assistência social, mas vem cada vez mais sendo caso de polícia como apresentado anteriormente pelas imagens, especialmente em função dos delitos cometidos por esse contingente populacional do DF. Essa complexidade multissetorial tem sido percebida por alguns moradores que lamentam o fato de a PMDF ter que lidar com o fato, como apontou um capitão entrevistado da seguinte forma:

“Na última reunião (da RVP) um cara levantou e falou assim: “cara, morador de rua é um problema que vocês não deveriam tratar com isso, mas infelizmente os órgãos falham e acaba caindo no colo de vocês.” Ele foi muito assertivo, eu não tenho que lidar com morador de rua, mas na Asa Norte, 70% das ocorrências são com morador de rua, quem anda lá sabe que eu estou falando a verdade, mas cadê os outros órgãos?” Interlocutor 2 da PMDF.

De fato, um número significativo das ocorrências criminais na Asa Norte está relacionado com as pessoas em situação de rua, desde crimes de baixo potencial ofensivo como furto de fios de cobre até crimes bárbaros como estupros e assassinatos, muitos destes últimos ocorrendo internamente nos acampamentos dos viventes. Dessa forma, com a propagação das notícias nas redes sociais – incluída aí a RVP – a vigilância difusa promove uma dualidade sobre os impactos das Redes de Vizinhos, já que ao mesmo tempo que é capaz de gerar um nível de sensação de segurança, gera a insegurança com a propagação das informações criminais. Em poucas palavras, você está o tempo todo sabendo que os crimes estão ocorrendo perto de você e que por isso precisa se proteger, acionando a Rede na menor suspeita que tiver.

Ou seja, o controle social informal participativo e democrático presente no escopo do projeto Rede de Vizinhos Protegidos, pode na verdade ser um controle social

exclusivo para uns e excludente de alguns, tornando a visão democrática dessa política de segurança pública apenas na teoria e não na práxis. Isso produz desgaste tanto para a PMDF que pode ser acionada de maneira exagerada em virtude da má percepção social do que pode ou não de fato significar um perigo, quanto para os integrantes das RVPs que se veem inseridos em ambientes carregados de preconceitos velados mas que a permanência nestes ambientes é necessária para a própria proteção em algum caso de possível vitimização.

De forma geral, é importante recapitular que a dinâmica de funcionamento do Programa Rede de Vizinhos Protegidos (RVP) possui inspiração no modelo estadunidense Neighborhood Watch, o que denota práticas de importação de modelos de policiamento internacionais seja por direcionamento repressivo, seja de viés preventivo. Entretanto, a RVP tem a sua própria identidade de operação, com um método participativo dos cidadãos na segurança pública de forma associativa à Polícia Militar (PM) que, por sua vez, faz a ação ostensiva direcionada através das informações prestadas pela comunidade nos grupos de WhatsApp com integrantes da PM e da vizinhança. Dessa forma, a estrutura da RVP enquanto uma parceria da sociedade civil com a PMDF constitui uma forma brasileira de realização do Novo Paroquialismo em contínuo aperfeiçoamento. Isso demonstra que a participação civil na segurança pública brasileira enquanto um executor do controle social informal pode ter encontrado sua identidade própria de forma simbiótica com a Polícia Militar, mas que essa replicação conceitual, na prática, pode ser um amplificador dos nossos próprios problemas enquanto sociedade.

### 5.2.1 O último nó da Rede

Como última análise dos materiais, foi aplicada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) avaliando os segmentos de texto das entrevistas, tendo isso sido feito por meio do software IRAMUTEQ a fim de captar os entendimentos dos participantes a partir das falas dos integrantes das RVPs. Esse método foi aplicado com o objetivo de captar questões mais objetivas e de forma direta com os entrevistados, tais como as suas percepções sobre o funcionamento da Rede de Vizinhos Protegidos, seus impactos para a vizinhança, sobre a segurança pública e sobre as relações sociais em âmbito vicinal, além de analisar como a RVP pode influenciar na relação entre sociedade civil e Polícia Militar do Distrito Federal.

A utilização da CHD é baseada no algoritmo original de Reinert e é capaz de

oferecer um rigor estatístico para as entrevistas, pois atua como um filtro estruturante. Diferentemente da análise de conteúdo tradicional, que depende da interpretação prévia do pesquisador, a CHD é uma abordagem que utiliza o teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) para verificar a ligação entre as palavras e as classes geradas, garantindo a organização dos dados de forma estatisticamente significativa, além de permitir a identificação de classes lexicais.

Com base na teoria de Max Reinert, a CHD assume que ao falar de um assunto a pessoa utiliza um vocabulário próprio e coerente para aquele contexto. A inclusão de uma palavra em uma classe não é arbitrária, já que pelo método aplicado a palavra dentro do segmento de texto deve possuir um  $\chi^2$  elevado (geralmente  $> 3,84$  para  $p < 0,05$ ). Dessa forma, o método permite visualizar como diferentes temas (classes) se relacionam e se distanciam dentro do discurso dos entrevistados, revelando e expondo ideologias ou representações sociais latentes em um grupo de pessoas dentro da temática analisada com base em uma boa significância estatística.

Nesse sentido, a escolha da CHD no IRAMUTEQ justifica-se pela transição de uma análise de relatos para uma análise da estrutura do pensamento dos participantes das Redes de Vizinhos Protegidos acerca das questões propostas, oferecendo o equilíbrio entre o rigor quantitativo pela coocorrência de palavras e associação estatística e a profundidade qualitativa com a contextualização e interpretação de sentidos.

De forma complementar, deve ser mencionado que os grupos das RVPs são integrados por porteiros de prédios, policiais, residentes e até mesmo comerciantes que integram simultaneamente a RVP e a Rede de Comerciantes Protegidos. No material aqui analisado, foram realizadas 14 entrevistas, sendo 11 com moradores e 3 com policiais militares. O primeiro corpus textual utilizado contou com 11 entrevistas dos moradores para realizar a CHD, totalizando 41.034 co-ocorrências, gerando 5 classes de discurso dentro de um aproveitamento de 80,61% dos segmentos classificados. Segundo Camargo e Justo (2013), para que uma análise via IRAMUTEQ seja considerada válida, o aproveitamento dos segmentos de texto deve ser, preferencialmente, superior a 75%, pois um baixo aproveitamento do corpus indica que o vocabulário é muito heterogêneo ou que os parâmetros de segmentação não foram adequados. Dessa forma, manter o aproveitamento acima de 75% garante que a estrutura de classes gerada reflita, de fato, a totalidade do pensamento do grupo estudado, demonstrando que as classes representam

um sistema semântico robusto na relação entre o que o entrevistado verbaliza e o que pensa sobre aquele assunto.

A partir disso, o material aqui utilizado gerou um dendrograma dividido em 5 classes, contendo na classe 1 17,1% dos segmentos de texto analisados, a classe 2 com 13,8%, a classe 3 com 24,9%, a classe 4 com 22,6% e a classe 5 com 21,6% dos segmentos de texto analisados. Cabe ainda destacar que a CHD foi elaborada com o idioma português, classificação dos textos divididos em “simples sobre segmento de texto”, com o número de classes terminais em 15, número máximo de formas analisadas configurado em 40.000 e método svd em irlba. Por fim, as propriedades-chave para a análise foram definidas tendo apenas adjetivos, verbos, formas não comuns e formas não recorrentes como ativas, sendo as demais formas marcadas como suplementares.

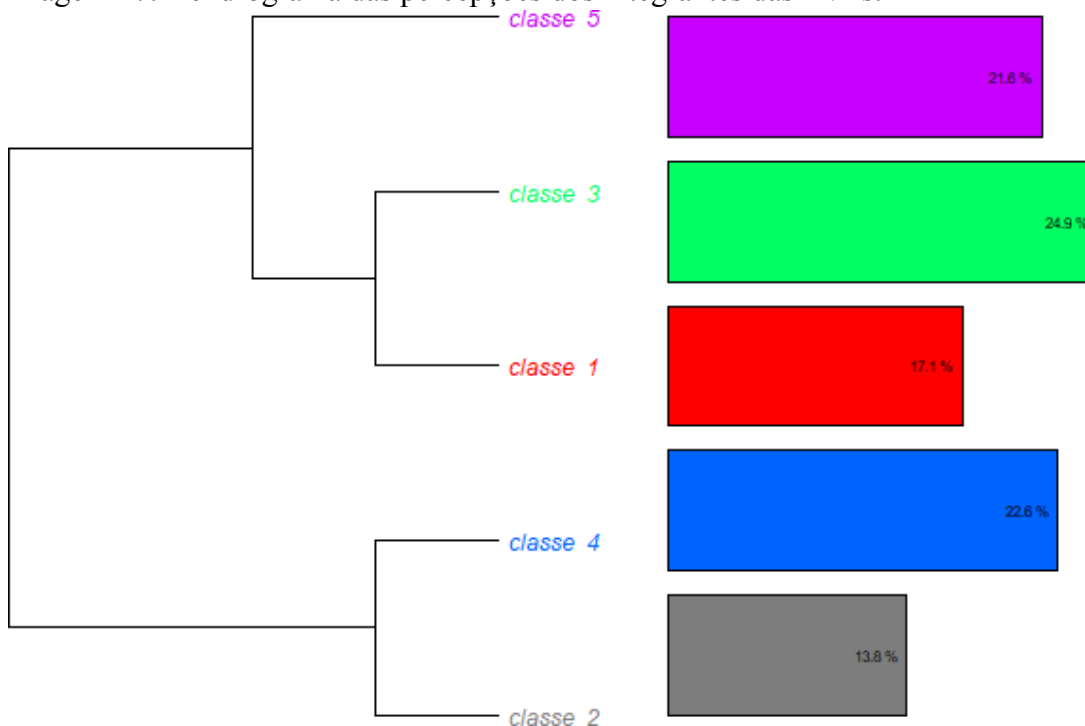
Ademais, como cada classe representa um tema tratado pelo entrevistado, a Tabela 3 foi elaborada para sintetizar as temáticas por classe, também sendo expostas no dendrograma as palavras dentro de cada classe com  $p < 0,05$  e suas respectivas renomeações em cada classe

Tabela 3. Classes CHD.

Classe 1	Conversas na RVP	17,1%
Classe 2	Coesão e pertença	13,8%
Classe 3	RVP e segurança	24,9%
Classe 4	RVP e criminalidade	22,6%
Classe 5	RVP e comunidade	21,6%

Fonte: Elaboração própria.

Imagem 27. Dendrograma das percepções dos integrantes das RVPs.



Fonte: Elaboração própria. Software IRAMUTEQ.

A temática “conversas na RVP” foi levantada com o intuito de captar o que os integrantes das Redes pensam sobre a maneira como seus pares utilizam essa ferramenta da segurança pública. De maneira geral, os integrantes acreditam que os membros conseguem manter o foco e objetivo dos grupos que é a informação à PMDF sobre coisas relacionadas apenas aos fatos relativos à segurança local, não discutindo questões ditas como pequenas, pois as mensagens de juízo de valor são constantemente apagadas.

Entretanto, alguns membros se incomodam com a necessidade que as pessoas têm de utilizar os grupos para expor opiniões de senso comum sobre a segurança pública, além de se incomodarem também com a hipervigilância, fazendo com que o grupo em alguns momentos tangencie os seus objetivos em função de uma discricionariiedade civil com base em uma “fundada suspeita” duvidosa, como por exemplo “um cara dormindo aqui embaixo do bloco com atitude suspeita”.

Ademais, os integrantes se dizem satisfeitos em como a moderação/gestão dos grupos é feita pela PMDF, em como a existência da RVP proporcionou a sociabilidade entre os vizinhos por meio de grupos paralelos que foram criados em função de não poder bater papo na RVP, com a maneira como a informação chega à Polícia Militar de maneira mais fácil e o retorno rápido sobre envio de viaturas, possibilitando que as opiniões sobre

a PMDF melhorem a eficiência do trabalho, especialmente nos casos mais graves. A fim de apresentar o resumo das palavras, todas as classes terão suas respectivas nuvens de palavras apresentadas como na imagem 28, que ilustra a nuvem de palavras dentro da classe 1. Diferente de uma nuvem tradicional que apresenta as palavras por frequência, as nuvens apresentadas do método CHD ilustram as palavras com o tamanho relacionado ao  $x^2$ , ou seja, indica o quanto aquela palavra é típica para a classe em comparação com o restante do texto.

Imagem 28. Nuvem de palavras “conversas na RVP”.



Fonte: Elaboração própria. Software IRAMUTEQ.

A temática “coesão e pertença” foi trabalhada a fim de compreender se as vizinhanças que fazem parte da RVP possuem coesão social, ainda que em uma nova configuração em virtude das TICs e a comunicação e contato quase que exclusivamente virtuais.

De fato, as vizinhanças integrantes das RVPs apresentam um nível de homogeneidade social significativo, muito além dos marcadores sociais como escolaridade, cor da pele e tempo de moradia, como já elencados em momentos anteriores neste mesmo trabalho. Chama a atenção nessa temática o fato de que os integrantes enxergam as vizinhanças como verdadeiros espaços afetivos, com algumas pessoas inclusive residindo na sua região – ainda que em quadras distintas – por décadas, com alguns tendo sido síndicos/as por diversos momentos assumindo uma espécie de liderança e proteção local.

Além disso, os integrantes apresentam de fato um espelhamento social como teorizado anteriormente, indicando que a segurança pública é entendida de forma muito parecida entre os estabelecidos, e que a vigilância deve ser constante especialmente contra as pessoas em situação de rua, independentemente do local de residência. Termos apresentados na imagem 29 como CEUB, favelinha da UnB, autódromo, Barraca do Ceará, comercial estão todos associados ao discurso de vigilância sobre a população de rua que ocupa esses espaços de maneira mais numerosa desde a pandemia de COVID-19.

Em alguns casos, como na invasão do autódromo, a coesão social e organização com protestos somados ao acesso aos órgãos públicos surtiu efeito de repressão e expulsão, conseguindo fazer com que os viventes migrassem para outros espaços, muito provavelmente para a 915 e 716 norte ao que tudo indica. Por fim, a coesão e a pertença também são destacadas principalmente na Asa Norte pela percepção de que os vizinhos são irmãos, e que precisam proteger e vigiar os apartamentos dos outros nessa comunidade, a formação de associação de moradores por quadra e as prefeituras de quadra.

Nesse caso, a maneira como a coesão opera nas RVPs faz com que essa seja uma ferramenta de vigília local constante, pois os seus integrantes se comprometem a defender o seu espaço não só pela segurança própria, mas em prol da defesa da região almejando uma não deterioração permanente dos locais.







Por fim, a temática “RVP e comunidade” representa a percepção dos integrantes sobre como a Rede de Vizinhos Protegidos pode ou não impactar a sua comunidade e as relações sociais.

Essa temática foi importante para compreender que embora a Rede de Vizinhos Protegidos seja uma política de segurança pública com viés comunitário, ela é totalmente dependente do interesse do comandante do Batalhão que a opera. No caso da Asa Norte e do Lago Norte, os interlocutores disseram estar satisfeitos com a forma como a Rede foi capaz de contribuir para a melhoria da comunidade, não só na questão da segurança pública.

Porém, no caso da Asa Norte, a RVP tem sido eficiente de fato com a chegada de um outro comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal. Sendo esse comandante o autor da frase que abre esse capítulo final, o fato deste ser morador da Asa Norte faz com que suas ações e empenho sejam ainda mais valorizadas pela população dessa área. Diversos interlocutores destacaram a melhoria na RVP a partir da chegada desse comandante, que inclusive, foi um pedido direto das lideranças da Asa Norte e Noroeste para que o comandante do 3º BPM fosse residente da área.

Essa identificação do comandante com a região da qual é responsável pelo policiamento recorda ao modelo japonês de policiamento comunitário, em que os policiais residem nas regiões a fim de terem maior integração com a comunidade. No caso das RVPs, quando um comandante é afeto ao projeto ele funciona de maneira mais eficiente do que quando o comandante tem outras prioridades que não sejam a valorização do policiamento aproximado. Nesse sentido, a Rede de Vizinhos Protegidos não é estruturada dentro da PMDF para ser um projeto uníssono em qualquer área que se implementa, é uma ação de policiamento dependente da boa vontade do comandante, o que faz com que a RVP funcione melhor em determinadas áreas do que em outras.

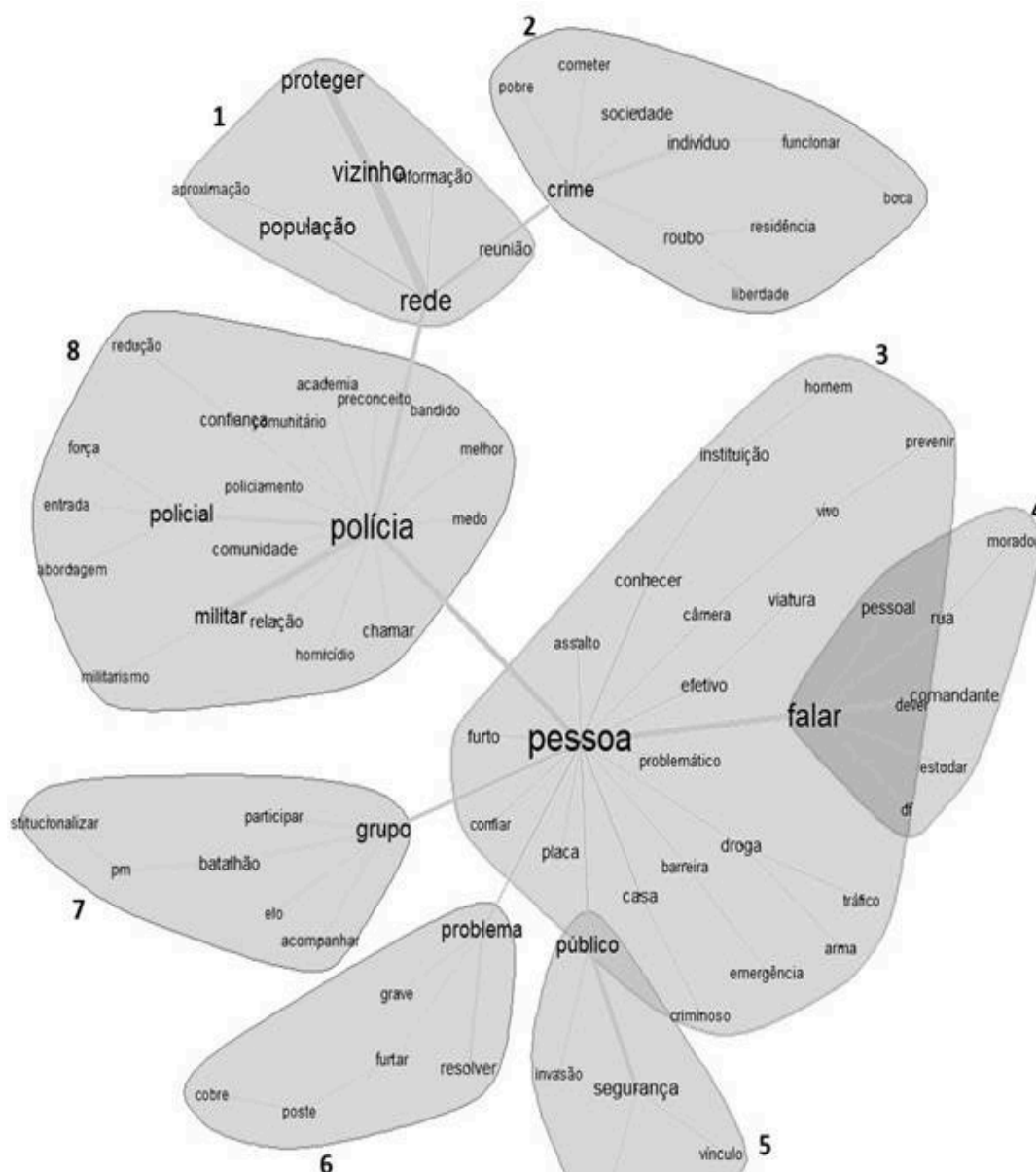
Levando em conta a temática da classe 5, os integrantes da RVP se dizem satisfeitos sobre como a Rede contribuiu para a melhoria da comunidade e para a proximidade com a PMDF, assim como contribuiu para que a comunidade passasse a se organizar melhor em busca de objetivos coletivos. Realizando desde protestos até feiras comunitárias e ações organizadas para registrar moradores em associações locais, fazer reuniões e identificar lideranças espontâneas que representam as demandas locais.



Camargo e Justo (2013) apresentam que a interpretação da análise de similitude deve focar na identificação da estrutura de representação contida no corpus, utilizando a Teoria dos Grafos para revelar a conectividade entre os elementos lexicais. Nesse sentido, a hierarquia das palavras deve ser observada e os núcleos (palavras com maior número de arestas e frequências) atuam como organizadores do discurso, enquanto as ramificações indicam as variações semânticas e contextos específicos do fenômeno estudado. Assim, interpretar o grafo consiste em decifrar como a co-ocorrência de termos reflete um sistema lógico de ideias, permitindo visualizar a "árvore máxima" que sustenta a narrativa dos sujeitos de forma objetiva e sistematizada.

Dessa forma, a Imagem 33 apresenta os núcleos numerados de 1 a 8 a partir da conectividade com o grafo mais significativo. As linhas grossas significam que aquelas palavras aparecem juntas com muita frequência no mesmo segmento de texto e linhas finas indicam conexões mais fracas ou ocasionais.

Imagem 33. Similitude no discurso sobre RVP entre policiais da PMDF.



Fonte: Elaboração própria. Software IRAMUTEQ.

Analisando propriamente a árvore gerada, vemos que a conexão dos termos “rede, vizinho e proteger” aparecem como o grafo mais robusto. Nas entrevistas com os policiais, nem sempre era dito “Rede de Vizinhos Protegidos” e por isso, optou-se por não substituir o nome do programa pela sua sigla (RVP) , pois em determinados momentos era dito “ a rede de vizinhos protege”, ou então “a rede tem a capacidade de proteger”, logo a substituição poderia comprometer a análise.

Dito isto, seguindo com a análise dos grafos, a conectividade entre os núcleo 1 e o núcleo 2, e entre o núcleo 1 e o núcleo 8 demonstra como o discurso dos policiais destaca o papel da RVP para proteger os vizinhos atuando como uma ferramenta de informação e aproximação da população e a Polícia Militar do Distrito Federal, havendo reuniões para tratar sobre os crimes como roubo com restrição de liberdade – ocorridos no Lago Norte nos anos de 2017 e 2018 e que desencadeou o início do projeto no DF – e a presença de bocas de fumo no caso da Asa Norte.

Mais especificamente sobre a conectividade do núcleo 1 com o núcleo 8, é interessante observar que dentro do termo “polícia”, embora este esteja diretamente ligado com a Rede enquanto mecanismo de proteção e aproximação da sociedade com a PMDF, o que faz com que termos como “comunidade, comunitário, confiança e relação” apareçam relacionados ao núcleo 8, também estão presentes nesse núcleo palavras como “força, redução, academia, preconceito, bandido, medo, abordagem, militarismo, homicídio e melhor”.

Na análise dessa conexão e com base nas entrevistas, a RVP colabora para alterar algumas ações típicas da Polícia Militar no Brasil, especialmente na alteração na perspectiva sobre o policiamento comunitário, mas também sobre o modus operandis da PM que vem de uma academia de cunho militarista acostumada a reprimir e pensar a redução dos crimes com o uso da força, mas que por meio da RVP a abordagem pode ser melhorada e proporciona maior confiança da comunidade na Polícia Militar a partir disso, contribuindo para reduzir o medo, ainda que haja preconceito sobre quem pode ou não ser bandido.

Ademais, o núcleo 8 se conecta com o núcleo 3, que por sua vez se conecta com os demais núcleos restantes. O núcleo 3 tem como termo central a palavra “pessoa”, que se relaciona com o núcleo 4 no sentido de que as pessoas operam como câmeras vivas da polícia e a informa sobre os ocorridos que julgam necessários. A

conexão entre 3 e 5 indica a ideia de que a pessoa faz parte da segurança pública, lidando especialmente com questões de invasão de espaços públicos no DF. Por fim, a conectividade entre 3 e 6 sintetiza o discurso sobre um problema muito comum no DF, especialmente na Asa Norte que é o furto de cabos dos postes de energia por pessoas em situação de rua, que tem se tornado algo grave no DF, enquanto que a conectividade entre os núcleos 3 e 7 representa a ideia de se institucionalizar a RVP nos batalhões de toda a PMDF, para que seja uma ferramenta capaz de promover o acompanhamento das situações em rua e gerar um elo maior entre sociedade civil e Polícia Militar do Distrito Federal por meio de uma maior participação da pessoa na segurança pública local.

Em síntese, as entrevistas permitiram captar que as pessoas que integram as Redes de Vizinhos Protegidos no Distrito Federal, tanto a sociedade civil quanto policiais militares, entendem que a RVP é sim um instrumento capaz de melhorar a sensação de segurança, reduzir o medo, promover maior sociabilidade entre os moradores, assim como também é capaz de melhorar a imagem da Polícia Militar ante à população, destacadamente melhorando a confiança e avaliação das pessoas sobre a PMDF, além também de ser capaz de mitigar certos tipos de ocorrências criminais contra o patrimônio.

## 6. Conclusão

Diante do exposto no decorrer do trabalho, ainda que a participação civil nos espaços de decisão e gestão da segurança pública seja preponderante para se pensar mecanismos eficientes e alternativos para o êxito da segurança brasileira, o escopo desse projeto se guiou por uma participação além da arena propositiva, alcançando a participação executora da segurança pública local através das ações da própria sociedade.

Mais especificamente em âmbito vicinal, foi possível verificar que uma política de segurança pública proposta e executada pela Polícia Militar do Distrito Federal se mostra capaz e eficaz como um mecanismo de engajamento fiscalizador por parte dos cidadãos em suas rotinas nas vizinhanças em que se implementou a Rede de Vizinhos Protegidos, contribuindo não só para aumento da sociabilidade – ainda que virtual –, como também para a melhoria na sensação de segurança e prevenção de crimes, especialmente contra patrimônio.

A pesquisa aqui apresentada se propôs a fornecer caminhos interpretativos em busca de mecanismos participativos que possam diminuir o *gap* existente entre a baixa

participação cidadã enquanto agente executor da segurança pública brasileira e as políticas de segurança pública pensadas com o viés comunitarista. Nesse sentido, o argumento aqui questionado foi de que a pouca participação da sociedade civil como agente de controle social informal da criminalidade pode ser superada por meio de uma proposta que parte do poder público, capaz de elaborar e implementar uma política de segurança pública associativa entre forças de segurança pública do Estado – especificamente a PMDF – e cidadãos, atuando simbioticamente e promovendo o Novo Paroquialismo à brasileira.

Tendo em vista que no Distrito Federal as R.As são, na realidade, cidades integrantes da capital federal e as quadras equivalem a quarteirões de grande porte das outras cidades brasileiras, a Rede de Vizinhos Protegidos implementada pela PMDF tem suas particularidades que seriam necessárias de remodelamento para a implementação do projeto Brasil afora, e a pesquisa aqui realizada encontrou limitações nas informações sobre índices criminais, o que prejudica na mensuração do impacto desse projeto da PMDF enquanto ferramenta para redução e prevenção de crimes. Entretanto, a questão meramente urbanística e o embasamento em dados apenas qualitativos não diminui os resultados positivos da RVP como um mecanismo capaz de aumentar a participação efetiva da sociedade civil na segurança pública, ainda que haja questões problemáticas que não podem passar batidas.

O fato de os grupos virtuais das RVPs reunirem diversos moradores de diferentes espectros políticos e sociais amplifica a difusão de preconceitos e racismo velado sobre o pretexto da vigilância, que nos casos dos grupos pode ser visto como uma hipervigilância e uma vigilância difusa, informando qualquer coisa desviante da moralidade que o indivíduo assume para si e para o seu espelhamento social, o que contribui não só para o cerceamento dos espaços públicos a determinados corpos, como também gera um grau de insegurança, pois o tempo todo as pessoas estão sabendo de crimes ou pseudo criminosos em torno de sua área de moradia.

Uma forma de mitigar o problema poderia ser uma maior realização de reuniões das forças de segurança – no caso aqui tratado a PMDF – com as pessoas que integram as RVPs, conscientizando que o criminoso nem sempre é a pessoa negra e com determinadas vestimentas, ou em situação de extrema desvantagem social. O fato de haver reuniões apenas esporádicas para alinhar objetivos para a segurança local e saber das demandas apresentadas pela população para a Polícia Militar torna a Rede um ambiente de replicação de preconceitos em alguns casos, prejudicando inclusive as

atribuições dos policiais que por vezes precisam atender a chamados desnecessários gerados pela discricionariedade civil mal qualificada para identificar o que é uma atitude potencialmente criminosa.

Diante do exposto, temos que a segurança pública brasileira, embora tenha práticas de importação conceitual regendo algumas de suas iniciativas, não se limita a replicar. Tem, na verdade, elaborado as suas próprias interpretações conceituais a partir de bases que apresentaram aspectos positivos em âmbito internacional e que têm se abasileirado, permitindo que a nossa participação efetive o disposto no art. 144 da Constituição Federal ‘‘A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio[...]’’. Embora a ferramenta Rede de Vizinhos Protegidos não seja ainda algo completamente institucional e dependente da boa vontade do batalhão, é inegável o seu potencial enquanto mecanismo benéfico para a relação entre Polícia Militar e sociedade civil, o seu impacto sobre a segurança pública e o aumento da participação do cidadão enquanto um vigilante, fazendo com que a sociedade aja de fato como um agente de suporte para a segurança pública. A questão que se segue agora é: a RVP amplia preconceitos por que a segurança pública e a sociedade brasileira são pautadas por estes, ou a RVP apenas expõe os preconceitos ainda presentes em nossa sociedade?

## BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. Sobre a Reprodução. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- ANDERSON, N. The Hobo: The Sociology of the Homeless Man. Chicago: University of Chicago Press, 1923.
- AZEVEDO, R.G; DUTRA, Luiza Correa de Magalhães. Policiamento Ostensivo e a Abordagem Policial: as representações sociais de oficiais da Brigada Militar sobre a construção do suspeito racializado. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 39, n. 2, e50220, 2024. DOI: 10.1590/s0102-6992-20243902e50220.
- BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, 519 p.
- BAYM, N.K. (1995) 'The Emergence of Community in Computer-Mediated Communication', in Stephen G. Jones (ed.), *Cybersociety*. Thousand Oaks, CA: Sage. pp. 138-63.
- BELLAIR, P.E. Social interaction and community crime: Examining the importance of neighbor networks. *Criminology*, v35, n. 4, p 677-704, 1997.
- BENNETT, T. 1990. *Evaluating Neighborhood Watch*. Cambridge Studies in Criminology LXI. UK: Gower.
- BENNETTT, T., HOLLOWAY, K, FARRINGTON, D. The effectiveness of neighborhood watch. *Campbell Systematic Reviews*. 2008:18 DOI: 10.4073/csr.2008.18
- BENNETT, T., HOLLOWAY, K., & FARRINGTON, D. P. (2006). Does neighborhood watch reduce crime? A systematic review and meta-analysis. *Journal of Experimental Criminology*, 2, 437-458.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Página 179.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **População em Situação de Rua: Conceitos, Métodos de Contagem e Políticas Públicas**. Brasília, DF: SAGICAD, 2024. (Caderno de Estudos, 37).
- BROWNING, C. R., DIETZ, R. D., & FEINBERG, S. L. (2004). **The Paradox of Social Organization: Networks, Collective Efficacy, and Violent Crime in Urban Neighborhoods**. *Social Forces*, v. 83, n. 2, p. 503-534, 2004.doi:10.1353/sof.2005.0006
- BUREAU OF JUSTICE ASSISTANCE U.S. DEPARTMENT OF JUSTIÇA. **Neighborhood Watch Manual**: usaonwatch - national neighborhood watch program. Washington-DC: Usaonwatch.Org, 2005. 37 p.
- BURSIK, R, J. Jr. Social disorganization and theories of crime and delinquency: problems and prospects. *Criminology*, v. 26, n. 4, p. 519-551, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1988.tb00854.x>
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CANO, I. Sur, Rev. int. **direitos humanos**. vol.3 no.5 São Paulo Dec. 2006

CARR, P. J. **Clean Streets: Controlling Crime, Maintaining Order, and Building Community Activism**, by New York, NY: New York University Press, 2005. 208 pp.

CARR, P. J. (2003). **The New Parochialism: The Implications of the Beltway Case for Arguments Concerning Informal Social Control**. *American Journal of Sociology*, 108(6), 1249–1291. doi:10.1086/377517

CARUSO, H.; SILVA, J. F. ; GUELLATI, Y. . Juventudes e violências: o que as publicações nacionais e internacionais (2008- 2018) têm a dizer?. In: 20o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2021, Belém. 20o Congresso Brasileiro de Sociologia, 2021. Disponível em:

<https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSZVZPIjtzOjQ6IjQ0ODAiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiYTdlNmJiNDljNGFjZWZkMmE4YmZiZj%20MwOGMzZTI3ZTIiO30%3D>

CARUSO, H., LIMA, L. G. de, MONTEIRO, C. D., & GUELLATI, Y. (2024). O Racismo mais moderno do Brasil: policiamento e relações raciais na Capital Federal. *Sociedade E Estado*, 39(02), e52182. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-20243902e52182>

**CARUSO, H.** A ordem e a desordem de ontem e de hoje: notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 11-31, jan./mar. 2015.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis - Sc, v. 14, n. 1, p. 59-67, 17 jan. 2011.

CECCHETTO, F.; MUNIZ, J. O. ; MONTEIRO, R. A. . Envolvido(a)-com o crime. **REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO**, v. 7, p. 108-140, 2020.

CHAI, C. G.; ALMEIDA, I. M. C. . A participação cidadã no processo de construção de políticas de segurança pública: uma análise sobre o Projeto de lei de instituição do Sistema Único de Segurança Pública. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória-Es, v. 15, n. 2, p. 215-238, 11 fev. 2014. Sociedade de Ensino Superior de Vitória. <http://dx.doi.org/10.18759/rdgf.v15i2>.

CLERC, SUSAN J. (1996) ‘DDEB, GATB, MPPB, and Ratboy: The X-Files’ Media Fandom, Online and Off’, in David Lavery, Angela Hague and Maria Cartwright (eds), *Deny Ali Knowledge: Reading The X-Files*. Syracuse, NY: Syracuse University Press.

COLEMAN, J. S. 1988. "Social Capital in the Creation of Human Capital." *American Journal of Sociology* 94(supp.):S95-S120.

DE OLIVEIRA, V. C. **Sobre desorganização social e vitimização no Brasil: investigando eficácia coletiva com uso da primeira Pesquisa Nacional de Vitimização**. 2016. 181 p. Tese (Doutorado em sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, MG, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/50219>. Acesso em: 4 jul. 2023.

DE SOUZA MINAYO, M. C. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. *Revista pesquisa qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

DE SOUZA, M. P. **A Importância da Organização da Sociedade Civil como Alicerce das Estratégias de Enfrentamento do Problema da Segurança Pública no Brasil**. Monografia - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2023.

DELGADO, L. F. P. **O papel dos Planos Nacionais de Segurança Pública na indução de políticas públicas municipais de segurança**. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 10–31, 2022. DOI: 10.31060/rbp.2022.v16.n2.1298. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1298>. Acesso em: 16 ago. 2023.

**DISTRITO FEDERAL**. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). **PDAD 2021: Relatório Codeplan - Plano Piloto: Asa Norte**. Brasília, DF: IPEDF, 2022.

**DISTRITO FEDERAL**. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). **PDAD 2021: Relatório Codeplan - Lago Norte**. Brasília, DF: IPEDF, 2022.

**DISTRITO FEDERAL**. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). **PDAD 2023: Resultados Gerais - Lago Norte**. Brasília, DF: IPEDF, 2024.

DURANTE, M. O; DE SOUZA, M.P. Presença de Capital Social como Alicerce das Estratégias de Enfrentamento do Problema da Segurança Pública. *In*: Simpósio de Integração Acadêmica. Bicentenário da Independência: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e 96 anos de contribuição da UFV, 13., 2022, Viçosa. **Anais do Simpósio de Integração Acadêmica** [...]. Viçosa, 2022. ISSN: 2237-9045, painel. Disponível em: <https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2022/trabalhos/15999> Acesso em: 28 ago.

2023.DURKHEIM, E. Educação e sociologia. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, N. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Cap V e VI.

**FERREIRA, D. V. S.; OLIVEIRA, L. B.; CARVALHO, L.; RODRIGUES, C.** E-gov e o policiamento comunitário: as redes sociais online como mecanismo de interação com o público em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 112-137, ago./set. 2022.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**; tradução Lorí Viali. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2009, 684p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo, 2023

FREIRE, M. D. . Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 100-114, 21 set. 2012.

GODINHO, L. Participação e segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). Crime, polícia e justiça no Brasil. 1. ed., 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2014. p. 450-460.

**GODINHO, L. S.; BATITUCCI, E. C.; GULLATI, P. N.** Redes de vizinhos protegidos em Minas Gerais. In: OLIVEIRA JUNIOR, A. (org.). **Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais.** Brasília: Ipea, 2016. p. 111-136.

GRANOVETTER, M. The Strength Of Weak Ties: A Network Theory Revisited. **Sociological Theory**, p. 201-233, 1983.

**HOLLOWAY, Thomas H.** **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Tradução de Francisco Roque de Oliveira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

IPEDF – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. 2º Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal – Produto temático 1: Perfil Sociodemográfico: tempo de rua, dinâmicas na rua. Relatório. Brasília: IPEDF, 2025.

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).** **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Org. Carlos M. Reis; Claudia M. Vasques; Sandra B. Ribeiro. Brasília, DF: Iphan-DF, 2018.

KOZINETS, R. V. *Netnography: Redefined.* 2. ed. London: SAGE, 2015.

KOZINETS, R. V. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online.* Porto Alegre: Penso, 2014. 203p.

LEMOS, A. F; REZENDE, E. N. Rede Virtual de Vizinhos Protegidos: participação social na segurança pública. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 89-111, 23 mar. 2015.

LIMA, R. S. de; SOUZA, L. G. de; SANTOS, T. . A participação social no campo da segurança pública. *Revista de Ciências Sociais da Puc-Rio*, Rio de Janeiro - Rj, n. 11, p. 23-48, 27 maio 2013. Disponível em: <https://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=182&posT%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D20&sid=20>. Acesso em: 01/02/2025.

LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2014.

LYON, D. *Surveillance Studies: An Overview.* Cambridge: Polity Press, 2007.

**MANIÇOBA, R. S.** Criação de regiões administrativas no Distrito Federal e o histórico da definição de seus limites geográficos. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, v. 10, n. 2, p. 1-30, 2019.

MARCHAND, P., & RATINAUD, P. (2012). *L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primordiaux d'un nœud.*

MARTINS, L. P. B. Participar é preciso: uma discussão sobre cidadania e participação social no campo da segurança pública. *Confluências*, v. 15, n. 2, p. 179-217, 2013. MARTINS, Luciane P. B. Participar é preciso: uma discussão sobre cidadania e participação social no campo da segurança pública. **Confluências**, v. 15, n. 2, p. 179-217, 2013.

MATTOS, M. J. S. **Eficácia coletiva e vitimização: singularidades de controle social no Distrito Federal.** 2019. 348 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

**MENEGHETTI, L. H. B. Dados digitais no espaço público: visibilidade e vigilância distribuída na cidade contemporânea.** 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MINAS GERAIS. 8ª Região da Polícia Militar. Instrução n o 01/99-8 o CRPM. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

**MINAS GERAIS.** Polícia Militar. Comando-Geral. **Instrução nº 3.03.11/2016-CG:** regula a implantação da Rede de Proteção Preventiva nas comunidades do Estado de Minas Gerais. 2. ed. rev. Belo Horizonte: EMPM, 2016. (Separata do BGPM nº 47).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. 29/09/2021. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021 -2030**, Brasília, DF, p. 1-96, 2021.

MIRANDA, A. P. M. A Avaliação dos Conselhos Comunitários de Segurança. Revista AVAL Avaliação de Políticas Públicas, Ano 1, v. 2, n. 2, p. 57-68, 2008.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Criação de ambientes seguros (Rede de Vizinhos Protegidos). Belo Horizonte, 2008. 66p.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** tradução: Luiz Alberto Monjardim. – 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 230 p. ISBN 978- 85-225-1012-2.

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REINERT, M. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de Gerard de Nerval. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, n. 26, p. 24-54, 1990.

REISS, A. J. Jr. Delinquency and Failure of Personal and Social Controls. *American Sociological Review*, v. 16, n. 2, p. 196–207, 1951.

RIZZINI, I. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social. 2006. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100019&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100019&script=sci_arttext&tlng=pt)

ROLIM, M. a Síndrome da rainha vermelha. Policiamento e Segurança Pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SAMPSON, R. J. **GREAT AMERICAN CITY: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect.** 1. ed. Chicago, USA: The University of Chicago Press, Chicago 60637, 2012. 553 p. ISBN 978-0-226-73456-9.

SAMPSON, R. J.; BARTUSCH, Dawn Jeglum. Legal cynicism and (subcultural?) Tolerance of deviance: The Neighborhood contexto of racial differences. **Law & Society Review**, v. 32, n. 4, p. 777-804, 1998

SAMPSON, R. J; MORENOFF, Jeffrey D; EARLS, Felton. **Beyond Social Capital: Spatial Dynamics Of Collective Efficacy For Children.** *American Sociological Review*, n. 64, p. 633-660, 1999.

SHAW, C. R., & MCKAY, H. D. (1943). Juvenile Delinquency and Urban Areas. *Harvard Law Review*, 56(4), 681. doi:10.2307/1334446.

SPANIOL, M. I.; MORAES JR, M. C.; GUIMARÃES RODRIGUES, C. R. **Como tem sido planejada a Segurança Pública no Brasil? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança implantados pós-redemocratização.** *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 100–127, 2020. DOI: 10.31060/rbsp.2020.v14.n2.1035. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1035>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TREVISAN, L.A.P; ROCHA, A.C. COPRODUÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA, PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E ACCOUNTABILITY: um estudo comparativo da rede de vizinhos e o neighborhood watch. **Revista Contemporânea**, [S.L.], v. 4, n. 10, p. 1-40, 11 out. 2024. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.56083/rcv4n10-077>.

TROTTIER, D. *Social Media as Surveillance*. Farnham: Ashgate, 2012.

ZALUAR, A. e RIBEIRO, A.P. **Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca.** *Novos estudos*. - CEBRAP [online]. 2009, n.84, pp.175-196. ISSN 1980-5403.

## ANEXO I

Região Administrativa (RA)	Redes Presentes	Total de Grupos
RA I (Plano Piloto/Granja)	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes Rede de Hotéis Rede de Supermercado Rede de Igrejas Rede de Hospitais	17
RA II (Gama)	Rede de Comerciantes	25
RA IV (Brazlândia)	Rede de Comerciantes	13
RA V (Sobradinho)	Rede de Comerciantes	2
RA VI (Planaltina)	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	4
RA VII (Paranoá)	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	3
RA VIII (Núcleo Bandeirante)	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	28
RA IX (Ceilândia)	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	1
RA XI (Cruzeiro)	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	1
RA XIII (Santa Maria)	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	2
RA XIV (São Sebastião)	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	1
RA XV (Recanto das Emas)	Rede de Comerciantes	Não informado
RA XVI (Lago Sul)	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	29
RA XVII e RA XX (Riacho I e II)	Rede de Condomínios Residenciais Protegidos Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	17
RA XVIII (Lago Norte)	Rede de Proteção de Templos Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	269
RA XX (Candangolândia)	Rede de Vizinhos Protegidos	6

RA XXII (Sudoeste/Octogonal)	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	13
RA XXIII (Varjão)	Rede de Vizinhos Protegidos Rede de Comerciantes	2
RA XXIV (Park Way)	Rede de Vizinhos Protegidos	21
RA XXVI (Sobradinho II)	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural) Rede de Comerciantes	1
RA XXVII (Jardim Botânico)	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	3
RA XXXI (Fercal)	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	1
RA XXXII (Sol Nascente/Pôr do Sol)	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	1
RA XXXV (Água Quente)	Rede Rural de Proteção (Guardião Rural)	1

## ANEXO II

### ROTEIROS

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA – PMDF / REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS (RVP)**

##### **Identificação e atuação**

1. Nome completo.
2. Qual a sua patente/função na PMDF atualmente?
3. Qual é a sua função no âmbito da Rede de Vizinhos Protegidos?

##### **Concepção e organização do programa**

4. Como a PMDF organiza as responsabilidades e atividades relacionadas à Rede de Vizinhos Protegidos?
- Quem é a pessoa responsável por acompanhar os grupos?
5. Na sua compreensão, o que é a Rede de Vizinhos Protegidos?
  6. Quais são os principais objetivos da RVP do ponto de vista da PMDF?
  7. Na sua avaliação, esses objetivos têm sido alcançados? Por quê?

##### **Implementação e participação da população**

8. Como se inicia o contato entre a PMDF e a população para a implementação da RVP em uma vizinhança?
9. Que estratégias são utilizadas para incentivar a participação da população na Rede?
10. Na sua opinião, quais características dos policiais da PMDF contribuem para o bom funcionamento da RVP?
11. E quais características dos policiais podem dificultar esse funcionamento?
12. Em relação aos moradores participantes, quais características mais contribuem para a RVP?
13. E quais características dos moradores mais atrapalham o desenvolvimento do projeto?

##### **Impactos percebidos**

14. Na sua visão, a RVP contribui para a redução da criminalidade na vizinhança?
15. Se sim, quais tipos de crime são mais impactados e por quais motivos, na sua opinião?
16. Como a RVP impacta a relação entre a PMDF e a população local?
17. Como o projeto influencia a relação entre os próprios moradores da vizinhança?
18. Na sua opinião, a RVP impacta a sensação de segurança e o medo do crime na comunidade? De que forma?

##### **Funcionamento prático**

19. São realizadas reuniões ou encontros periódicos com as Redes de Vizinhos Protegidos?

20. Com que frequência esses encontros ocorrem?

21. Quem participa ou pode participar dessas reuniões?
22. Quais temas costumam ser abordados nesses encontros?

**Limites, desafios e expansão**

23. Na sua opinião, quais são as principais barreiras para uma participação mais ativa da população do DF na segurança pública por meio da RVP?
24. Quais são os principais limites ou desafios enfrentados atualmente pela RVP?
25. Na sua visão, a RVP apresenta a mesma eficiência em todas as regiões administrativas onde foi implementada? Por quê?
26. Você considera viável a implementação da RVP em todas as regiões administrativas do DF? Em que condições?

---

## **ROTEIRO INTEGRANTES RVPs**

### **BLOCO 1 – SOCIODEMOGRÁFICO**

1. Nome e idade.
2. Como se identifica em relação à cor da pele.
3. Estado civil.
4. Tempo de residência nesta quadra e, antes, onde morava.
5. Residência própria ou alugada.
6. Nível de escolaridade e instituição onde estudou.
7. Ocupação atual.
8. É síndico(a)?

### **BLOCO 2 – PERCEPÇÃO SOBRE A VIZINHANÇA**

1. O que motivou sua mudança para esta região e quais problemas de segurança existiam aqui antes da Rede?
2. Houve algum crime decisivo para a implantação da Rede?
3. Quando o/a sr./a pensa em vizinhança, como a define?
4. O/a sr./a Considera a região segura? Por quê?
5. Os vizinhos zelam pela preservação da região? De que forma?
6. O que o/a sr./a entende como problemas de segurança?
7. O/a sr./a acredita que esses problemas eram percebidos da mesma forma pelos vizinhos?
8. Desde quando existe a RVP na quadra e desde quando participa?

### **BLOCO 3 – RELAÇÃO SOCIAL ENTRE MORADORES**

1. A RVP mudou a forma como os vizinhos se relacionam ou atuam na segurança local? Como?

2. O/a sr./a Conversa com vizinhos fora do grupo da RVP? Com que frequência?
3. O/a sr./a conhece pessoalmente todos os membros da Rede?
4. Conhecia antes da RVP?
5. A Rede influenciou sua confiança nos vizinhos? Como?

#### **BLOCO 4 – NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO DA VIZINHANÇA (NEW PAROCHIALISM)**

1. Antes da Rede, já havia organização para questões de segurança? Como?
2. Há prefeitura de quadra ou liderança local?
3. São realizadas reuniões para tratar de assuntos da quadra ou da Rede? Com que frequência?
4. A PMDF participa sempre ou apenas às vezes das Reuniões da Rede?
5. Há pessoas que fazem contato direto com órgãos públicos para tratar dos problemas locais? Quem e como?
6. A presença da PMDF na Rede é o que fez com que vocês participassem da segurança pública?

#### **BLOCO 5 – ANÁLISE DA RVP NA VISÃO DOS MORADORES**

1. Como o/a sr./a conheceu a Rede?
2. Como foi o processo de implementação da Rede aqui? Houve apoio ou resistência?
3. Houve campanha ou projeto de divulgação da Rede por parte da PMDF? Como foi?
4. Como se decide quem participa da Rede? Quantos membros há hoje?
5. Há divisão de tarefas entre os membros da Rede? Quais?
6. Que comportamentos são comunicados no grupo?
7. Como o/a sr./a identifica situações ou pessoas suspeitas?
8. As pessoas que participam da Rede receberam treinamento da PMDF? Como foi?

#### **BLOCO 6 – IMPACTO DA RVP PARA A VIZINHANÇA**

1. Depois da RVP, como o/a sr./a se sente em relação à segurança?
2. Na sua opinião, os vizinhos passaram a participar mais da segurança com a existência da Rede? Por quê?
3. Qual a sua avaliação da atuação da PMDF após a Rede?.
4. O/a sr./a mudou sua opinião sobre a PMDF por causa da Rede? Como?
5. A Rede ajudou a reduzir crimes? Quais?
6. Na sua opinião, qual o impacto da Rede na prevenção de crimes?
7. Recomendaria a RVP para outras vizinhanças? Por quê?
8. O senhor/a acha que a Rede funcionaria em qualquer R.A? Por que?